

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUIÇÃO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA- MESTRADO

STELA SILVA CARVALHO

**A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA MULHER NO ENVELHECIMENTO ATRAVÉS
DA NOÇÃO DE PRODUTIVIDADE**

Juiz de Fora

2021

Stela Silva Carvalho

**A construção identitária da mulher no envelhecimento através da noção de
produtividade**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
como requisito final para a obtenção do título
de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Helena Cerqueira Mármora

Juiz de Fora

2021

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva Carvalho, Stela.
A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA MULHER NO
ENVELHECIMENTO ATRAVÉS DA NOÇÃO DE PRODUTIVIDADE /
Stela Silva Carvalho. -- 2021.
145 f.

Orientador: Cláudia Helena Cerqueira Mármora
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz
de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de
Pós-Graduação em Psicologia, 2021.

1. Identidade. 2. Mulheres. 3. Trabalho. 4. Envelhecimento.. I.
Cerqueira Mármora, Cláudia Helena, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Durante o preparo para entrar no mestrado e em todo o processo, várias pessoas contribuíram para gerar esse produto, que é uma dissertação de mestrado. Nesta lista de pessoas que irei agradecer, queria primeiramente fazê-lo à minha mãe, Leontina, pela transmissão de saberes sobre a prática da educação nos tempos atuais, vivenciados por você nesses seus 20 anos de profissão; por me fazer gostar de poesia; valorizar o português como língua rica e complexa, me fazer colocar emoções nas palavras da escrita informal e por ter trabalhado incessantemente na profissão “mãe” durante toda a minha vida. Agradeço à minha irmã Sarah, por trazer sempre uma ótica bemfreiriana, coletiva, humana e até mesmo revolucionária para se pensar em educação, e com ela, uma transformação social. Por fim, também sou grata ao meu pai, professor de matemática, mas que debateu noites, e às vezes manhãs, os livros da Federici e, ao mesmo tempo, sobre história, globalização, economia e política. Serei eternamente agradecida a ele por sempre ter me incentivado a seguir com os meus sonhos de ser pesquisadora e professora!

Nesta lista não poderia faltar meus amigos de longa data, “Quem tem um amigo tem tudo”! A vida é muito mais leve e plena com amigos. Então, refletindo sobre isso, sou grata também às minhas amigas feministas Taciana, Mari Vargas, Anna e Bárbara, e aos meus amigos Paulo Vitor, Pedro e Diego. Essas pessoas me apoiaram desde os primeiros processos seletivos e nunca, em nenhum momento, duvidaram do meu potencial. As amizades verdadeiras se baseiam em carinho, lealdade, apoio e incentivo, para que juntos possamos crescer, evoluir e aproveitar o ciclo da vida, acreditando em uma sociedade melhor e mais justa!

Já no campo da ciência, meu muito obrigada ao meu amigo, historiador, antropólogo, cientista e agora baiano, Gustavo Gobbi Novaes. Obrigada por me acompanhar desde os primeiros passos rumo a essa carreira ainda na graduação, os esclarecimentos referentes aos conceitos das ciências humanas e a pesquisa qualitativa. Lembrando também de outras amigas e cientistas, sou grata a Marize Moreno, mestranda em Artes, pelos nossos debates sobre o feminismo, em meio às indicações de livros com café, canela e tapioca. E minha amiga Ravenna, por ter me apresentado várias perspectivas do feminismo negro e também por nossas conversas, seja sobre teoria ou sobre a vida mesmo.

Eu agradeço aqui também as cientistas do nosso Brasil! As que eu li para realizar esse trabalho, do feminismo negro ao marxista, em diversos temas como envelhecimento, mulheres e trabalho, etc. E as cientistas presentes na minha banca, Jurema Gorski Brites e Juliana Perucchi, por todos os nortes para minha pesquisa, incentivo para continuar me dedicando e o

tempo dispensado à esse trabalho. Além disso, gostaria de agradecê-las, como mulheres brasileiras, por todas as produções acadêmicas que fortalecem a ciência feminista em nosso país. Nós somos resistência! Sou grata, obviamente, à minha querida orientadora, Cláudia Helena Cerqueira Mármora, uma grande professora, no significado mais genuíno da profissão, a qual me ensinou todo o percurso para a obtenção do título de mestre, a ser o melhor que eu poderia ser e tentar fazer ciência sempre com muita responsabilidade, criatividade e engajamento.

Eu preciso e nem posso esquecer de agradecer à cada uma das participantes dessa pesquisa: Beatriz, Karen, Catarina, Joana, Clara, Sara, Sophia, Lucilene, Bruna, Mariana, Jaqueline, Helena, Olívia, Suzana, Mercedes e Maura. Todas essas mulheres compartilharam uma grande parte de suas vidas, me fazendo repensar minhas percepções sobre meu processo de envelhecimento, o curso da vida propriamente dito, minha produtividade em meio a tudo isso e, principalmente, sobre ser mulher.

Ao programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora: esse mestrado me transformou como pessoa e vocês fazem parte disso.

À CAPES, pela bolsa concedida.

“Uma perspectiva feminista nos ensina a iniciar nossa reconstrução do comum pela superação desse estado de esquecimento. Nenhuma comunidade é possível se não nos recusarmos a basear nossas vidas e a sua reprodução no sofrimento de outras pessoas, se não nos recusarmos a enxergar o “nós” separado “deles”.”

(FEDERICI, 2019, p. 385).

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo refletir sobre como a noção de produtividade interfere na construção da identidade de mulheres durante o processo de envelhecimento. Trata-se de um estudo geracional qualitativo, realizado com delineamento de campo de corte transversal, no qual foi utilizada a entrevista semiestruturada como principal instrumento. Para tal, foram entrevistadas 4 mulheres da mesma família em diferentes períodos de suas vidas, totalizando 4 famílias participantes, ou seja, 16 participantes. Os períodos do ciclo da vida escolhidos foram: a adolescência, dos 11 aos 20 anos; o início da vida adulta, dos 20 aos 40 anos; vida adulta, dos 40 aos 65 anos e vida adulta tardia, dos 65 anos em diante. Os principais resultados observados foram sobre a percepção das mulheres em relação a si mesmas em relação à produtividade no envelhecimento, que poderá ser impactada pelas renda e raça, já que isso determina as condições de trabalho e as horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado. Geralmente, a forma como essas mulheres percebem a si mesmas e as outras, de diferentes idades, acerca da produtividade, terá influência no seu próprio processo de envelhecimento, além dos contextos históricos e sociais os quais permearam suas trajetórias de vida. Além disso, as mulheres se perceberam mais produtivas exercendo trabalho remunerado do que o doméstico não remunerado, justamente por ser mais naturalizado socialmente e não remunerado. Assim, concluiu-se, que as experiências das mulheres, tanto no trabalho doméstico não remunerado quanto remunerado, assim como no envelhecimento, são heterogêneas.

Palavras-chave: Identidade; Mulheres; Trabalho; Envelhecimento.

ABSTRACT

This research aimed to reflect upon the notion of productivity and its influence in the construction of women's identities through the aging process. It's a qualitative generational study with a cross-sectional design, in which the main instrument was a semi-structured narrative interview. To this end, 4 women from the same family in different periods of their life cycle were interviewed, with a total of 4 participating families, or 16 subjects. The chosen life cycle periods were the following: ranging from ages 11 to 20; the beginning of adult life, from 20 to 40; adult life, from 40 to 65 and late adult life, from 65 years onwards. The main results were that the women's perception about themselves in relation to productivity in aging may be impacted by experiences related to class and race, since those markers determine the work conditions and the time dedicated to unpaid housework. Generally, the way these women perceive themselves and each other, from different ages, concerning productivity, will influence their own aging process and the historical and social backgrounds that made up their life trajectories. Furthermore, it was concluded that the experience of women, whether in reproductive or in paid work, as well as in aging, is heterogeneous.

Key-words: Identity; Women; Work; Aging.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMS	Organização Mundial da Saúde.
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

STELA SILVA CARVALHO

**A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA MULHER NO ENVELHECIMENTO ATRAVÉS DA NOÇÃO DE
PRODUTIVIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Aprovada em 9 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a)Dr(a) Cláudia Helena Cerqueira Marmora - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a)Dr(a) Juliana Perucchi
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a)Dr(a) Jurema Gorski Brites
Universidade Federal de Santa Maria

Juiz de Fora, 29/11/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Helena Cerqueira Marmora, Professor(a)**, em 10/12/2021, às 19:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Jurema Gorski Bires, Usuário Externo**, em 17/12/2021, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Perucchi, Professor(a)**, em 04/01/2022, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj (www2.uffj.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **0595618** e o código CRC **E5B944A0**.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2. O CONCEITO DE IDENTIDADE E O ENVELHECIMENTO.....	4
2.1 AS PERSPECTIVAS SOBRE O ENVELHECIMENTO.....	5
3. ENVELHECIMENTO E TRABALHO	7
3.1 MULHERES, TRABALHO REMUNERADO E O TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO.....	9
4. PERCURSO METODOLÓGICO.....	12
4.1 CRITÉRIOS E SELEÇÃO DAS PARTICIPANTES.....	13
4.2 INSTRUMENTOS.....	13
4.3 REGISTRO DOS DADOS.....	15
4.4 ASPECTOS ÉTICOS.....	15
4.5 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS.....	16
5 RESULTADOS.....	17
5.1 DADOS DO QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO.....	17
5.1.1 Família Nascimento.....	18
5.1.2 Família Camargo.....	19
5.1.3 Família Salomão.....	20
5.1.4.Família Coutinho.....	21
6 DISCUSSÃO.....	22
6.1 IDENTIDADES NO ENVELHECIMENTO.....	22
6.1.1 Identidade das mulheres menores de 20 anos atrelada aos estudos.....	22
6.1.2 Identidade das mulheres de 20 aos 40 anos: a idade do esforço máximo.....	28
6.1.3 Identidade das mulheres entre 40 aos 65 anos.....	34
6.1.4 Identidade das mulheres acima de 65 anos.....	39
6.2. ESTIGMAS NO PROCESSO DO ENVELHECER.....	43

6.2.1 As “aborrecentes”: o estigma das mulheres jovens menores de 20 anos.....	43
6.2.2 O estigma no processo de envelhecimento: percepção da produtividade associada à limitações.....	46
6.3 O TRABALHO INVISÍVEL DAS MULHERES NO ENVELHECIMENTO.....	51
6.3.1 As tarefas domésticas e atividades rurais não remuneradas.....	52
6.3.3 Divisão sexual dentro de casa.....	57
6.3.3 O cuidado.....	63
6.4 O QUE REPRESENTA A REMUNERAÇÃO?.....	76
6.4.1 O trabalho remunerado.....	80
6.4.2 A “boa” aparência como condição da conquista e manutenção do trabalho remunerado.....	84
6.5 A SOBRECARGA DOS DOIS TRABALHOS: TODAS SOMOS IGUAIS?	85
7. CONCLUSÃO.....	95
REFERÊNCIAS.....	100
APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido para os adultos.....	121
APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido/responsáveis.....	122
APÊNDICE C – Termo de assentimento livre e esclarecido para os menores.....	123
APÊNDICE D - Questionário Socioeconômico semiestruturado.....	124
APÊNDICE E - Roteiro da Entrevista Semiestruturada.....	128
ANEXO A – Parecer consubstanciado do CEP.....	130

1. INTRODUÇÃO

Nessa dissertação, adotaremos a expressão construção “identitária”¹ como uma concepção onde são considerados os processos interativos vindos das relações sociais e também de contextos sócio-históricos perpassados por trajetórias de vida (ENNES; MARCON, 2014; MAGALHÃES; CARDOSO, 2010). Para o antropólogo Erving Goffman, a interação se traduz como um encontro de indivíduos que desempenham um papel social e são analisados por suas ações. Assim, enquanto esses indivíduos representam um papel social, representam também uma identidade coletiva, construída e mediada por meio de suas relações sociais (GOFFMAN, 2002). A identidade para este autor é vista como contextual, ou seja, o indivíduo pode fazer uso de um papel específico dependendo da situação e dos atores envolvidos (ZANATTA, 2011). Além disso, é por meio das informações compartilhadas pelos grupos sociais que o indivíduo cria categorias, padrões e comportamentos normativos, nos quais atribui estas características a outro indivíduo no processo de interação (GOFFMAN, 1988).

Nas sociedades contemporâneas, principalmente nos países do ocidente, envelhecer tornou-se um estigma devido à supervalorização da juventude, reforçada constantemente pela cultura midiática que apela para o aumento do consumo e a estetização da vida (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). “Ser velho” é considerado um sinônimo de estar desatualizado; ser incompetente; não conhecer novas tecnologias e novas formas de comunicação social (MORANDO et al, 2018). Este conceito se estende a outras associações feitas para esta fase da vida, tais como declínio cognitivo (NERI, 2006), declínio físico (NASCIMENTO et al, 2006; SOUZA, 2018), incapacidades, inutilidade, dependência, perda de autonomia, dentre outros, reforçando a ideia de perdas e decadência (RODRIGUES; SOARES, 2006). Desta forma, inabilita a aceitação social plena dos idosos e, conseqüentemente, os pertencentes desse grupo podem vivenciar privação de direitos e oportunidades e situações de exclusão social (GOFFMAN, 1988).

Em relação ao trabalho, uma destas características negativas mais marcantes associada aos idosos é a improdutividade (MUNIZ; BARROS, 2014; NERI, 2006; RODRIGUES;

¹A expressão “identitária” advinda do termo construção “identitária” não faz parte do vocabulário da língua portuguesa. Portanto neste estudo sua grafia será referida entre aspas, sendo assim uma prática de neologismo (Carvalho, 2008). Este termo é uma criação multidisciplinar com menos de 40 anos. O conceito tem relação com o imaginário vindo do simbolismo, com imagens pertencentes ao cotidiano e que compõem o conjunto “identitário” de um determinado grupo, moldando seus indivíduos e definindo a condução da vida societária (Carvalho, 2008).

SOARES, 2006; SOUZA, 2018), porém, é importante ressaltar que a literatura não especifica qual seria a ocupação ou as ocupações relacionadas a essa característica. No entanto, o que pode ser considerado o estigma da improdutividade na velhice se relaciona com o fato de os idosos serem considerados não úteis para a produção capitalista e o acúmulo de capital, posto que há um crença de que eles não trabalham de forma remunerada (MUNIZ; BARROS, 2014; SOUSA, 2018).

A ideia de improdutividade não se atrela apenas a figura do idoso, mas também a da mulher, pois o trabalho realizado dentro de casa gratuitamente é considerado invisível na esfera “produtiva”, ou seja, “improdutivo” (FEDERICI, 2019). O trabalho doméstico não remunerado, por ser historicamente algo naturalizado na vida das mulheres, evoca a falsa ideia de tarefas que não demandam esforço (HIRATA, 2002; BIROLI, 2018; GEORGES, 2019; FEDERICI, 2019). Como apontado pela pesquisa “SEM PARAR o trabalho e a vida das mulheres na pandemia” (2020), realizada por Gênero e Número e SOF Sempre viva Organização Feminista, atualmente, no cenário mundial, está ocorrendo uma “crise do cuidado”, que vem se agravando com a pandemia da COVID-19. Segundo essa pesquisa, o número de mulheres que cuidam alguém aumentou 50%, além disso, 72% das mulheres brasileiras afirmam ter aumentado a demanda de cuidado com os idosos, pessoas com deficiência ou crianças.

No processo de envelhecer, a mulher acumula prejuízos, tais como violência, salários inferiores aos homens, sobrecarga quando exerce o trabalho doméstico e o remunerado, discriminação, sendo mais propensas à pobreza e dependência de recursos externos (NICODEMO; GODOI, 2010), além da discriminação pela idade propriamente dita (SALGADO, 2002). Dessa maneira, a “feminização da velhice” é um processo compreendido como o aumento da população idosa de gênero feminino e, dentre outros fatores, pelas consequências geradas na divisão sexual do trabalho, como exemplos o cuidado, adoecimento e saúde. Vale lembrar que as mulheres idosas são pessoas que demandam cuidados e que ainda são as responsáveis pelo cuidado dos demais membros de sua família (LINS; ANDRADE, 2018; NERI, 2006).

Desta forma, experiências históricas, sociais e políticas, bem como o envelhecimento, afetam a percepção dos indivíduos sobre a sociedade e, portanto, sobre si mesmos, na construção de suas biografias individuais. Inserido nessa concepção, este estudo objetivou compreender como é construída a identidade da mulher vista pela ótica do envelhecimento através da noção de produtividade, enfatizando a singularidade de cada experiência biográfica

vivenciada por elas, a fim de contribuir para a proposição de novas perspectivas sobre o envelhecimento feminino na sociedade brasileira contemporânea, de modo heterogêneo e multidimensional.

Teve como objetivo também compreender como são construídas a identidade das mulheres no envelhecimento através de produtividade. Para isso, foram selecionados 4 mulheres de diferentes períodos do ciclo de vida de uma mesma família, sendo 4 famílias participantes, ou seja, 16 participantes. Os períodos do ciclo de vida utilizados foram os propostos pela psicóloga Diane E. Papália e a educadora Ruth Duskin Feldman, que seriam: a “adolescência”, dos 11 aos 20 anos; o início da vida adulta, dos 20 aos 40 anos; vida adulta, dos 40 aos 65 anos e vida adulta tardia, dos 65 adiante. Para as autoras, essa separação do ciclo de vida em períodos é uma prática ou conceito também naturalizado pela sociedade, mas trata-se de uma invenção cultural do ocidente. A idade cronológica é apenas um elemento dentro do desenvolvimento humano, sendo o envelhecimento um processo singular para cada indivíduo, isto é, heterogêneo (BALTES, 2016). Assim, não é possível definir quando um adulto se torna velho, por exemplo. Nesse sentido, apesar de terem sido utilizados tais períodos nesta pesquisa, essa separação foi apenas para possibilitar um distanciamento do tempo de vida e, conseqüentemente, dos momentos históricos vivenciados pelas participantes.

As famílias participantes são a família Salomão, Coutinho, Nascimento e Camargo. As famílias Salomão, Nascimento e Camargo são mineiras de diferentes cidades do estado, e a família Coutinho reside no Estado de São Paulo, sendo que Sophia, de 44 anos, mora em uma cidade com em média 145 mil habitantes, e Lucilene, de 70 anos, Sara, de 32 anos e Clara, de 16 anos, em outra cidade com aproximadamente 700 mil habitantes. Apenas Clara se autodeclarou parda, as outras integrantes são autodeclarantes brancas. A família Salomão é composta por Olívia, de 19 anos, Suzana, de 32 anos, Mercedes, de 55 anos e Maura, de 85, todas são autodeclarantes pretas além de morarem em uma cidade com aproximadamente 600 mil habitantes. As integrantes da família Camargo, Beatriz, de 18 anos, Karen, de 31 anos, Catarina de 49 anos e Joana de 70 anos, moram em uma cidade de 7 mil, sendo três delas, Beatriz, Joana e Catarina, autodeclarantes pardas, e somente Karen autodeclarante branca. Já a família Nascimento possui três integrantes de uma cidade entre 80 mil habitantes, e Helena de outra cidade com aproximadamente 1400 habitantes. Todas as integrantes da família Nascimento se declararam como brancas.

Para a análise de dados foi utilizada a Análise de conteúdo do tipo temática (FRANCO, 2021). Desta forma, foram divididas em categorias que serão tópicos debatidos na discussão

desse trabalho, sendo a primeira parte: Identidades sociais no envelhecimento, no qual foi dividido em “Identidade Social das mulheres menores de 20 anos atrelada aos estudos”, “Identidade Social das mulheres de 20 aos 40 anos: a idade do esforço máximo”, “Identidade das mulheres entre 40 aos 65 anos” e “Identidade das mulheres acima de 65 anos”. A segunda: “Estigmas no processo do envelhecer” separada entre “As “aborrecentes”: o Estigma das mulheres jovens menores de 20 anos” e “O Estigma no processo de envelhecimento: percepção da produtividade associada à limitações”. A terceira: “O trabalho invisível das mulheres no envelhecimento” dividida em duas subcategorias “As tarefas domésticas e atividades rurais não remuneradas” e “O cuidado”. A quarta: “O que representa a remuneração?”, dividida em “O trabalho remunerado” e “A “boa” aparência como condição da conquista e manutenção do trabalho remunerado”. E por último: “A sobrecarga dos dois trabalhos: todas somos iguais?”.

2. O CONCEITO DE IDENTIDADE E O ENVELHECIMENTO

Para Goffman (1988), a sociedade determina formas de categorizar os indivíduos, estabelecendo atributos considerados comuns para os membros de uma mesma categoria, sendo essas denominadas ‘identidades sociais’. Tais identidades são divididas em identidade social virtual e identidade social real. A primeira pode ser entendida quando um indivíduo ou grupo social ao se deparar com o outro indivíduo cria normas sobre o que este indivíduo deveria ser, e assim, atribui a ele uma categorização (GOFFMAN, 1988). Sendo assim, este processo pode ser considerado como uma rotulagem, feita pelos agentes que estão em interação com o indivíduo e por vezes também feito pelas instituições (ZANATTA, 2011). A identidade social real pode ser entendida como as características que o indivíduo realmente possui, e para melhor compreender, deve-se analisar o interior dos sistemas de ação nos quais ele está envolvido (GOFFMAN, 1988).

Um conceito importante para a compreensão da teoria de identidades do autor Goffman é a noção de estigma. Esse termo foi definido por Goffman na obra *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, como uma condição em que um indivíduo se encontra inabilitado para a aceitação social plena. Desta forma, o estigma constitui um sinal, não necessariamente corporal, que indica um status moral depreciado do indivíduo (ZANATTA, 2011). Pode ser considerado um defeito, desvantagem ou fraqueza, e ocorre quando a identidade social virtual atribuída socialmente a um indivíduo afasta-se da identidade social real (GOFFMAN, 1988). Nesse sentido, o termo é utilizado para se referir a um atributo profundamente depreciativo, confirmando assim o padrão de uma suposta “normalidade” do

outro, que distingue o estigmatizado por este atributo. O estigma é assim criado e perpetuado nas relações sociais, sendo influenciado por componentes históricos e culturais no processo de estigmatização (MORANDO et al, 2018). A ele cabe a função de determinar quem são os pertencentes de um determinado grupo ou não, propiciando a exclusão e a depreciação do grupo estigmatizado (GOFFMAN, 1988). Nesta situação, esse grupo sofre as consequências da negação de seus direitos e oportunidades (MORANDO et al, 2018).

Já o conceito de ‘identidade pessoal’ refere-se às “marcas positivas ou apoio de identidade e a combinação única de itens da história de vida que são incorporados ao indivíduo com o auxílio desses apoios para a sua identidade” (GOFFMAN, 1988, p.67). Esse conceito diz respeito ao modo como o indivíduo manipula a informação e a exerce com propriedade em sua vida (GOFFMAN, 1988). É importante destacar que tal definição dada pelo autor aponta somente marcas positivas a serem incorporadas na identidade pessoal do indivíduo. Na construção da identidade pessoal, não seriam também incorporadas marcas negativas? Uma hipótese é de que o autor tenha se baseado apenas em indivíduos saudáveis quando se refere à identidade pessoal. Esta é uma tendência comum nos estudos realizados na América do Norte, principalmente das pesquisas objetivas, focadas nos indivíduos e de base experimental (FRANZOI, 2007). Apesar disso, a utilização da teoria de Goffman no presente estudo possibilita compreender a luta de classes presentes de forma silenciosa nas interações entre os indivíduos, sendo uma ferramenta teórica potente, posto que é no cotidiano que as relações de poder e/ou desigualdade comumente acontecem (GASTALDO, 2008). Desta forma, embora a teoria de identidades apresente limitações, este estudo teve como pretensão aproximar essa teoria ao contexto do envelhecimento das mulheres brasileiras, levando em consideração fatores como raça, renda, gênero, idade, dentre outros.

2.1 AS PERSPECTIVAS SOBRE O ENVELHECIMENTO

As pesquisas sobre envelhecimento apresentam duas perspectivas opostas. De um lado alguns estudos associam o envelhecimento à ideia de declínio, já outras, avocam a visão de que o desenvolvimento está presente durante todo o envelhecimento (PAPÁLIA et al, 2013). Em vista disso, este estudo adere à segunda visão, pois a ideia homogênea sobre o envelhecimento embasada na cronologia mostra-se limitante, visto que não leva em consideração o contexto em que o indivíduo envelhece, e muito menos a cultura (MINÓ, 2016). Para compreender esse processo, se faz necessário o entendimento das possíveis variações entre os grupos sociais que constituem a sociedade brasileira (MINÓ, 2016).

O psicólogo alemão Paul P. Baltes é considerado um dos autores mais expressivos no conceito de envelhecimento bem-sucedido. A perspectiva *Life-span*, criada por esse autor, ganhou um espaço consagrado na década de 70 na área da psicologia do desenvolvimento (NERI, 1995). Esta perspectiva considera que o desenvolvimento acontece por toda a vida e de forma não normativa (BALTES; BALTES, 1990; BALTES, 2016; NERI, 2006). Pelo referido autor, o envelhecimento é definido como um processo multideterminado e heterogêneo, portanto não pode ser considerado como sinônimo de declínio, e sim como parte do desenvolvimento humano com expectativas de ganhos associados (BALTES, 1987). Assim, ele pode ser caracterizado como um processo complexo situado em diferentes momentos considerados pela sua natureza cronológica, biológica, psicológica e social.

Segundo Schneider e Irigaray (2008), a idade cronológica é aquela associada ao processo “identitário” de cada indivíduo, composta por dimensões objetivas e subjetivas. Porém, a idade cronológica não necessariamente determina o envelhecimento, sendo apenas um elemento dentro do desenvolvimento humano (BALTES; BALTES, 1990; BALTES, 2016). Na sociedade atual existem dois tempos, são eles o tempo do indivíduo subjetivo e individual e o tempo social (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). O tempo social é o que determina o momento de ir para escola, casar, ter filhos, aposentar, e no qual todas as pessoas tentam se adequar, e que é de certa forma imposto pelos próprios indivíduos e o meio social no qual convivem e estão inseridos (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008).

No processo de envelhecimento considerado natural e sem alterações, realmente algumas capacidades cognitivas como a velocidade no processamento cerebral de processos de aprendizagem e memória declinam naturalmente com a idade (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). Contudo, podem ser compensadas por sabedoria, conhecimento e experiência adquiridos (BALTES; BALTES, 1990; SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). Os idosos, em sua maioria, demonstram ter desempenhos superiores relacionados ao conhecimento e sabedoria quando comparados aos jovens (BALTES; BALTES, 1990). Segundo a Organização Mundial da Saúde (ONU) (2005, p.27):

“[...] o declínio no funcionamento cognitivo é provocado pelo desuso (falta de prática), doenças (como depressão), fatores comportamentais (como consumo de álcool e medicamentos), fatores psicológicos (por exemplo, falta de motivação, de confiança e baixas expectativas), e fatores sociais (como a solidão e o isolamento), mais do que o envelhecimento em si.”

Nessa lógica, de acordo com Neri (1995), na sociedade brasileira, um envelhecimento bem-sucedido dependerá das oportunidades oferecidas aos idosos em relação a aspectos como

urbanização, habitação, saúde, educação e trabalho. A população idosa no Brasil vem aumentando nos últimos anos. Segundo o IBGE (2018), houve um crescimento de 18% entre o período de 2012 a 2017, sobretudo na população de mulheres idosas, representando 56% da população de 60 anos ou mais. Esse aumento da população de idosas, somado às vulnerabilidades que essas mulheres vivenciam, é denominado *feminização da velhice* (LINS; ANDRADE, 2018). Essas vulnerabilidades se devem às mulheres se encontrarem na velhice, suplantando os problemas enfrentados ao longo de suas vidas em decorrência do gênero (SALGADO, 2002). Tais adversidades típicas das mulheres nesse período da vida são: aposentadoria mínima ou inexistente, poucos recursos econômicos, solidão, distanciamento dos filhos, responsabilidade no cuidado com seus familiares dependentes, dentre outros (SALGADO, 2002; NERI, 2006). Além disso, é possível novamente afirmar que não existe um padrão para o envelhecimento, muito menos para o envelhecimento das mulheres brasileiras.

3. ENVELHECIMENTO E TRABALHO

O trabalho remunerado é visto por muitos idosos como uma condição de realização pessoal associada à qualidade de vida (BARBOSA et al, 2016), além de ser considerado fundamental para o desenvolvimento pessoal e reconhecimento social (NASCIMENTO et al, 2006; DUTRA-THOMÉ; KOLLER 2014 A). Este trabalho, em alguns casos, pode estar associado à satisfação e realização pessoal, responsável por designar um papel regulador na organização da vida em sociedade, concernente a um dos princípios construtores da identidade social e cultural (MOREIRA, 2012). Ele é responsável em grande parte pela inclusão do indivíduo na sociedade e ao mesmo tempo um mecanismo de sobrevivência (MOREIRA, 2012).

O motivo de muitos idosos ainda trabalharem diz respeito à necessidade de complementar sua renda mesmo recebendo a aposentadoria ou pensão, e, para muitos deles, o seu trabalho ainda é a principal fonte de renda de suas famílias (MUNIZ; BARROS, 2014). No Brasil, os trabalhos remunerados exercidos pelas mulheres idosas são, em sua maior parte, precários e com baixas remunerações se comparados aos dos homens idosos (CAMARANO, 2003; SALGADO, 2002). No caso das mulheres, elas continuam trabalhando em sua velhice de duas formas: pelo fato de seguirem exercendo o trabalho remunerado e o doméstico não remunerado (CAMARANO, 2003). Para mais, as mulheres idosas enfrentam mais pobreza² do que os homens idosos, pelo fato de receberem salários inferiores aos deles, refletidos em suas

²A definição de pobreza não se restringe somente ao “parâmetro da economia, mas voltada também para o âmbito da liberdade, da interação social e da ideologia.” (CIDADE et al 2012, p.96).

aposentadorias, ou pela inexistência da mesma, posto que o trabalho doméstico não remunerado não é contabilizado para a aposentadoria, mesmo que essencial para os meios de produção capitalista (SALGADO, 2002). Essas mulheres também são mais pobres do que quando eram mais jovens, pois quando recebem, o valor da aposentadoria é inferior ao que recebiam antes dela (SALGADO, 2002). Por fim, as políticas públicas direcionadas às mulheres idosas objetivam apenas a saúde, em vista do adoecimento pela velhice. Assim, são ocultados os problemas referentes ao emprego e renda dessa população (LINS; ANDRADE, 2018).

Seguindo o mesmo raciocínio, todas as fases do ciclo de vida, também sofrem com os reflexos negativos, que se espraiam no âmbito das relações de trabalho e frente aos índices de desemprego. Com os avanços tecnológicos e a alta competitividade, atualizações são feitas por eles para acompanhar o contexto atual do mercado de trabalho. Ademais, com o advento da revolução da informação e do conhecimento, que nos últimos cinquenta anos influenciaram fortemente o mundo do trabalho e da cultura do corpo, houve um avanço para alta competitividade, extinção de diversas funções e de papéis sociais (UGARTE, 2004).

No Brasil, atualmente, são 14,4 milhões (14%) de pessoas desocupadas, popularmente chamadas de desempregadas. Para serem consideradas desocupadas, mais do que não ter um emprego, precisam estar acima de 14 anos, e nessa ocasião, não estão incluídos nesse número as “donas de casa” e os universitários, os quais são classificados como pessoas fora da força de trabalho, mas que possuem potencial para ingressarem (IBGE, 2021). Os aposentados, também não inclusos, são considerados como fora da força de trabalho e sem potencial para ingressarem nele, e os empreendedores são contabilizados como ocupados (IBGE, 2021). Em média, 5,6 milhões de brasileiros são classificados no patamar de subutilização, ou seja, pessoas que trabalham menos de 40 horas semanais, mas que estão disponíveis para trabalhar e gostariam de se dedicar mais horas (IBGE, 2021).

Nas últimas décadas do século XX, novos padrões de produção e organização foram estabelecidos, ocasionando mudanças nas dinâmicas produtivas e nas relações sociais de produção no capitalismo, que geraram várias consequências fenomênicas bastante distintas, tais como diminuição do emprego estável e assalariado, causando um aumento do desemprego e do trabalho precário (MAIA; MANCEBO, 2010; HIRATA, 2002). Além do mais, os trabalhos remunerados vêm tornando-se cada vez mais precários com as novas conjecturas de trabalhos existentes e suas consequências, dentre elas, o home office, trabalho parcial, a terceirização (MORAES, 2015) e baixos salários (HIRATA, 2011). Tais conjecturas têm transformado os

trabalhos mais instáveis e inseguros para os trabalhadores e, conseqüentemente, ocasionando a diminuição de direitos trabalhistas e outras garantias (PADILHA, 2009).

3.1 MULHERES, TRABALHO REMUNERADO E O TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO

A divisão sexual do trabalho, em congruência com outros estudos, advém da desigualdade ontológica entre mulheres e homens, a qual se agravou na sociedade de classes com imposição da “exploração masculina” sobre a “exploração produtiva” (BRITES, 2004). Seguindo essa lógica, o trabalho foi supostamente dividido em produtivo, espaço público, e doméstico, espaço privado, sendo esse segundo considerado como “não produtivo”, no qual o trabalho doméstico, mesmo quando remunerado é desvalorizado socialmente (BEAUVOIR, 2008; SELFA; SPINELLI, 2018; PERROT, 2006). Além disso, uma das explicações para desvalorização do trabalho doméstico remunerado, comumente encontra-se associada ao fato dos serviços domésticos serem historicamente realizados por mulheres ou pelo trabalho negro escravo (CASTRO, 2020).

As mulheres negras, desde os primeiros anos do período pós escravidão no Brasil, trabalhavam fora de suas casas, sendo a maioria delas na agricultura e no trabalho doméstico (NASCIMENTO, 2019). No período de escravidão, havia diversas formas de trabalho escravo, como o “escravo da senzala”, que trabalhava nos serviços da lavoura, e o “escravo da casa grande”, que realizava as “tarefas reprodutivas” no ambiente doméstico e, nesse contexto, eram geralmente feito por mulheres negras mais velhas. Essas mulheres além de realizarem as tarefas reprodutivas também eram exploradas sexualmente por seus senhores (BARROS, 2006). No que se refere à história da população indígena brasileira, o trabalho também era dividido sexualmente, em que eram designadas as atividades domésticas como a confecção de redes de algodão, farinhas, vasilhas de barro, e os homens realizavam tarefas como produção de armas, como arcos e flechas, instrumentos musicais, canoas, dentre outros (FREYRE, 2005). Com a colonização portuguesa, a força de trabalho da mulher indígena passou a ser mais valorizada e designada, na maioria das vezes, para as atividades na agricultura e indústria (FREYRE, 2005).

Para uma melhor compreensão do que seria o trabalho doméstico não remunerado, a autora Bruschini, em 1990, descreveu quais tarefas estariam incluídas neste trabalho (apud BRUSCHINI; RICOLDI, 2012 p. 263):

- 1) cuidados com a moradia familiar (limpeza, arrumação, cuidado de plantas, limpeza e manutenção de utensílios domésticos etc.);
- 2) alimentação e higiene

peçoal, cozinhar, lavar utensílios, costurar, lavar e passar roupas); 3) prestação de cuidados físicos e psicológicos aos membros da família (cuidado com filhos, idosos ou dependentes); 4) administração da unidade doméstica (administração do patrimônio e das contas do domicílio e aquisição de bens de consumo); e 5) manutenção da rede de parentesco e de amizade (visitas, telefonemas e troca de presentes ou de pequenos favores, reforçando laços de solidariedade).

As tarefas reprodutivas, quando remuneradas, são tidas como trabalhos precários, no âmbito internacional e nacional (HIRATA, 2011). Para Ávila (2009), a relação entre o trabalho doméstico remunerado e não remunerado é fundamental para compreender as complexidades que se vinculam com questões referentes ao trabalho doméstico atualmente. Nos países desenvolvidos do hemisfério Norte, a feminização e precarização do trabalho, e a decadência do Estado de Bem-Estar Social somado ao envelhecimento da população acarretaram em uma crise mundial do cuidado, modificando a composição da divisão social do trabalho, na qual fatores como gênero, nacionalidade e etnia se entrecruzam (HOSCHILD, 2002). Assim, na conjuntura atual, ser mulher significa ser mais propensa a pobreza, fenômeno denominado “feminização da pobreza”, que particularmente acontece nos países historicamente colonizados, em que as mulheres desses países são uma mão de obra com baixos custos para os países do norte (FEDERICI, 2019). Nesses países, as mulheres para se inserirem no mercado de trabalho, remuneraram outras mulheres pouco qualificadas e, em sua maioria, imigrantes dos países do Sul, como o Brasil (GEORGES, 2019).

No Brasil, a divisão sexual do trabalho se dá entre homens e mulheres, entre as mulheres brancas e negras e entre mulheres do sudeste e nordeste, por meio dos fluxos migratórios regionais (GEORGES, 2019). Nos dias de hoje, o trabalho doméstico remunerado continua sendo o meio principal para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, porém essa é uma realidade, em sua maioria, para as mulheres negras (ARANTES, 2019). O trabalho doméstico pago, entre as mulheres, geralmente, são recrutadas as aquelas das classes mais pobres e com menor escolaridade (BRITES, 2013).

No Brasil, assim como em outros países de terceiro mundo, na maioria das regiões, a herança colonial escravocrata contribui para agravar as desigualdades entre negros e brancos (BERNARDINO-COSTA, 2012). Ainda hoje, as mulheres brancas, mesmo quando possuem a escolaridade igual à dos homens brancos, são menos remuneradas devido à discriminação sexual que sofrem (NASCIMENTO, 2019; CHIES, 2010; HIRATA, 2002; SILVA; BARROS, 2021). Com relação às mulheres negras, a diferença salarial ocorre devido à discriminação racial, sexual e a defasagem escolar (NASCIMENTO, 2019; CHIES, 2010; HIRATA, 2002;

CARNEIRO, 2019B; GONZÁLEZ, 2020). Sendo que, para uma mulher branca alcançar os mesmos cargos que os homens brancos era preciso mais 5 anos de estudo quando comparadas a eles (CARNEIRO, 2019B). E as mulheres negras para alcançar os mesmos padrões de emprego das mulheres brancas precisavam de 4 a 7 anos a mais de estudo, ou seja, 11 anos a mais para alcançar o mesmo cargo que um homem branco (CARNEIRO, 2019B).

Além da raça, outros fatores diferem na vivência das mulheres e possíveis vulnerabilidades que elas sofrem como o local onde moram, país, bem como as particularidades de uma maternidade, dentre outros. Em uma pesquisa feita com mulheres trabalhadoras da zona rural no estado de Minas Gerais, em que 70% delas se autodeclararam pardas, constatou-se que essas mulheres se encontravam em uma posição subordinada no mercado de trabalho (BALIZA et al, 2018). Apesar de necessitar de um maior aprofundamento, essa subordinação na zona rural tem raízes históricas e é fruto das desigualdades de gênero e raciais, contribuindo para dificuldades no acesso à educação, cultura e melhores rendas dessa população (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002).

Outro ponto que deve ser levado em consideração tanto debate referentes as mulheres e trabalho quanto no envelhecimento das mesmas, são as mulheres transexuais, transgêneros e travestis nas quais também sofrem com controle do poder biomédico, psiquiátrico e sexista sobre seus corpos e identidades, colaborando para inviabilizar suas existências na sociedade e na política, além da negação de seus direitos (BAGAGLI, 2016; FERNANDES; RIBEIRO, 2018). Tendo em vista isso, suas identidades femininas não são percebidas como parte de um indivíduo “universal”, sendo as travestis vistas como um corpo sem consciência, transformado em carne, e as transexuais uma consciência sem corpo (BAGAGLI, 2016). As mulheres transexuais na sociedade experienciam violência física, sexual, psicológica e muitas vezes são assassinadas (FERNANDES; RIBEIRO, 2018). Na esfera laboral remunerada, as pessoas transexuais que se inserem no mercado de trabalho formal, por exemplo, representam apenas 16,7% deles, resultando no aumento da vulnerabilidade dessa população (SILVA et al, 2020). O baixo percentual no ingresso no mercado de trabalho da população transexual pode estar relacionado, principalmente, à baixa escolaridade, tornando-se imprescindível o aumento de políticas públicas referentes à inclusão escolar, relativas à diversidade de gênero nas escolas e universidades e que objetivem diminuir o estigma e discriminação e, dessa forma, transformando a concorrência por um trabalho remunerado mais equânime (SILVA et al, 2020).

Historicamente, como advento da globalização, a partir dos anos 90, houve uma transformação nos empregos das mulheres e dos homens, gerando um crescimento de postos

informais, precários e vulneráveis em diferentes locais do mundo como na Ásia, Europa e América Latina (HIRATA, 2002; GONZALEZ, 2020). Nessa ocasião, a divisão sexual do trabalho é também uma divisão da precariedade do trabalho, pelo fato das mulheres exercerem mais trabalhos informais do que os homens, no contexto nacional e internacional, e também são mais propensas ao desemprego (HIRATA, 2009). Helena Hirata (2009), levando em consideração estudos na área do trabalho e desemprego, sugere três indicadores podem levar a precariedade do trabalho: a inexistência de direitos, sejam eles humanos ou trabalhistas, como férias, previdência social, horas reduzidas de trabalho e, conseqüentemente, baixas remunerações, e por último baixas qualificações que resultam em baixos salários ou até mesmo o desemprego.

Portanto, existem diversos fatores que influenciam a forma como as identidades e suas representações sociais se estabelecem. Dentre estes fatores tomam-se como exemplo o envelhecimento, contextos históricos e políticos que podem provocar diversos efeitos na construção da identidade das mulheres e nas relações que essas estabelecem com o trabalho. Nesse sentido, a relação das mulheres com o trabalho marca suas trajetórias de vida, sendo um princípio regulador de sua identidade social. Em meio a isso, torna-se relevante compreender como as mulheres se percebem e percebem outras mulheres durante o processo de envelhecimento por meio da noção de produtividade, considerando suas experiências ao longo do curso de vida.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo aqui apresentado refere-se a um estudo geracional qualitativo, realizado com delineamento de campo de corte transversal. Os instrumentos utilizados foram um questionário socioeconômico e uma entrevista semiestruturada. O questionário teve como objetivo entender o perfil socioeconômico das participantes da pesquisa, já o uso da entrevista tinha o intuito de evidenciar a relevância da linguagem na constituição da identidade (MAYORGA, 2006). Com isso, a ideia era compreender as percepções das mulheres participantes sobre suas noções de produtividade em relação às mulheres de diferentes idades e sobre si mesmas, de acordo com as suas trajetórias de vida. Almejamos entender como são construídas as identidades através da noção de produtividade no envelhecimento. Dessa forma, o uso da entrevista semiestruturada facilitou a realização da proposta principal da pesquisa, pois ao dar voz ao ator, permite compreender a forma como este constrói sua identidade (GIBBS, 2009).

4.1 CRITÉRIOS E SELEÇÃO DAS PARTICIPANTES

A seleção das participantes foi feita de acordo com os períodos do ciclo de vida, sendo possível, dessa forma, analisar os processos “identitários” em relação à noção de produtividade. Os períodos adotados foram: a “adolescência”, dos 11 aos 20 anos; o início da vida adulta, dos 20 aos 40 anos; vida adulta, dos 40 aos 65 anos e vida adulta tardia, dos 65 adiante (PAPÁLIA et al, 2013). Porém, apesar da utilização de marcos cronológicos de idade como definição dos ciclos da vida, essa separação só foi usada para facilitar o recrutamento das participantes e propiciar um distanciamento do tempo de vida e contextos históricos vivenciados.

Em cada um destes períodos participaram 4 mulheres, recrutadas através do método *snowball sampling* (amostra bola de neve), a qual consiste em uma técnica de amostragem não probabilística que utiliza cadeias de referência. Assim, foram buscadas famílias e pessoas que conhecessem outras famílias para indicar e que tivessem o perfil para participar dessa pesquisa por meio de uma rede de contatos. Foram utilizados os aplicativos *Whatsapp*, uma plataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones, o *Telegram*, um aplicativo similar ao *Whatsapp*, *Facebook Messenger* e *Instagram Direct*, também com funções similares aos aplicativos anteriores, além do contato direto com os estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora dentro do campus. Outro ponto importante na seleção das participantes, na busca de uma das famílias, foi o estabelecimento do critério das integrantes serem autodeclarantes pretas, com o intuito de trazer uma perspectiva mais interseccional desta pesquisa.

O estudo foi de base geracional, ou seja, cada participante encontrava-se dentro de uma faixa de idade, sendo entrevistadas mulheres de uma mesma família (4 integrantes, 1 de cada período descrito acima), tendo sido avaliadas 4 famílias. O critério adotado para a seleção do gênero das participantes foi relevante, devido às diferentes formas de construção das identidades que podem existir em relação ao trabalho especificamente feminino. Para além, um estudo do tipo geracional com mulheres permitiu compreender o ponto de vista e a forma de vivenciar os conteúdos transmitidos pelas diferentes representantes das gerações.

4.2 INSTRUMENTOS

Primeiramente, foi entregue as participantes um questionário socioeconômico (Apêndice A) com 16 a 20 questões sobre as principais informações, tais como nome, idade, cidade e estado, estado civil, número de filhos, autodeclaração de cor e raça (branca, parda, preta, amarela e indígena), grau de escolaridade, renda mensal individual, renda familiar,

quantas pessoas moram na residência, quantas pessoas contribuem na renda familiar, quais itens materiais constam na residência (televisão, automóvel, máquina de lavar, telefone, notebook ou computador) e as condições de moradia (água tratada, acesso à internet, rua asfaltada ou pavimentada).

A segunda parte do questionário foi separada por uma questão filtro³: “Você é remunerado pelo seu trabalho?”. Nesta parte, perguntava-se em que trabalha atualmente (Na indústria, comércio, como diarista, funcionária do governo federal, estadual ou municipal, profissional liberal, trabalho em casa etc), qual a função nesse trabalho remunerado (gerente, funcionária pública, militar, empregada do setor privado, trabalho informal ou temporário, autônoma, aposentada etc), há quanto tempo está trabalhando nessa atividade e se exerce outra atividade remunerada, qual seria ela. Ao final, havia um espaço para comentários, caso a participante quisesse tirar dúvidas ou apenas comentasse algo. A aplicação do questionário socioeconômico foi feita pelo aplicativo Google Formulários (G corp).

Em seguida, foi aplicado o roteiro da entrevista semiestruturada (Apêndice B), elaborado por mim a autora, a partir de uma revisão da literatura sobre a temática, envelhecimento, mulheres, trabalho remunerado e doméstico não remunerado, variando entre 12 a 24 questões. Esse roteiro foi previamente testado através de entrevistas preliminares para verificar possíveis inadequações e, assim, ser corrigido. Nesta etapa foram entrevistadas três participantes, Mariana e Bruna da família Nascimento (nomes fictícios), de 29 e 16 anos, respectivamente, e Joana da família Camargo, de 70 anos. Por meio dessas entrevistas e com as sugestões feitas pela banca após o exame de qualificação, foram retiradas questões que não eram compatíveis com a proposta da pesquisa ou que resultaram em um corpus muito extenso. Feito isso, foram acrescentadas novas perguntas, consideradas mais adequadas ao objetivo do estudo por serem relacionadas ao trabalho doméstico não remunerado, como atividades domésticas e o cuidado para com os membros da família. As participantes das entrevistas preliminares foram convocadas novamente para responderem a essas novas perguntas que foram acrescidas.

Além disso, a ordem de algumas perguntas foi modificada, em que antes se perguntava sobre o trabalho remunerado para depois indagar sobre as noções de produtividade, com o

³ Questão-filtro é uma pergunta no questionário na qual tem a função de separar um conjunto de questões não se aplicam a todos os participantes (FIFE-SCHAW, 2010).

objetivo de não comprometer a percepção autêntica das participantes em relação às suas definições de produtividade. Tendo em vista todos esses aspectos, foram elencadas em primeiro lugar as perguntas relacionadas às noções de produtividade, no sentido de indagar como as participantes se sentem, hoje em dia, em relação à produtividade, tendo como referência suas próprias percepções de produtividade nos diferentes períodos de vida – mulheres menores de 20 anos, de 20 aos 40 anos, dos 40 aos 65 e acima dos 65 anos. Em seguida, foram criados mais três tópicos, os quais investigavam a trajetória de vida das participantes e a percepção da produtividade. No primeiro, eram questões referentes às atividades domésticas e produtividade, em seguida, sobre o cuidado com os membros da família e produtividade, e por último perguntas relativas ao trabalho remunerado. As entrevistas foram aplicadas virtualmente por meio do aplicativo de videoconferência Google Meet desenvolvido pela Google Corp.

4.3 REGISTRO DOS DADOS

As técnicas utilizadas para os registros foram a gravação de vídeo no Google Meet disponibilizado pela conta G Corp. Esse tipo de registro proporcionou um melhor aproveitamento do mesmo, sendo possível, posteriormente, a transcrição das entrevistas para uma análise criteriosa (BREAKWELL, 2010). Nesse processo, características paralinguísticas foram observadas (tom de voz, pausas, mudanças de entonação, silêncio, gestos e expressões faciais), com o intuito de interpretar melhor o conteúdo das entrevistas (MUYLAERT et al, 2014).

4.4 ASPECTOS ÉTICOS

O projeto foi submetido ao Comitê de ética e pesquisa em seres humanos (CEP) da UFJF para apreciação, tendo sido aprovado sob parecer número 4.123.481, de acordo com os princípios éticos do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). As participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE (Apêndice A, o Termo de consentimento livre e esclarecido/responsáveis - TCLER (Apêndice B) entregue aos seus pais ou responsáveis e o Termo de assentimento livre e esclarecido para as participantes menores de idade - TALE (Apêndice C), em que consta o modo de funcionamento da pesquisa, campo para o aceite e rubrica do participante, sendo possível a este identificar-se ou não. Devido ao contexto de pandemia da COVID-19, os termos foram entregues por intermédio do Google formulários e das entrevistas gravadas com o consentimento verbal do participante.

4.5 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS

Foi utilizado o modelo de análise de conteúdo (FRANCO, 2021). Essa abordagem tem o intuito de descrever as características das mensagens e, por meio disso, o pesquisador cria o seu próprio processo de decodificar o conteúdo, assim, ele analisa, infere e elabora suas interpretações referentes ao processo de decodificação do produtor (FRANCO, 2021). Tendo em vista os objetivos da pesquisa e a definição do referencial teórico quanto ao conteúdo a ser analisado, foram decididas as unidades de análise do tipo temática. Posto isso, o corpus da pesquisa foi dividido por temas estabelecidos posteriormente à coleta de dados.

Nessa ocasião, foram feitas atividades pré-análise, tais como leitura flutuante - leitura de todos os materiais coletados, a escolha dos documentos, aplicada a regra da saturação, a qual consiste em considerar todos os elementos do corpus (respostas dos questionários e as transcrições das entrevistas semiestruturadas), a fim de compreender os contextos e as condições sociais, políticas e históricas existentes nas mensagens difundidas. Além de ter sido aplicada a regra da homogeneidade, em que corresponde seguir os critérios definidos e não extrapolar esses critérios e os objetivos e, ao fim, mencionar os temas presentes nas mensagens, sejam eles explícitos ou subjacentes.

Desta maneira, após a definição das unidades de análise, foram criadas as categorias. Essas foram eleitas inicialmente pelo conteúdo do discurso emergido, para depois serem comparadas a um referencial teórico. Nesta etapa, o corpus da pesquisa e o referencial teórico eram consultados de forma constante e simultânea. Sendo assim, a primeira foi denominada: “Identidades sociais no envelhecimento”, no qual foi dividido em “Identidade Social das mulheres menores de 20 anos atrelada aos estudos”, “Identidade Social das mulheres de 20 aos 40 anos: a idade do esforço máximo”, “Identidade das mulheres entre 40 aos 65 anos” e “Identidade das mulheres acima de 65 anos”. A segunda: “Estigmas no processo do envelhecer” separada entre “Os “aborrecentes”: o Estigma das mulheres jovens menores de 20 anos”, “O Estigma da falta domínio tecnológico”, e “O Estigma no processo de envelhecimento: percepção da produtividade associada à limitações”. A terceira: “O trabalho invisível das mulheres no envelhecimento” dividida em duas subcategorias “As tarefas domésticas e atividades rurais não remuneradas” e “O cuidado”. A quarta: “O que representa a remuneração?”, dividida em “O trabalho remunerado” e “A “boa” aparência como condição da conquista e manutenção do trabalho remunerado”. E por último: “A sobrecarga dos dois trabalhos: todas somos iguais?”

5. RESULTADOS

Foram entrevistadas 16 participantes de quatro famílias, quais sejam Nascimento, Camargo, Salomão e Coutinho. Os nomes e sobrenomes utilizados para as participantes são fictícios, tendo sido escolhidos pelos membros das famílias contactadas para recrutar as entrevistadas. Na próxima sessão resumirei as principais informações coletadas de cada membro das famílias distintamente, mas antes farei um breve resumo sobre algumas diferenças relevantes nos dados socioeconômicos entre as integrantes de uma mesma família e entre as famílias. Uma análise mais profunda desses dados será discutida juntamente com o conteúdo mais pertinente obtido nas entrevistas.

Não foi possível definir a classe social das participantes neste estudo apenas pelos dados do questionário socioeconômico, necessitando de um maior aprofundamento para esse critério. O conceito classe social abrange mais do que apenas a renda, sua definição perpassa campos jurídicos, políticos e ideológicos (LOMBARDI et al, 1988), com variações de acordo com o autor, como Karl Marx, Pierre Bourdieu e Max Weber, que possuem concepções distintas sobre o conceito (TINEU, 2017).

5.1 DADOS DO QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO:

No material coletado, foi possível notar diferenças entre integrantes da mesma família em relação à escolaridade, às condições de trabalho, moradia, pertences e renda. Porém, essa distinção é mais evidente entre as integrantes da família Coutinho, em que a participante, Lucilene com idade acima de 65 anos, não possuía renda individual, e sua renda familiar referida foi de 1 a 2 salários mínimos. As rendas individuais de sua sobrinha Sara, entre 20 e 40 anos, e sua filha Sophia, entre 40 aos 65 anos, eram de 5 a 10 salários mínimos, maior do que a renda familiar de Lucilene. Outro aspecto relevante é que na família Camargo três das quatro integrantes são autodeclarantes pardas, e apenas uma é autodeclarante branca, Karen, mas tal classificação não demonstrou repercussão na renda das integrantes, variando entre 1 a 2 salários mínimos. Já nas famílias Salomão e Nascimento, os membros participantes possuíam a mesma autodeclaração, pretas e brancas, respectivamente, e quanto à renda, não houve diferenças significativas entre elas.

Na comparação entre as famílias, de modo geral, levando-se em conta a unidade familiar como um todo, as entrevistadas que possuíam mais integrantes autodeclarantes brancas das famílias Nascimento e Coutinho, tinham também maior escolaridade, renda, condições de trabalho e moradia do que as das famílias compostas por mais integrantes autodeclarantes

negras⁴, como no caso da família Camargo, três das quatro participantes auto declarantes pardas, e a família Salomão, com todos os membros autodeclarantes pretas.

Segue abaixo a descrição das famílias.

5.1.1 Família Nascimento

A família Nascimento é composta por mulheres autodeclarantes brancas, nas quais utilizaremos os nomes fictícios Bruna, Mariana, Jaqueline e Helena. Todas as quatro participantes moram no estado de Minas Gerais, entretanto, Bruna, Mariana e Jaqueline moram em uma cidade de quase 80 mil habitantes, e Helena mora em outra cidade com aproximadamente 1400 habitantes. Bruna tem 16 anos, é solteira, não tem filhos e ainda não completou o ensino médio. Ela mora com sua mãe, Jaqueline, de 56 anos, também participante da pesquisa, e seu pai, advogado liberal. A renda familiar é de 2 a 5 salários mínimos. Elas moram em uma casa própria, a qual tem acesso a água tratada, a rua é asfaltada e com acesso à internet. Além disso, essa família possui 3 automóveis, 1 televisão, 4 notebooks, 3 celulares e uma máquina de lavar. Jaqueline é casada e tem 3 filhas, sendo duas delas também participantes da pesquisa, Mariana e Bruna, e a outra Rafaela, de 31 anos, que mora no estado de Goiás. Sua renda individual é de 1 a 2 salários mínimos e, ela trabalha atualmente como funcionária pública há 4 anos. Jaqueline completou o ensino superior, se graduando em Administração de Empresas.

A outra filha de Jaqueline, Mariana, de 29 anos, é casada e não tem filhos. Ela mora hoje em dia com o seu marido. A renda familiar deles é de 5 a 10 salários, e a renda individual dela é de 2 a 5 salários. A participante trabalha de forma remunerada em uma instituição de ensino privada como Gestora de Assessoria da Reitoria há 4 anos. Ela tem graduação completa em Direito. A casa deles não é própria, têm água tratada, rua asfaltada e acesso à internet. Na casa a família dispõe de 1 televisão, 1 computador, 2 automóveis e 2 celulares.

Helena, irmã da Jaqueline tem 70 anos, é casada, mora com seu marido, e tem um filho de 35 anos e uma filha de 43 anos. Ela concluiu o ensino médio e, atualmente, é aposentada. A renda familiar é de 10 a 30 salários mínimos, sendo ela e seu marido os contribuintes. Já a sua renda individual é de 5 a 10 salários mínimos. Sua casa é própria e também tem água tratada,

⁴ Atualmente, a autoclassificação “negros” é considerada a somatória de pretos e pardos (IBGE, 2015).

rua asfaltada e acesso à internet, dispondo de uma televisão, 1 notebook, 1 máquina e 2 celulares na casa.

5.1.2 Família Camargo

A família Camargo é de uma cidade do estado de Minas Gerais com menos de 7 mil habitantes, sendo composta por Beatriz, Karen, Catarina e Joana (nomes fictícios). Beatriz, neta de Joana e sobrinha de Catarina, têm 18 anos, se autodeclara parda, está cursando o ensino médio, não tem um trabalho assalariado, é solteira e não tem filhos. Ela mora com seu pai, mãe e irmão, que atualmente tem 13 anos. A renda familiar deles é de 2 a 5 salários apenas seus pais são os contribuintes. A casa é própria, com água tratada, acesso à internet e a sua rua é asfaltada, além de conter 2 televisões, 2 computadores, 2 automóveis, 1 máquina de lavar e 4 celulares.

A entrevistada Karen, é prima dos filhos de Catarina, tem 31 anos, autodidata branca, é casada e tem 2 filhos, uma menina de 2 anos e um menino de 3 anos, diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista. A participante tem graduação completa, a qual cursou Serviço Social. Atualmente, não está no mercado de trabalho assalariado, pois não precisa cuidar de seus dois filhos. Ela mora com sua mãe, seu companheiro, não sendo casados, e também seus dois filhos. A renda de sua família é de 1 a 2 salários mínimos, sendo apenas seu marido o único contribuinte. A casa deles é própria, têm água tratada, acesso à internet e sua rua é asfaltada. Na casa a família dispõe de 1 televisão, 1 computador, 1 automóvel, 1 máquina de lavar e 3 celulares.

Catarina tem atualmente 49 anos, se autodeclara parda, é casada e tem dois filhos, Lucas de 25 anos e Pedro de 29 anos. A entrevistada tem graduação completa em Ciências Biológicas e é pós-graduada na mesma área. Porém, Catarina não exerce a profissão em que se graduou. Até o momento da entrevista, a participante trabalhava informalmente sem carteira assinada em uma Indústria de confecção de roupas há mais de um ano, assim, pode ser considerada como uma subocupação por insuficiência de horas trabalhadas. Em sua casa moram além dela, seu marido e seu filho Lucas, mas contribuem para a renda familiar apenas ela e o seu marido. Sua renda individual é de 1 salário mínimo, já a renda familiar varia a cada mês, pois seu marido exerce trabalho autônomo. Sua residência não é própria e não contém nem água tratada e nem rua asfalta, sendo localizada em uma zona rural, com acesso à internet, 2 televisões, 2 computadores, 1 máquina de lavar, 1 automóvel e dois celulares.

A mãe de Catarina, Joana, tem 70 anos, é parda e tem 3 filhos, Maria, de 41 anos, Catarina, de 49 anos e Sebastião de 52 anos. Nas entrevistas preliminares, a participante

respondeu no primeiro questionário que se autodeclarou indígena, já no segundo, ela marcou a opção como parda. Ao ser questionada em qual das duas opções ela se identifica, Joana esclareceu o ocorrido relatando que seu neto, Lucas, filho de Catarina, explicou a ela que para se identificar como indígena é necessário ter ancestralidade. Assim, ela se auto identifica como negra somatória de pretos com pardos, mas como no questionário não havia tal classificação, ela se autodeclarou parda. Joana não completou o ensino fundamental, é aposentada, ou seja, é classificada como fora da força potencial de trabalho, mas como é conhecido os aposentados podem exercer um trabalho remunerado ou serem autônomos, a fim de aumentarem suas rendas. Mas no caso de Joana, atualmente, ela não exerce nenhum trabalho remunerado, recebendo apenas o valor de sua aposentadoria, 1 salário mínimo. Hoje em dia, a participante mora somente com seu marido, e a renda familiar dos dois é de 1 a 2 salários mínimos, sendo eles os únicos contribuintes. Na casa, o casal dispõe de uma televisão, não tem computador, 1 automóvel, 1 máquina de lavar e 2 telefones celulares. A casa é própria, com rua asfaltada, água tratada e acesso à internet.

4.1.3 Família Salomão

A família Salomão é uma família com todas as integrantes autodeclarantes pretas. Elas são residentes de uma cidade de Minas Gerais com aproximadamente 600 mil habitantes, sendo composta por Olívia, Suzana, Mercedes e Maura. A participante Olívia é sobrinha de Mercedes, mas não é familiar das outras duas participantes. Ela tem 19 anos, é solteira e não tem filhos. A neta de Maura tem o ensino médio completo e não trabalha de forma remunerada hoje em dia. Apenas a mãe de Olívia contribui para renda familiar, sendo de 1 salário mínimo. Ela mora com sua mãe e seu irmão, de 30 anos, e a residência deles é própria, e tem 1 televisão, 1 notebook, 2 celulares, não possui carro e nem máquina de lavar.

A participante Suzana tem 32 anos, é solteira e tem dois filhos pequenos, um de 2 anos e outro de 4 anos. A neta de Maura possui ensino médio completo e trabalha como diarista/faxineira de forma remunerada, e trabalha por conta própria, sem carteira assinada, estando nessa profissão a mais de 1 ano, sendo considerada como uma subocupação por insuficiência de horas trabalhadas. Na entrevista, Suzana relatou que também é Yalorixá na religião Candomblé, popularmente chamada de “mãe de santo”. Hoje em dia, a participante mora apenas com seus filhos, e sua renda individual e familiar é de 1 salário. Na sua casa possui 1 televisão, 1 automóvel, 1 máquina de lavar e 1 telefone celular.

Mercedes, filha de Maura, tem 55 anos, é casada e tem dois filhos. A sua escolaridade é Curso técnico completo, e trabalha em dois empregos de forma remunerada, um é em uma Indústria com carteira assinada, e o outro é como costureira de forma autônoma. Sua renda individual é de 1 a 2 dois salários mínimos. Mercedes mora com suas duas filhas, de 22 e 29 anos, e com seu marido. A renda de sua família é de 2 a 5 salários mínimos, sendo que três pessoas contribuem. Na residência deles tem 4 televisões, nenhum automóvel, 3 computadores, 1 máquina de lavar e 4 telefones celulares. A casa deles é própria, possui rua asfaltada, água tratada e acesso à internet.

Maura, tem 85 anos, é viúva e teve 4 filhas, duas já morreram. A avó de Suzana tem ensino médio completo e atualmente é aposentada, e também não trabalha. Ela mora com uma mulher idosa, mas não tem nenhum grau de parentesco. Sua renda familiar é de 1 a 2 salários mínimos, sendo apenas ela que contribui com a renda familiar. Em sua casa não tem computador e nem automóvel, contém 1 máquina de lavar, 1 celular e 2 televisões. A residência é própria, a rua é asfaltada e tem internet e água tratada.

5.1.4.Família Coutinho

A família Coutinho é composta por Clara, Sara, Sophia e Lucilene. As quatro participantes moram no estado de São Paulo, mas apenas Sophia mora em uma cidade com 145 mil habitantes. As outras participantes moram em uma cidade com aproximadamente, 700 mil habitantes. Clara tem 16 anos, autodeclarante parda, é solteira e não tem filhos. A neta de Lucilene tem ensino incompleto e trabalha de forma autônoma há mais de um ano produzindo quadros de *lettering* (arte de desenhar letras). A neta de Lucilene não indicou sua renda com as vendas de seus quadros. Sua renda familiar é de 2 a 5 salários mínimos, e ela mora com sua mãe e irmã, sendo que apenas sua mãe contribui com a renda familiar. Em sua casa tem 1 televisão, 2 notebooks, 1 máquina de lavar, 3 celulares e nenhum automóvel. Sua residência é própria, com água tratada, acesso à internet e a rua é asfaltada.

Sara tem 32 anos, autodeclarante branca, casada, e não tem filhos. A prima de Sheila tem pós graduação completa e atualmente trabalha a quatro anos em um banco privado com carteira assinada na área de Recursos Humanos. Ela mora apenas com seu marido e sua renda individual é de 5 a 10 salários e a renda familiar de 10 a 30 salários, sendo ela e seu marido contribuintes. Sua casa tem 2 televisões, 2 notebooks, 2 automóveis, 1 máquina de lavar e 2 celulares. A casa deles é própria, têm acesso à internet, água tratada e a rua é asfaltada.

Sophia tem 44 anos, autodeclarante branca, é casada e tem 2 filhos, de 13 e 19 anos. A tia de Clara é pós-graduanda e formada em Ciências Econômicas. Atualmente trabalha como

Técnica de Informação em uma empresa privada há 4 anos, e tem renda individual de 5 a 10 salários. Ela mora com seu marido e seus dois filhos, e a renda familiar deles é de 10 a 30 salários mínimos, sendo apenas ela e seu marido os contribuintes. A residência é própria, têm água tratada, acesso à internet e com rua asfaltada. Eles possuem em casa 2 televisões, 3 notebooks, 2 automóveis, 1 máquina de lavar e 4 celulares.

Lucilene tem 70 anos, é autodeclarante branca, é casada e tem 3 filhos adultos. A mãe de Sophia possui ensino fundamental incompleto, e atualmente não trabalha de forma remunerada e também não é aposentada. Considera-se uma “dona de casa”, classificada como fora da força de trabalho. A renda familiar é de 1 a 2 salários mínimos, mora com seu marido e filho, de 30 anos, sendo eles os contribuintes. Na residência possui 1 televisão, 1 computador, 1 automóvel, 1 máquina de lavar e 1 celular. A casa é própria, com água tratada, acesso à internet e com rua asfaltada.

Os dados obtidos serão discutidos na próxima seção.

6 DISCUSSÃO

6.1 IDENTIDADES NO ENVELHECIMENTO

Nesta sessão abordaremos o tema mais específico sobre identidade pessoal e identidades sociais virtuais no envelhecimento por meio da noção das próprias participantes em relação à produtividade. Será delimitado desta forma, de acordo com os períodos do ciclo de vida. Lembrando que as identidades são divididas por identidade social virtual e identidade social real, sendo apenas a primeira discutida. A identidade social virtual diz respeito às categorias criadas por um indivíduo ou grupo social na interação com o outro, sobre como esse indivíduo é, podendo se distinguir das características reais desse indivíduo, denominadas de identidade sociais reais (GOFFMAN, 1988). Já as identidades pessoais são marcas de apoio de identidade e a associação particular dos elementos presente na história de vida desse indivíduo e que são agregados ao ele com um facilitador desses apoios para a sua identidade (GOFFMAN, 1988). Em vista disso, discutiremos as percepções das mulheres participantes sobre si mesmas e sobre as outras mulheres, que se encontram nos quatro diferentes períodos dos ciclos de vida, menos de 20 anos, 20 aos 40 anos, 40 aos 65 anos e acima de 65 anos.

6.1.1 Identidade das mulheres menores de 20 anos atrelada aos estudos

Durante as entrevistas, frequentemente, as participantes associaram a produtividade das mulheres menores de 20 anos com escolaridade e realização de estudos. Como por exemplo, a participante Helena, de 70 anos, membro da família Nascimento, foi uma delas, como pode ser

observado no seguinte trecho: “Olha, eu percebo que com menos de vinte anos ainda estão estudando, né? Então, isso aí é já é ser produtivo, né? Que já está se preparando pra mais coisas na vida.”. Em relação às participantes menores de 20 anos, acerca da percepção de si mesmas sobre se sentirem produtivas, todas elas, Bruna Nascimento, Olívia Salomão, Clara Coutinho e Beatriz Camargo, também consideraram os estudos como uma forma de se sentirem produtivas nessa faixa etária. Como exemplo, o relato de Beatriz, de 17 anos: “Me considero produtiva em relação aos estudos. Eu começo a estudar oito horas da manhã e paro oito horas da noite”. Além disso, a participante Mariana, sobrinha de Helena e irmã de Bruna, de 29 anos, em concordância com as outras participantes, a respeito de quando tinha menos de 20 anos, também percebeu sua produtividade nessa época atrelada aos estudos, trazendo assim uma perspectiva semelhante à atual:

“Eu acho que a minha percepção sobre produtividade era mais estudo. Mais, é, me dedicar a coisas mais banais. Como, é, arrumar o cabelo. Eu acho que eu era tão produtiva igual hoje por questões de experiência. A minha noção era acordar cedo, ir para aula ou acordar cedo e fazer um trabalho. Era basicamente isso.”

Essa associação entre a identidade social virtual e pessoal das participantes menores de 20 anos com os estudos pode ser devido a Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional, promulgada em 1996, a qual estabeleceu normas para a educação brasileira em que se torna um dever do Estado com educação escolar pública a garantia de uma educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade (BRASIL, 1996). O que resultou uma maior permanência tempo das gerações nascidas a partir do final dos anos 80 na escola e, conseqüentemente, um atraso no ingresso dos mesmos no mercado de trabalho remunerado.

Todavia, a “adolescência”, dependendo do contexto, pode ter diversas identidades sociais reais, tais como a de uma jovem estudante, uma mulher no mercado de trabalho, uma mãe, dentre outras de acordo com suas possibilidades e escolhas (ANGELIN; TRUZZI, 2015). Conforme o IBGE (2020), de 2016 a 2019, a frequência escolar de jovens, entre 15 e 17 anos, foi de 87% para 89%. Entretanto, de 2016 para 2019, entre os indivíduos de 18 a 24 anos essa mesma frequência permaneceu estagnada, com 30,7%. Apesar da maioria dos jovens brasileiros nessas idades estarem estudando, como no caso das participantes menores de 18 anos, isso não representa a realidade de muitos deles. Entre os jovens de 15 aos 17 anos, 13% deles que não estão frequentando a escola configura, aproximadamente, 1,6 milhões de brasileiros (IBGE, 2020). Ademais, em 2015 entre os jovens de 15 aos 29 anos que haviam evadido da escola antes de terminarem o ensino médio (1,3 milhões), 61,4% deles não concluíram o ensino

fundamental, apenas 22,1% finalizaram o ensino fundamental e 16,4% não tinham o ensino médio completo (IBGE, 2016). Isso significa que a evasão escolar no Brasil abarca um número bastante significativo de jovens.

A entrevistada Olívia Salomão, autodeclarante preta, de 19 anos, em sua percepção referente à produtividade das mulheres nesse período do ciclo de vida, considerou que: “[...] Muitas das vezes umas não tem oportunidade, é, não teve, não conseguiu um bom estudo, pra poder conseguir, mas outras tiveram oportunidades e conseguiram chegar no objetivo.” Em nosso país, os governos anteriores tentaram aprimorar a oferta de uma educação universal, contudo, a população negra não tem se beneficiado disto (CARNEIRO, 2011). Tanto as estruturas das escolas como os currículos escolares não dialogam com as realidades e vivências da população jovem, tão pouco com os projetos de futuro deles (OLIVEIRA, 2018). Faltam mais investimentos públicos para o ensino brasileiro, como uma maior remuneração dos professores que, conseqüentemente, interferem no tempo dedicado a ensinar, já que, muitas vezes, os professores exercem mais de um emprego para complementar suas rendas (OLIVEIRA, 2018). Para Mercedes, tia de Olívia, autodeclarante preta, de 55 anos, o ideal seria que, nesse período do ciclo de vida, as jovens estivessem estudando ao invés de trabalhar:

“Eu acho assim, porque se elas tão sendo produtivas, eu penso assim, trabalhar fora e ter aquele dinheiro delas, elas tão perdendo tempo, num tá estudando, né? Tá certo? Porque a melhor formação é o estudo. Então, vinte, menores de vinte anos eu acho que elas ainda não concluíram uma faculdade, tá? Tá associando as duas coisas, que é trabalhar e estudar, provavelmente. E isso vai um desgaste grande. Então, quer dizer que na casa deve tá passando alguma necessidade. Que eu acho que ainda não é necessário a menina antes dos dezoito anos tá trabalhando. Eu penso assim.”

Realmente, quando ocorrem problemas financeiros em uma família, a primeira negociação e conseqüente corte se refere aos estudos (MADALOZZO et al, 2008; VIEIRA et al, 2016). A educação dos filhos está relacionada à renda de sua família, visto que se o jovem não tiver uma estabilidade financeira em sua casa, economicamente, para sua família o trabalho remunerado pode ser a única opção, substituindo o investimento na educação (VIEIRA et al, 2016). As identidades sociais reais das jovens, entre 14 aos 18 anos, podem ter significados distintos, dependendo do gênero, classe social, raças, contexto social, histórico e cultural (ANGELIN; TRUZZI, 2015). Em 2013, o número de jovens saindo do mercado de trabalho aumentou e, em vista disso, é evidente que o trabalho remunerado e a escola “competem” pelo tempo desses jovens, logo, é provável que uma parte deles fizeram a escolha por estudar durante mais tempo e outra parte tenha vivenciado dificuldades para conseguirem um emprego, e isso os levou a retornar ou se manter na escola (CORSEUIL; FRANCA, 2015). Em contrapartida,

no Brasil, de 2005 a 2015, houve uma diminuição do percentual de jovens que estudavam e trabalhavam ao mesmo tempo, o que elevou o número de jovens que apenas estudavam (IBGE, 2016). No entanto, se faz necessária uma investigação se os jovens estão trabalhando de forma remunerada e também estudando, ou apenas a primeira situação ou a outro, posto que a diminuição da inserção deles nas escolas acontece, principalmente, nos grupos mais vulneráveis, como os jovens membros das famílias das classes mais pobres, negros e/ou da zona rural (CORSEUIL; FRANCA, 2015).

Como já apontado, a situação financeira é decisiva nas escolhas feitas para a educação, mas para, além disso, é por meio da consciência social e política resultante dela que o indivíduo adquire um poder “intelectual” (MADALOZZO et al, 2008). O filósofo Paulo Freire (1987), alertou sobre o que chamou de "educação bancária", na qual se acredita que o educador é o depositante, o educando e o depositário. Esse modelo vigente na sociedade atual, não objetiva a busca pela transformação de fato, nem pela criatividade, muito menos pelo saber (FREIRE, 1987). Com a alienação e a ignorância, produzida por esses educadores, as posições se mantêm estanques entre educador e educando, permanecendo uma hierarquia. Essa rigidez recusa a ideia de que a educação e o saber fazem parte de um processo de busca (FREIRE, 1987). Na ideologia da educação bancária, os indivíduos são percebidos como seres em adaptação, moldagem e ajustamento, sendo um processo repressor no desenvolvimento de uma consciência crítica para a transformação do mundo (FREIRE, 1987). Essa educação, acaba sendo parte da dominação, uma ferramenta que fortalece a ingenuidade dos oprimidos e contribui para uma acomodação ao mundo (FREIRE, 1987).

A educação e conscientização das mulheres, negras e brancas, é a base fundamental para a conquista do poder econômico e do engajamento na luta por seus direitos, no entanto, isso só irá ocorrer com melhores condições financeiras (MADALOZZO et al, 2008). Portanto, como ressaltado por Sueli Carneiro (2011), dentre as diversas formas de exclusão das pessoas negras, presentes na nossa sociedade brasileira, a educação se configura como a mais cruel. A participante Bruna, irmã de Mariana e sobrinha de Helena, auto declarante branca, de 16 anos, ao ser questionado a respeito da sua percepção em relação às mulheres que não têm um trabalho remunerado, ela trouxe em seu discurso a baixa escolaridade relacionada às questões raciais:

“Eu vejo muito como meritocracia e desvalorização da população [...] Tem muita mulher que elas precisam ter um bom estudo para trabalhar. Então, elas não são aceitas. Ai a mulher, ela não tem total dinheiro para isso ou total liberdade. E também tem a questão de, hoje em dia, as mulheres negras não

conseguem trabalho tanto quanto as brancas com sistema de cotas, porque eles nem sempre são favoráveis.”

É interessante notar que as participantes menores de 20 anos, como Olívia e Bruna, apresentaram em vários momentos de suas entrevistas uma percepção com viés mais social sobre a produtividade das mulheres. Muito provavelmente isso tenha ocorrido em razão das lutas sociais, antirracistas e feministas estarem em pauta nas redes sociais, como uma estratégia muito utilizada por essas novas gerações. O debate sobre cotas, trazido pela participante, foi um grande avanço e serviu como reparação histórica para a exploração do trabalho escravo e a falta de incentivos públicos na integração social das pessoas escravizadas pós-abolição (CARNEIRO, 2011). Entretanto, com certa frequência são fraudadas, necessitando de maior fiscalização (FREITAS; SARMENTO, 2020). Para mais, além das cotas são necessárias mais políticas públicas para aumentar os índices de escolaridade entre negros, indígenas, transexuais, travestis, etc.

Segundo o retrato das desigualdades de gênero e raça, em nosso país, em 2015, as mulheres alcançaram uma melhor escolarização do que homens, sendo que os homens com mais de 15 anos estudam em média 8 anos e as mulheres 8,4 anos. Contudo, mesmo as mulheres estudando a mesma quantidade que os homens, eles ainda representam a maior parte da população economicamente ativa representando 62,3% em comparação a 37,7% das mulheres (IBGE, 2015). Em relação à raça, os homens brancos estudam em média, 9 anos e os homens negros, 7,4 anos. Já entre as mulheres brancas e negras, 9,1 e 7,7 anos, respectivamente. Outro fator que comprova a diferença entre negros e brancos, são os índices de analfabetismo, sendo que o número de pessoas negras menores de 15 anos analfabetos é de, aproximadamente, 69,7%, com apenas 30,3% pessoas brancas analfabetas (IBGE, 2015). Esses dados deixam claro como o racismo estrutural e o sexismo ainda interferem muito na educação dos jovens brasileiros. O que chama atenção é justamente que por meio dela esse mesmo indivíduo pode se desenvolver, construir sua liberdade pessoal e uma formação humana durável ocupando espaços na sociedade (EBLING et al, 2015). A educação possibilita ter acesso aos saberes históricos e conhecer o mundo com suas diversas contradições e, assim, buscar uma transformação social (EBLING et al, 2015).

Houve uma diferença geracional entre algumas mulheres sobre experiências vivenciadas em relação aos estudos e o trabalho remunerado no período do ciclo de vida menores de 20 anos. Algumas participantes acima de 40 anos, ao contrário das anteriores, perceberam a sua produtividade quando tinham menos de 20 anos, atrelada ao trabalho

remunerado e não aos estudos. São elas: Sophia Coutinho, autodeclarante branca, Catarina Camargo, auto declarante parda, sua mãe, Joana e Maura Salomão, ambas autodeclarantes negras. No caso de Joana Camargo, de 70 anos, diferente das jovens da pesquisa menores de 20 anos, ela passou por muitas dificuldades nessa idade, e encerrou seus estudos com 12 anos, não concluindo o Ensino Fundamental. Tempos depois tentou estudar mais velha, mas sem sucesso, pois estava sobrecarregada com o cuidado dos filhos, com a casa e com o trabalho assalariado. O mesmo ocorreu com sua filha Catarina, autodeclarante parda, de 49 anos, que também trabalhou, de forma remunerada, desde os 12 anos, mas, ao contrário de sua de sua mãe, concluiu uma graduação em Ciências Biológicas e, hoje em dia, é pós-graduada nesta área. Essa diferença entre as participantes entre as acima dos 40 anos e as menores de 20 anos e de 20 aos 40 anos em relação aos estudos se deve a Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional, em 1996, já apontada aqui anteriormente, que mudou a realidade de muitos jovens, que tornou obrigatório as crianças e adolescentes estarem matriculados na escola (BRASIL, 1996). Além disso, houve a emenda constitucional nº20 de 1998, que fixou a idade mínima para o trabalho do Menor para 16 anos, podendo ser contratado como Menor Aprendiz apenas a partir do 14 anos (BARROS, 2007). No trecho a seguir, Joana Camargo fala sobre como se percebeu relação a sua produtividade quando tinha menos de 20 anos, sendo possível perceber a não obrigatoriedade de estar na escola antes de 20 anos:

“[...] Com 12 anos falei que eu não ia estudar mais que eu já sabia tudo. E meus pais não obrigaram. Me deram uma enchada e vamos pra roça. Então, que eu consegui estudar foi até o terceiro ano, mas sei lá, eu acho que para mim chega. Quando eu vim pra cá, mudei lá da roça, eu comecei estudar. E aí pensar: agora eu vou estudar muito. Meu irmão ficava na minha casa com meus filhos. Aí é. Eu cheguei. Eu comecei estudar, quando chegou no final do ano a professora deu Mobral⁵. Eu falei não, quero diploma não, não vale nada (Risos). Aí eu fiquei chateada e sai da escola. Não tinha. Não tinha algo para mim aqui. Tinha Mobral. Mobral eu já sabia. Eu já tinha estudado. Eu estudei até o terceiro ano na roça. [...] Aí chegou a aula que eu queria. Só que eu não fui mais. Ia ter que deixar os meninos, trabalhar o dia inteiro, trabalhar a noite, era muito pesado. Aí não estudei mais. Mas eu sabendo escrever o nome e lê já tá bom [...]”

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que a escolaridade define as trajetórias laborais das mulheres. As maiores jornadas de trabalho doméstico não remunerado são

⁵ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi criado entre 1970 a 1985, um período em que intensificou o avanço do capitalismo no Brasil devido à industrialização. Este programa tinha como finalidade qualificar a mão de obra industrial, por meio de uma maior escolarização e redução do analfabetismo, a fim de atrair mais multinacionais para o país e “remover o Brasil do atraso histórico” (SILVA et al, 2021).

realizadas por mulheres menos escolarizadas e, como consequência, isso contribui para que ocupem os postos mais inferiores e desvalorizados no mercado de trabalho (DEDECCA et al, 2009), principalmente ocupado pelas mulheres oriundas das classes menos favorecidas (BARBOSA; COSTA, 2017; PICANÇO; ARAÚJO, 2019). Apesar da relevância desse fato, a educação não pode ter como único objetivo preparar indivíduos aptos para o mercado de trabalho, e tampouco ser associada apenas à identidade das pessoas menores de 20 anos, já que o acesso a ela deve ser democrático. Portanto, ao conceber a educação como uma ferramenta de transformação social (EBLING et al, 2015), e que por meio dela o indivíduo pode adquirir um poder “intelectual” (FREIRE, 1987) denota-se a inclusão social dos mesmos. Todos os indivíduos, incluindo Joana, em qualquer período do ciclo de vida precisam ter facilidades para que consigam ter acesso à educação. Diante disso, visando o aumento dos índices de escolaridade entre os brasileiros, são necessárias mais políticas públicas que diminuam o trabalho doméstico não remunerado e promovam mais a inclusão da mulher no mercado de trabalho em locais como lavanderias, restaurantes comunitários, hortas coletivas etc. (BARBOSA; COSTA, 2017; FEDERICI, 2019; PICANÇO; ARAÚJO, 2019).

Por fim, em relação às mulheres menores de 20 anos que participaram deste estudo e o trabalho doméstico não remunerado, todas as quatro participantes relataram que o realizam em suas casas. Inclusive Beatriz, neta de Joana, que se percebe produtiva justamente por conseguir realizar os dois trabalhos: “Eu me sinto muito produtiva, porque eu consigo conciliar os estudos, tarefas de casa e outras coisas.” As mulheres, no geral, são inseridas desde novas nas atividades do trabalho doméstico não remunerado, até mesmo na infância (AGUIRRE, 2012). A realização do trabalho doméstico não remunerado feito pelas adolescentes dependerá também da classe social dessas famílias, uma vez que, quando a família não tem dinheiro acabam por contratar as mulheres das classes mais pobres para exercerem esse trabalho remunerado e contam com uma rede de apoio, composta por seus filhas, irmãs, vizinhos, mães e amigas (AGUIRRE, 2012; DEDECCA et al, 2009; ARANTES, 2019). Veja mais no tópico: “*A sobrecarga dos dois trabalhos: todas somos iguais?*”.

6.1.2 Identidade das mulheres de 20 aos 40 anos: a idade do esforço máximo.

A literatura se mostrou limitada no que se refere à identidade dos indivíduos de 20 aos 40 anos, principalmente, em relação à identidade das mulheres nesse período da vida. Porém, nos relatos das mulheres deste estudo, de diferentes idades, foi possível perceber um padrão de características atreladas a esse período da vida. Para a maioria das participantes, é um momento da fase reprodutiva em que a mulher mais se sobrecarrega, seja na busca de melhores

oportunidades e crescimento no mercado de trabalho, ou pelo fato de estarem estudando para uma melhor qualificação. Ou ainda no caso de algumas mães, que geralmente cuidam dos filhos, além das atividades domésticas não remuneradas, que estarão presentes por toda a vida delas. Essas atividades citadas, na maioria das vezes, são realizadas simultaneamente por essas mulheres e, por serem ainda iniciantes no mercado de trabalho e/ou não qualificadas o suficiente, recebem baixos salários. Estudos apontam que, em diversos países as gerações nascidas depois da década de 80 enfrentam, nos dias atuais, padrões salariais inferiores às gerações anteriores, e isso vai além do momento de inserção no mercado de trabalho, podendo ser uma marca por toda a vida (FERREIRA, 2019). A maioria das participantes vinculou esse período como sendo um momento da vida “de crescimento”, “de aperfeiçoar”, “correr atrás”, “trabalhar mais”, serem “mais exigidas”, “se desdobrar” e “provar seu valor”. Essa percepção pode ser observada nos fragmentos abaixo, de duas entrevistas diferentes, relativas à percepção delas sobre produtividade nessa idade:

“Chegou aos vinte anos corre atrás! Corre atrás e faz toda a sua, tenha toda a sua base, faz toda a sua vida, pra que quando você chegar no cinquenta, a concorrência não te pegue tanto, né? Como aquela que deixou pra correr atrás de uma remuneração de um trabalho mas na meia idade, né?” (Jaqueline Nascimento, de 56 anos).

“Bom, eu acho que é, a faixa que eu estou hoje, né? Então, acho que é a faixa que as pessoas mais são exigidas, né? Que é a hora que você tem que mostrar seu valor pra ver se as coisas andam. Eu falo sempre dentro da minha realidade do banco, tá? Porque é o que eu conheço. Então, assim, quando você fala mais de quarenta, é uma pessoa que já está no cargo de liderança, que já chefia uma área, né? Então, ela já provou que ela precisa. Então, é ali ela fazer gestão da equipe. Agora, até aí, você tem que se provar muito. Você tem que se desdobrar muito mais! Entregas tem que ser sempre além do esperado. Eu acho que é as pessoas se sobrecarregam mais também.” (Sara Coutinho, 32 anos).

Em outra pesquisa, realizada com mulheres estudantes da geração Y, nascidas entre 1978 e 1998, a respeito da construção de suas carreiras individuais, no âmbito profissional, as participantes salientaram que buscam sucesso, reconhecimento e maiores remunerações (LEMOS et al, 2013). Essa geração ao mesmo tempo é marcada pelo maior tempo de estudo e adiamento da inserção no mercado de trabalho, mas no caso das famílias mais pobres, a realidade é diferente, e os jovens sofrem com os altos índices de desemprego (GALLAND, 2000). O que distingue essa geração da anterior é o fato de que antes os marcos nessa idade eram o ingresso no trabalho remunerado, a saída da casa dos pais e o casamento (ROCHA-DE-OLIVEIRA et al, 2012). Contudo, as jovens da geração Y, ao contrário da geração anterior, sofrem com o aumento do desemprego e dificuldades na inserção profissional, devido Lei de

diretrizes e bases da Educação Nacional e a emenda constitucional, discutidas anteriormente, que retardou o ingresso dessa e das gerações futuras no mercado de trabalho, somado à falta de políticas públicas que amenizassem as consequências disso, resultando em uma maior dependência financeira dos seus pais. Joana Camargo, nascida em 1951, da Geração Baby Boomers, autodeclarante parda, quando jovem, trabalhava de forma remunerada em um salão de costura e já era mãe. No entanto, o trabalho “intenso” parece ser típico desta idade, independente da geração, veja no trecho abaixo, sobre a percepção sua produtividade dos 20 aos 40 anos:

“Eu sentia bem, ajudava muito. Eu trabalhava lá no salão de costura. Eu trabalhava o dia inteiro. Dia de sábado se precisa de fazer um serviço eu ia. Às vezes, tinha muito serviço pra fazer, eu ficava lá até 20 horas da noite, trabalhando. E tudo eu. Era muito feliz. Eu trabalhava e não tinha preguiça de trabalha. Graças a Deus!”

Apesar das diferenças geracionais, o local onde a pessoa vive, zona rural ou urbana, e sua classe social e raça, terão mais impacto na educação e trabalho assalariado e doméstico não remunerado do que o corte geracional (ROCHA-DE-OLIVEIRA et al, 2012). Como exemplo, a participante Joana morou durante muitos anos de sua vida na zona rural de uma cidade pequena de Minas Gerais. Outros exemplos seriam as próprias participantes desta pesquisa, entre 29 à 32 anos, que apesar de ser uma amostra muito pequena (4 participantes), é incontestável a diferença entre elas, principalmente, em relação à carreira profissional, que, claramente, pode ser influenciada pela maternidade, experienciada por duas participantes, Karen e Suzana, e ao mesmo tempo também pela renda, e por uma delas pela raça (Suzana). No que se refere à percepção da produtividade das mulheres dessa faixa idade, hoje em dia, a participante Joana, além de explicitar essa sobrecarga, também apontou as possíveis diferenças na experiência do trabalho remunerado:

“Tem umas que trabalha muito, né? Dos 20 aos 40, né? Ai depois já não tá aguentando mais, né? Porque às vezes precisa tomar um remédio, não tem dinheiro, né? Porque as pessoa trabalha, mas ganha pouco. Pra ganhar muito tem que ser professora, tem que ter estudado, né? Agora essa que não estudo é só serviço pesado. Que trabalha em casa de família é pesado. É muita coisa que tem que dá conta, né? Aí é bem difícil. A pessoa tem que chegar na hora certa, deixar os filhos em casa sozinho. É muito difícil!”

Em nossa sociedade, a juventude é hipervalorizada, quanto à produtividade e estética (ANDRADE, 2011; MORANDO et al, 2018). Entretanto, como evidenciado nos relatos das participantes acima, há desvantagens nessa valorização do jovem, pois favorece para que ocorra maiores exigências no mercado de trabalho como justificativas de serem mais produtivas. A geração Y tem níveis de escolaridade maiores e, portanto, nessa lógica é também mais

qualificada para o mercado de trabalho do que as gerações anteriores, mas isso não significou necessariamente melhores oportunidades (PERRET-CLERMONT, 2004). As trajetórias destes jovens são feitas com alternâncias de empregos temporários, desemprego, retomada aos estudos, trabalho de meio período e rebaixamento profissional (YANNICK; LEFRESNE, 2000). Na América Latina, os jovens das classes mais pobres sofrem privações, devido à dificuldade no ingresso aos estudos e trabalhos precários, além de uma maior dependência de políticas públicas, as quais muitas vezes não são favoráveis no Brasil, tais como habitação, saúde, transporte, alimentação e educação (ROCHA-DE-OLIVEIRA et al, 2012). As mulheres que se encontram nessa faixa etária possuem muitas demandas profissionais, em um mercado competitivo, no qual a pressão por melhores resultados é crescente (LEMOS et al, 2013). Além do mais, a maior parte delas que sofrem com os empregos instáveis - contratos de duração determinada e subvencionados - são mulheres mais jovens, com menores qualificações e titulações em comparação com a população assalariada total (HIRATA, 2009).

Para mais, o momento histórico atual não favorece condições satisfatórias para a saúde mental (TENÓRIO, 2021). A pandemia da COVID-19 trouxe prejuízos distintos aos trabalhadores, e as mais afetadas foram as mulheres, os negros, os jovens e pessoas com baixa escolaridade (BARBOSA et al, 2020). A crise sanitária atual aumentou o número de pessoas trabalhando de forma remota com possíveis adoecimentos, pois as jornadas laborais tornaram-se mais extensas, além do estresse causado pela própria pandemia, dentre eles, o medo de contaminação de si mesmo ou dos seus amigos e familiares, o distanciamento social e a problemas financeiros (KOZYREFF; BEGA, 2020; TENÓRIO, 2021). Nesse contexto, na esfera laboral, houve um aumento nas condições precárias de trabalho, informalidade, instabilidade, desemprego, menores salários, contratos temporários e o aumento de trabalhos autônomos (KOZYREFF; BEGA, 2020; BARBOSA et al, 2020). A participante Sara aponta que sua produtividade, na pandemia com o trabalho remoto, não é a mesma de antes, quando seu trabalho ainda era presencial:

“Eu, hoje em dia, agora depois do início da pandemia, virou tudo uma bagunça, né? E hoje, eu não tenho mais outro horário pra entrar ou pra sair do serviço. Então, tem dias que eu entro seis e meia da manhã, saio dez horas da noite. Estou entregando tudo que preciso, tudo que me é exigido, mas dentro disso, não me sinto produtiva por ter que estender tanto a jornada de trabalho pra conseguir entregar muito além do que eu deveria. Então, nós tivemos um caso de corte de funcionários, então, que sobrecarregou muito as equipes, né? Então, a gente tá tendo que se virar, e isso acaba que chega no final do dia, você fala: nossa, eu trabalhei tanto, mas eu não sei nem o que que eu fiz, de tanta coisa. Então, hoje em dia, eu não me sinto produtiva, apesar de entregar muito mais do que precisava, mas quando chega no final do dia, cê fala: nossa,

foi tanta coisa. E não é da mesma coisa, né, não é o mesmo assunto que você trata. São tantas coisas diferentes, que você não consegue perceber essa entrega depois no final do dia. Então, hoje eu não me sinto produtiva. [...] Eu não vejo produtividade quando eu não consigo encaixar minha vida pessoal com a minha vida profissional. Então, hoje basicamente só tenho a minha vida profissional, pouco tempo ou quase nenhum tempo me sobra pra minha vida pessoal.”

No trabalho em modelo home office, há uma linha tênue entre o trabalho remunerado e a vida privada, entre as atividades da empresa e da casa, o espaço de trabalho e o espaço de descanso (TENÓRIO, 2021). A situação se agrava se pensarmos nas mulheres, as quais vivem um desgaste emocional maior com as crianças e os adolescentes frequentemente em casa e estudando remotamente (MARTINS et al 2020). Portanto, as mulheres de 20 aos 40 anos, no que concerne à inserção no mercado de trabalho, enfrentam dilemas com a junção concomitante da carreira profissional e a vida familiar (NETO et al, 2010). A entrevistada Sophia, de 44 anos, prima de Sara, e Helena Nascimento, de 70 anos, em relação à identidade social virtual neste período de vida, entre 20 e 40 anos, as participantes incluíram o trabalho doméstico não remunerado, e não apenas o remunerado. Veja a seguir:

“Vinte a quarenta, muitas já estão, né, cuidando de casa, né? Então, dividindo aí afazeres domésticos. Então, hoje, eu vejo que, que as mulheres se dividem mesmo com a tarefa de casa, com o trabalho e com, continuar estudando, né? Não vejo elas deixarem a peteca cair, não, dentro das suas condições financeiras, é claro né? Então, acho que é mais de uma condição financeira do que a vontade de, de, realmente, estudar, né? É isso aí.”

“É, após, de vinte aos quarenta, eu penso que formando, ter um trabalho, né? Ter uma família. Que já começa mais cedo, entra nesse período, cuidando de filhos também. E esse trabalho sempre, assim, de acordo com, sempre também, como que eu falo para a comunidade também, não só em casa, né? Alguma coisa que a gente faça e que ajude. Tá?”

Esse período de vida corresponde para muitas mulheres a um momento ideal para a ascensão de suas carreiras, como já mencionado, e, ao mesmo tempo, para algumas é propício biologicamente para serem mães, dado que, a partir dos 35 anos, a fertilidade diminui, e aos 40 anos, na opinião de alguns profissionais da saúde, a gravidez é considerada de risco (LEMOS et al, 2013). Dessa maneira, a maternidade para as mulheres de 20 aos 40 anos pode ser uma pressão a mais para aquelas que exercem um trabalho remunerado e, além disso, em razão da prevalência da cultura machista em nossa sociedade, os homens são menos cobrados pela criação dos filhos, sendo as mulheres as principais responsáveis por esse trabalho (LEMOS et al, 2013; NETO et al, 2010). Diante disso, o papel familiar para as mulheres é uma fonte de stress maior do que para os homens (MARTINS et al, 2020). Apesar de todas as participantes alegarem que as mulheres realizam múltiplas tarefas nesta idade, a vivência de cada uma delas

será diferente por diversos motivos, tais como geracionais/ históricos, classe social e raça, carreira profissional, a maternidade e o período em que se encontram nela. Como exemplificado no trecho de Jaqueline Nascimento, de 56 anos que, diferente de Sara que não tem filhos, quando tinha mais de 30 anos suas filhas já estavam maiores:

“Depois dos trinta e poucos anos, as minhas filhas já estavam mocinhas. Então, há uma necessidade pra sair e trabalhar fora mesmo, de você continuar trabalhando e até ter, e até ter um ganho extra, porque aí você, com filhos e adolescentes, já indo pro ensino médio, já pensando em faculdade, o gasto na família aumenta muito!_Então, você já tem que trabalhar mesmo dentro, fora de casa, é a mesma e até mesmo fazer um bem como autônomo, né?”

A maternidade, sem dúvidas, traz efeitos negativos para a carreira das mulheres, diferentemente dos homens (LEMOS et al, 2013). A responsabilidade maior atribuída às mulheres socialmente na criação dos filhos acaba gerando efeitos na vida profissional das mulheres, pois são menos disponíveis para viagens de trabalho, até mesmo para mudarem de cidade ou país (NETO et al; 2010). Nesse sentido, no Brasil, há uma diminuição nos índices de natalidade e maternidade tardia entre as mulheres com maior escolaridade e, nas próximas décadas, se tiverem melhores oportunidades no mercado de trabalho, isso tende a aumentar, semelhante ao que ocorre em países desenvolvidos (LEMOS et al, 2013). Não é possível prever exatamente quais serão os efeitos do envelhecimento da população para o mercado de trabalho, mas também pode ocasionar um desequilíbrio nas ferramentas de controle capitalista, como na própria divisão sexual do trabalho (NEILSON, 2019). Karen Camargo, de 31 anos, nos dias de hoje, tem dois filhos pequenos, sendo um diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA), teve que escolher não trabalhar de forma remunerada, para se dedicar aos cuidados de seus filhos. No fragmento seguinte, ao falar a respeito de como se percebe produtiva, é possível ver como a percepção de sua produtividade foi alterada pela dedicação exclusiva à maternidade:

“Olha, eu já me considerei uma pessoa produtiva quando eu trabalhava fora. Igual eu te falei, quando eu trabalhei lá no Rio de Janeiro [...]. O serviço que eu fazia eu me considerava uma pessoa produtiva, porque eu não esperava o patrão chegar, me chamar, falar ó, tem que fazer aquilo, tem que fazer isso. Trazia tudo na mesa dele que eu pudesse fazer pra adiantar o serviço que eu fazia. Então, eu me considerava uma pessoa produtiva. Hoje, eu não me considero mais, porque o meu serviço dentro de casa é um serviço que eu faço todos os dias. Não muda nada! Eu não tenho como produzir, como melhorar de vida eu mesma. Então assim, eu não me considero produtiva hoje, mas eu já me considerei produtiva.”

O fato de não conseguir atribuir produtividade ao trabalho doméstico não remunerado se deve, justamente, ao trabalho doméstico não ser pago e, por isso, não é considerado produtivo (BIROLI, 2018; FEDERICI, 2019). As “donas de casa”, como Karen, são desvalorizadas

socialmente, e sofrem com o isolamento, a não atribuição da produtividade a si mesmas, apresenta relação com o fato de ter outras pessoas dependentes delas, como filhos e idosos enfermos e doentes, a falta de clareza para identificar onde seu trabalho começa e termina, e por fim, a dificuldade em reconhecer seus próprios anseios (FEDERICI, 2019). Este tema será melhor discutido no tópico: “*O trabalho invisível das mulheres no envelhecimento*”

6.1.3 Identidade das mulheres entre 40 aos 65 anos

Da mesma forma do que ocorre com as mulheres de 20 aos 40 anos, em relação à identidade das pessoas entre 40 aos 65 anos, há uma escassez na literatura, ou até mesmo uma inexistência, nos estudos sobre a rotina, cuidado e família dessa faixa etária. Não obstante, houve um padrão nas características apontadas acerca da produtividade das mulheres nessa idade. Uma das vinculações mais frequentes feitas pelas participantes foi referente às dificuldades enfrentadas por essas mulheres no mercado de trabalho. No que concerne a identidade social virtual das mulheres de 40 aos 65 anos, Olívia Salomão, de 19 anos, enfatizou, em seu discurso a falta de oportunidades de trabalho assalariado, pela idade e gênero: “Acho que chega a ser muito difícil, principalmente, em questão da idade e do sexo. Acho que é isso! Acho que também não tem, chega a não ter muitas oportunidades por essa questão de idade.” Em concordância, Sara Coutinho, de 32 anos, confirmou esse fato, mas abrangeu o tema, apontando as possibilidades de produtividade nessa idade:

“[...] Então, mesmo que, eu acho que no mercado de trabalho, isso já é bem complicado, porque as portas começam a se fechar, falando quando as pessoas estão mais velhas, cinquenta e cinco ou sessenta e cinco, as portas começam a se fechar. Só que não quer dizer que a pessoa não é produtiva. A pessoa pode sim empreender, ter seu próprio negócio e ser muito mais produtiva do que estando trabalhando numa empresa. Então, eu acredito que idade não diz se a pessoa é produtiva ou não. Acho que é um momento de vida diferente, né? Que nesse momento de vida você vai aproveitar da forma que você acha mais conveniente. Você que é só se aposentar e ficar de boa em casa, é uma opção sua, né? Agora, você quer fazer alguma coisa que você já goste? Você quer ter o seu negócio? Que é algo que te dá prazer? Eu acho que a produtividade tá muito ligado a como você se sente com isso, se é algo que te dá prazer, sua produtividade vai aumentar. Agora, se você tá fazendo por obrigação, eu acho mais complicado, né? Aí é isso interfere muito na questão de entrega mesmo, né? “

A concepção de ser produtivo é centrada na ideia de lucro, talvez, até mesmo pela designação e significado da descrição - “aquilo que gera um produto” (YAMANOE, 2017). No ocidente, tempo significa dinheiro, ou seja, uma mercadoria, na qual ele é “gasto”, “desperdiçado”, “salvo”, “dado”, “extra”, fazendo com que seja intimamente relacionado com o trabalho remunerado e o lucro (HELMAN, 2005). A visão sobre o conceito de produtividade

de Sara se faz muito pertinente, pois, além da ideia de que a vida não precisa ser sempre associada ao lucro, há outras formas de gerar “produção” que, na maioria das vezes, não são reconhecidas como trabalho, como no caso de tarefas reprodutivas e dos estudos. Nas últimas décadas, os jovens foram e ainda são entendidos como mais produtivos do que em outros períodos da vida, pois se acredita que eles possuem maiores habilidades e conhecimentos mais abrangentes em todos os aspectos da vida, inclusive no trabalho remunerado (HELMAN, 2005). Porém, como ressaltado por Jaqueline Coutinho, de 56 anos, nas idades entre 40 e 65 anos, as mulheres estão mais experientes em suas carreiras, mas em razão do mercado ser muito competitivo, norteadado por essa perspectiva de maior valorização da juventude, as mulheres dessa idade, em muitos casos, precisam optar por um trabalho autônomo:

“Eu acho que, a partir dos quarenta, as mulheres estão bem também, já com uma experiência, mas a partir dos quarenta que ela está bem madura, ela já deve, já deve estar sofrendo muito com a concorrência. Então, muitas vezes as mulheres de quarenta anos vão optar pelo que? Um serviço autônomo. [...] Porque ela sabe que numa empresa, que ela trabalha, que tenha muitas pessoas de vinte, trinta anos, a de quarenta já vai ficar mais, mais de lado. Então, ela tem que pensar assim, eu não posso achar que eu vou aposentar na empresa. Coisa que na minha época a gente achava. Entrar numa empresa, morria, aposentava nela. Hoje em dia não. Você chegou aos quarenta, quarenta e cinco, cinquenta, já tá na ponta, assim, você vai ser a primeira a ser mandada embora quando a empresa ver que tem mais gente nova no mercado, com mais potencial do que você, a partir dos quarenta. Que realmente, eu sei que a partir dos quarenta a gente já fica um pouco mais, é, mais cansada, vamos dizer assim. A gente não corre tanto atrás quando, quando você tem vinte anos, mas a gente tem uma experiência. Muito boa! A gente tem todo um, um. Como fala o termo? Toda uma gana, né? [...] Hoje em dia, eu vejo as moças. As mulheres, né? De vinte, trinta anos, ainda tão, tem mercado de trabalho? Tem. A partir dos quarenta, pode começar a ter um serviço extra, porque do dia pra noite, você já está na mira de você mandando embora, porque você é a mais velha das outras que trabalham com você.”

Segundo Ribeiro e Coimbra (2004), dois fatores que prejudicam as mulheres a se inserirem no mercado de trabalho, são a escolaridade, anteriormente discutida, e a idade. Esses autores afirmam que a idade pode ser uma explicação para a dificuldade das pessoas de “meia-idade” em conseguir um emprego remunerado, na qual a discriminação se dá pelo fato do envelhecimento ser associado a limitações físicas, e de como isso pode afetar na atividade profissional exercida pelas pessoas mais velhas. Assim, as empresas ao mesmo tempo discriminam e descartam as pessoas mais velhas enquanto priorizam a contratação de trabalhadores mais jovens (RIBEIRO; COIMBRA, 2004). Apenas 28% das mulheres brasileiras, entre 45 a 49 anos possuem trabalho de carteira assinada, entre 55 a 60 anos, o número cai para 20%, e depois dos 60 anos somente 10% estão empregadas nesse regime (CEPELLOS, 2021).

Em uma pesquisa realizada no norte de Portugal, entre pessoas desocupadas com mais de 40 anos e gestores de Recursos Humanos, concluiu-se que a contratação de novos trabalhadores, de maneira geral, é influenciada pela visão discriminatória das empresas às pessoas mais velhas (SILVA et al, 2017). No estado do Rio de Janeiro e na cidade de Porto Alegre/RS, a desocupação não se apresenta de forma homogênea para todos os indivíduos, sendo mais comum entre mulheres mais velhas e com menor escolaridade (POCHMANN, 2015). Nessa região, a maioria das mulheres mais velhas empregadas trabalha na construção civil, na indústria e em atividades reprodutivas remuneradas (POCHMANN, 2015). Em conformidade, neste presente estudo, as participantes Catarina Camargo, de 49 anos, e Mercedes Salomão, de 55 anos, residentes do estado de Minas Gerais, trabalhavam até o momento da entrevista em indústrias de confecção de roupas.

As concepções relativas ao envelhecimento existem em decorrência de uma construção social e temporal em uma sociedade moldada por crenças e valores específicos que a conduzem, nos quais permeiam questões polifacetadas, com várias direções e contrastes (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). O processo de envelhecer vai além das dimensões da idade cronológica, e não pode ser associado apenas às limitações biológicas (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). Em relação à produtividade nesta idade, Joana falou de quando tinha essa idade: “Eu trabalhei até os 50 anos, eu trabalhei no salão de costura. É, sentia a mesma coisa. Não mudava não. A idade não muda tanto não. Até 50 a gente é a mesma coisa. A produção é a mesma.” As mulheres dessa faixa de idade vêm constantemente sua produtividade ser questionada no mercado de trabalho, mas assim como Joana, Jaqueline também relatou em sua entrevista que a experiência de vivenciar tal idade e identidade pessoal, foi diferente da imagem que tinha antes deste período do ciclo de vida. Faz sentido pensar que as mulheres podem só ter noção do que essas idades representam quando finalmente estão vivenciando-as. Ademais, não é possível estabelecer um padrão de produtividade para uma mesma idade, pois pode haver estratégias compensatórias as quais acabam resultando em formas de ser produtiva, até mais eficazes (NERI, 2006). Veja no trecho em que Jaqueline descreve sobre as “produtividades” em sua trajetória de vida:

“É muito boa! melhor do que eu imaginava, porque quando você tem vinte anos é muito, cê já sabe que você é produtiva, você já sabe que você sabe fazer tudo, mas quando você atinge uma idade, a partir do cinquenta, e eu já tenho cinquenta e seis, é muito melhor, porque você vê que você ainda é produtiva, que você consegue ainda aprender a fazer as coisas, sejam elas quais forem, e você tem condições de continuar fazendo. E ainda assim, você pode até ajudar outras pessoas em algumas dúvidas. Então, em toda a experiência que eu sempre achei que um dia eu iria ter, eu já tenho a partir de agora. Eu tive toda

uma vida de vinte, trinta e quarenta anos. E agora, aos cinquenta, eu continuo sendo produtiva e ajudando mais ainda outras pessoas, porque agora eu adquiri uma experiência muito boa. Eu ainda consigo aprender a trabalhar, eu ainda consigo aprender a colocar uma pessoa do meu lado pra me ensinar a mexer alguma coisa no computador. Então, eu consigo aprender, aí eu faço todo o meu trabalho no computador. E dali eu vou aprimorando. Então, isso é muito bom.”

Igualmente como Joana, o relato de Jaqueline se articula com a teoria *Life-span*, pois, de fato, o envelhecimento é um processo onde há um declínio nas capacidades intelectuais, as quais dependem do funcionamento neurológico, sensorial e psicomotor. Mas isso não significa que não haverá continuidade na capacidade adaptativa do indivíduo ou que ocorra uma disfunção cognitiva, por outro lado, as experiências vividas pelas pessoas mais velhas podem compensar esse declínio decorrente do processo de envelhecimento (NERI, 2006). Os indivíduos sábios são aqueles capazes de relembrar fatos e processos, além de criar novas hipóteses, apresentar soluções baseadas na sua vivência, o que comprova, mais uma vez, que o envelhecimento para cada uma de nós é uma experiência heterogênea (NERI, 2006). Portanto, a diferença no curso de vida das mulheres dependerá de influências, como fatores histórico-culturais, fatores intelectuais e a presença de enfermidades durante o processo de envelhecimento (BALTES; STAUDINGER, 2000).

O mercado de trabalho, geralmente, discrimina as pessoas por idade no momento da contratação, independente se atendem às competências necessárias para a vaga (RODRIGUES; SOARES, 2006). As participantes, nas percepções de si mesmas sobre a produtividade, demonstraram se sentirem capazes de realizar as tarefas de casa do dia a dia:

“Arrumar casa, organizar uma casa, organizar as coisas. Eu acho que tá tudo certo, tudo bem. Eu me, eu me dou bem. Se precisar de chegar em uma casa e organizar. Eu acho que eu me dou bem também, tá bom?” (Mercedes Salomão, autodeclarante preta, 55 anos).

“Ué, pelo menos eu sei que eu ainda tenho condições de fazer, porque aos cinquenta e seis anos, eu ainda abaixar e levantar e pregar um, né? Passar uma vassoura, esfregar um rodo, lavar um banheiro, então eu me sinto útil. Eu ainda tenho coluna boa, né? Ainda tem condição de abaixar e de levantar. Eu faço tudo e não fico cansada. Não fico doente. Depois não tem que tomar nenhum remédio pra dor, nada. Então, eu me sinto muito útil ainda, e muito viva. E com a saúde muito boa. Isso mostra pra mim que eu ainda tenho condições de fazer bem o trabalho. Sem, né, sem me cansar, sem ficar doente, sem ficar com dor na coluna, né. Que eu ainda consigo fazer, isso é muito bom. Se sentir útil, viva e, principalmente, uma saúde muito boa! Pra poder fazer tudo isso.” (Jaqueline, autodeclarante branca, 56 anos).

Como pode ser visto acima, as participantes atrelaram também à produtividade de si mesmas a junção do trabalho assalariado com o trabalho doméstico não remunerado. As quatro

entrevistadas deste período de vida, Jaqueline, Mercedes, Sophia e Catarina, têm, atualmente, um trabalho remunerado, e fazem as atividades de suas casas. Para Costa (2014), há um dilema enfrentado pelas mulheres, qual seja, multiplicar as horas do dia para dividir seu tempo entre o trabalho remunerado e o trabalho de suas casas. Na jornada das mulheres, a soma dos dois trabalhos é definida, acima de tudo, pelo trabalho remunerado, e não o contrário, inclusive para a organização do tempo das mesmas (ÁVILA; FERREIRA, 2014). Algumas participantes apresentaram certa dificuldade em tentarem serem produtivas nos dois trabalhos. Veja em alguns fragmentos abaixo:

“Como a minha vida hoje no sentir produtivo. Ah, não sei. É, sentir produtivo é quando eu achei que eu dei conta daquilo que foi atribuído a mim, né? Não só no trabalho, em casa, é muita coisa pra, pra mulher, né? (Risos). Então, a gente, às vezes, quer abraçar o mundo acaba deixando umas lacunas aí. A gente quer ser perfeito em tudo e, e não consegue, né? Às vezes não falha em tudo. Então, acho que ser produtivo é conseguir dar conta da melhor forma possível, né? Disso tudo. Eu acho que é isso.” (Sophia Coutinho, auto declarante branca, 44 anos).

“Eu acho que hoje eu não to dando conta. É, eu acho que eu sou bem produtiva. Dou conta sim, porque eu quero muito bem feito. Por exemplo, como eu trabalho fora e agora você percebeu que nós estamos morando em sítio. Então, dá muito serviço. [...] Então assim, eu não estou dando conta de tudo por ser zona rural e cobra muito que eles me ajudem, pra deixar tudo. Mas assim, o necessário, que eu preciso fazer, eu estou fazendo, só não estou aperfeiçoando as coisas que eu queria que fizesse, que eu queria fazer, né? Que eu gosto de tudo muito bem organizado, tudo bem arrumado, mas não dá tempo. Então, eu to tentando colocar na minha cabeça aquilo que você pode. Nem sempre aquilo que você faz que você concluiu não quer dizer que você não produziu. Não quer dizer que é obrigada a fazer. Não quer dizer que você negativa. [...] Eu estou com uma grande número de tarefas. Eu tomei para mim um grande número de tarefas, mas eu acho que a minha produção está boa. [...] Eu estou conseguindo produzir aquilo que eu preciso. Porém, que eu estou assumindo tarefas de mais. Tem que dar mais tarefa para Lucas (Risos).” (Catarina Camargo, auto declarante parda, 49 anos).

O trabalho doméstico não remunerado é composto por muito mais do que arrumar a casa, ele consiste também em servir a família fisicamente e emocionalmente, deixando os membros de sua família prontos para os estudos e o trabalho, todos os dias (FEDERICI, 2019). Na cultura brasileira, se impõe às mulheres uma identidade atrelada ao espaço doméstico, ao trabalho doméstico não remunerado e, dentro disso, estão incluídos os papéis como mãe, filha, esposa, dona de casa, lembrando que a identidade nada mais é do que construção social, definida pela história da humanidade naturalizada pela sociedade, sendo considerado um mecanismo ideológico (CHIES, 2010).

6.1.4 Identidade das mulheres acima de 65 anos

O envelhecimento ativo permite que o indivíduo perceba o seu potencial para o bem-estar biológico, psicológico e social durante sua trajetória de vida, ao mesmo tempo, que favorece que a população participe da sociedade de acordo com suas demandas, necessidades e capacidades e, simultaneamente, tenham proteção, segurança e cuidados (WHO, 2005). Assim, em nossa sociedade, o estigma da velhice contribui para que as idosas não tenham um envelhecimento ativo. Olívia, de 19 anos, da família Salomão, ressaltou que a produtividade das mulheres acima de 65 anos pode ser dificultada por questões de preconceito, não só pela idade, mas também por gênero:

“Que, assim, raramente eu vejo pessoas dessa idade sendo bastante produtivas, até mesmo porque eu respondi no anterior, por questões de idade, chega a ser muito difícil acho que a questão do preconceito da sociedade, por idade e pelo gênero.”

Nas sociedades pré-capitalistas, os idosos eram valorizados por serem os detentores da memória e da experiência coletiva (FEDERICI, 2017). A imagem do idoso, muitas vezes, é negativada, em razão da ênfase na juventude, autonomia, independência e na habilidade de ser produtivo ou doméstico não remunerado (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). Segundo Federici (2017, p.48), “a caça às bruxas inverteu a imagem da mulher velha: tradicionalmente considerada sábia, ela se tornou um símbolo de esterilidade e de hostilidade à vida.” Desta forma, o processo de envelhecer será distinto, por gênero, raça e classe e, ao mesmo tempo, por momentos históricos vivenciados, os quais modificam coortes geracionais e as possibilidades das biografias individuais (NEILSON, 2019; NERI, 2006). Na sociedade atual, há uma dupla desvalorização das mulheres idosas, em consequência do trabalho doméstico não remunerado não ser reconhecido como um trabalho, e pelo fato da imagem da velhice, em geral, ser associada com a improdutividade (FEDERICI, 2019). Segundo Debert (1994), a velhice na sociedade e na família, deveria ser vista como uma experiência de felicidade e prestígio, porém, na trajetória histórica do Brasil, as condições precárias da aposentadoria favorecem para que haja uma transformação da imagem do idoso em um “peso” financeiro. Outro aspecto histórico que contribui também para uma mudança na imagem do idoso como peso fiscal, foi o aumento da população idosa, principalmente das mulheres idosas, o que propiciou mundialmente uma crise cultural e social no cuidado com os mesmos (FEDERICI, 2019; LINS; ANDRADE, 2018). Portanto, como já apontado aqui, fatores históricos e sociais são fundamentais para a definição das identidades (ENNES; MARCON, 2014; MAGALHÃES; CARDOSO, 2010). Algumas mulheres deste estudo, em relação às identidades sociais virtuais, expuseram as influências históricas como uma possível interferência na forma em que se percebe o envelhecimento. No

entanto, essas participantes alegaram uma mudança positiva na imagem das idosas nas últimas décadas:

“[...] Quando a gente fala sessenta e cinco anos, quando a gente era mais nova, a gente pensava: nossa, sessenta e cinco anos, né? Onde você olha pra sessenta e cinco anos, ah, as pessoas vivem muito mais, né? Então, aos sessenta e cinco anos, a pessoa ainda é muito nova. [...]” (Sara Coutinho, 32 anos)

“O que eu penso assim, as mulheres acima de sessenta e cinco anos, antigamente, elas já eram consideradas velhas, né? Já tava, assim, na fase de avó, dentro de casa mesmo, chinelo rasteirinha, não querendo saber de nada. Então, quando agora o tempo, as coisas andou melhorando. Aos sessenta e cinco anos, hoje em dia, não é idade pra se dizer que é velho. Então, é pra continuar produzindo mesmo, pra poder botar aquela experiência que ela teve agora a prova de tudo. Eu penso bem realizadas sim! Tá bom?” (Maura Salomão, 85 anos).

O entendimento sobre o momento histórico possibilita perceber as limitações e possibilidades enfrentadas pelas idades, a partir das vivências de acordo com a conjuntura econômica, social e cultural, a formação acadêmica e o mercado de trabalho (ROCHA-DE-OLIVEIRA et al, 2012). A mudança na imagem das pessoas mais velhas apontada pelas participantes Maura e Sara, possa ser devido ao aumento das mulheres no mercado de trabalho, no Brasil, nas últimas décadas, o qual ocasionou uma diversificação do perfil das trabalhadoras brasileiras, agora composto por mulheres mais velhas, causando um impacto na identidade dessas mulheres (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002; BRUSCHINI, 2007).

Outro ponto relevante nesta pesquisa sobre as características atreladas a identidade das mulheres acima de 65 anos, foi que uma grande parte das participantes relacionou as mulheres acima dessa idade, e também suas próprias vidas quando chegarem a esse momento, com os cuidados com a família e a casa. Em um estudo realizado com idosos brasileiros, os participantes compreenderam o envelhecimento como um processo que propicia sabedoria diante da vida, em que as relações sociais, amigos e família favorecem um bem-estar no período que se encontram (CAMARGO et al 2014). A percepção das mulheres, acima de 65 anos, sobre elas mesmas em relação a se sentirem produtivas, não foi diferente da percepção das outras participantes, no sentido que elas também associaram sua produtividade com o cuidado com os netos e a família. Como exemplo, nos trechos abaixo, Bruna, sua mãe Jaqueline e sua tia Helena, consideraram os cuidados com a família como forma de serem produtivas nas idades acima de 65 anos. Porém, no caso de Bruna e Jaqueline, elas falaram sobre as expectativas sobre suas próprias vidas quando atingirem essa idade, e Helena, por já estar nessa idade, pode talvez configurar uma opinião baseada na sua própria vivência:

“Eu acho que imagino cuidando da minha família, é cuidando da minha saúde [...]. Me imagino cuidando da minha saúde, da saúde de quem tá perto de mim, da minha família, de um lazer para todos, e questão financeiramente também.” (Bruna, autodeclarante branca, 15 anos).

“Bom, vamos ser daqui há dez anos, né? Eu espero ainda estar trabalhando, já aposentada, mas com alguma coisa própria pra mim, que eu já faz tempo, que eu quero arranjar alguma coisa pra eu fazer na minha casa, pra eu produzir dentro da minha casa, porque aí eu vou estar na minha casa, ainda junto com a minha família tempo todo, tempo integral, com o neto, né? Apesar de que meu neto mora fora, mas quando ele vier, eu quero ficar por conta dele, eu quero ter uma, uma estabilidade pra poder sair, visitar meu neto. Ficar lá uns quinze dias na casa dele e voltar. E mesmo lá ainda tendo, sendo produtiva, cuidando da minha família. É, sendo aposentada, mas tendo um ganho extra. É, cuidando do meu neto, cuidando da minha mãe [...]” (Jaqueline, autodeclarante branca, 56 anos).

“Ser produtiva. Ixxi. (Risos). Ahh Ester, pra mim que, que como aposentada, né? Porque a gente quando tá trabalhando, cê é produtivo em várias coisas, olhando casa, no trabalho, um monte de coisa. E nessa época agora é estar em casa sempre à disposição e cuidando das coisas naturais de casa e família.” (Helena Nascimento, autodeclarante branca, 70 anos)

As três mulheres integrantes da família Nascimento têm a mesma opinião de que cuidados com a família são associados à identidade social das mulheres acima de 65 anos. Em outro estudo, acerca das representações sociais da velhice, os resultados foram semelhantes: os idosos relataram como centro de suas vidas, o amparo das relações sociais e da família, bem como dos cuidados com a saúde (CAMARGO et al 2014). Em semelhança, nos resultados da pesquisa feita por Silva e colaboradores (2010), foi observado que os idosos adquirem liberdade após sua aposentadoria. Durante a vida, eles revezam entre, criar os filhos, ter bens e o trabalho remunerado, e na aposentadoria, dedicam-se às atividades que não conseguiam fazer antes, como passar mais momentos com a família, cuidar da saúde, lazer, esportes e estudo (SILVA et al, 2010; MINÓ, 2016). Em concordância, veja a seguir o depoimento de Joana Camargo sobre a percepção de si mesma acima dos 65 anos:

“Hoje eu tava, ontem, a gente tava na roça, a minha neta, a minha bisneta brincando. Que felicidade! É isso que eu quero. O meu trabalho é esse agora, brincar com os netos. É muito gostoso, tá? Brincar com a família. [...] Minhas duas filhas tá aqui. Meu filho mora aqui também. Isso que é minha felicidade! Meus netos tá tudo aqui em Laranjal. Graças a Deus! É isso que eu quero para mim, porque trabalhar muito agora não dá mais. E eles estando bem, pra mim tá ótimo.” (Joana Camargo, auto declarante parda, 70 anos).

No Brasil, à medida que as mulheres envelhecem, novas formas de trabalho e a maior intensificação nessas tarefas são esperadas delas, principalmente, as atividades domésticas e o cuidado com os netos, além dos cuidados com os doentes da família e também os idosos (LINS;

ANDRADE, 2018). Essas tarefas reprodutivas, assim como antes, não são vistas como trabalho e continuam na velhice como algo inato às mulheres. Em outra análise, referente à idade e gênero no Brasil, concluiu-se que, não só o fato de ser mulher faz com se tenha mais demandas de cuidado, mas a idade também é um fator a ser considerado, sendo que as mulheres com idades entre 64 e 75 são as mais responsabilizadas por essa tarefa, que representa o triplo das mulheres menores de 30 anos (BRASIL, 2010). Essa expectativa sobre o outro, como mencionado anteriormente, é denominada pelo autor de identidade social virtual, e a que de fato é apresentada para nós é a identidade social real. Nessa perspectiva, indaga-se: a percepção da identidade social virtual sobre mulheres idosas atrelada ao cuidado com a família e casa pode ser considerada como a identidade social real das mesmas?

Seguindo esse raciocínio, a idade social seria a avaliação do grau de adequação dos comportamentos e papéis esperados pelos indivíduos de determinada idade, em um momento histórico em uma determinada sociedade (NERI, 2001). Dessa forma, associações equivocadas para a velhice, como a de “ser velho” é sinônimo de ser aposentado e pensionista, já que, não necessariamente uma pessoa, nesta idade, será aposentada, e outras pessoas, podem se aposentar antes dos 65 anos (JONES, 2006). Outra associação equivocada é a de que as pessoas, neste período da vida, são avós, visto que a identidade das mulheres acima de 65 anos não pode ser relacionada à palavra avó, pois não necessariamente alguém desta idade já terá netos, bem como é possível que mulheres com menos 30 anos já serem avós (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). Nos trechos a seguir, Sophia Coutinho, de 44 anos atrelou a identidade da mulher acima de 65 anos à imagem de avós e, no segundo fragmento, de Jaqueline, 56 anos, ela traz sua visão acerca das mulheres idosas e aposentadoria:

“Já as vovós, né? Na maioria vovós. É, minha mãe tem setenta anos e é super produtiva, né? Eu vejo a minha mãe muito ativa, a é, como muitas hoje, né? Então, hoje as mulheres com essa idade ainda dirigem, né? Levam os netos pro lado pra outro, continuam cuidando da casa. Então, ainda vejo com uma grande produtividade sim. Estão muito modernas, né? Graças a Deus. É isso aí.”

“[...] Essa idade provavelmente é bom estar aposentada, mas quem não conseguiu aposentar, né? Por esse, por aquele motivo, mas elas ainda conseguem fazer trabalhos menores, mas ainda conseguem ter um ganho, uma remuneração boa, ter um ganho bom, porque ela já tem opções pra trabalhar, pra serem produtivas. Elas já tem, nessa idade, você já pensa, seja parte do princípio que você é avó. Aí você já quer ser produtiva, você pode continuar trabalhando, se você ainda não aposentou, se você ainda tá numa empresa, mas é meio difícil nessa idade. Mas, se você tem por conta própria, ou se você tá aposentado, você passa a ser produtiva de outros modos, principalmente, porque já vem a idade de ter netos. Aí você passa a ser produtiva cuidando dos

netos na casa, pra que a sua filha nova continue trabalhando, porque muitas vezes não tem creche, muitas vezes a creche é cara, não tem uma babá, às vezes é caro. Então, você passa a ser produtiva como avó, ajudando a sua filha, o seu filho a cuidar do seu. Você passa a ser produtiva, é, fazendo seus trabalhos em casa, sendo autônoma, mas ainda tem condições de cuidar de um neto.”

Apesar de Jaqueline trazer associação das mulheres acima de 65 anos com o cuidado da família, o seu depoimento desvenda uma ideia mais complexa e heterogênea da produtividade dessas mulheres, principalmente em relação ao trabalho remunerado e aposentadoria. Como explicitado por Jaqueline, muitas idosas ainda têm um trabalho remunerado, devido à realidade socioeconômica não oferecer possibilidades para serem produtivas para si mesmas (MUNIZ; BARROS, 2014; BARBOSA et al, 2016). Como já mencionado, o motivo de muitas idosas ainda trabalharem, de forma remunerada, diz respeito à necessidade de complementar sua renda, mesmo recebendo aposentadoria, sendo, para muitos deles a principal fonte de renda de suas famílias (MUNIZ; BARROS, 2014). Portanto, se faz urgente uma mudança nesse conceito de velhice familiar e social como um fardo fiscal pois, as mulheres idosas contribuem duplamente com a “produção de capital”, por meio do trabalho remunerado que ainda continuam exercendo e o trabalho doméstico não remunerado presente por toda a vida delas (FEDERICI, 2019).

6.2. ESTIGMAS NO PROCESSO DO ENVELHECER

Nesta sessão, abordaremos o constructo estigma, definido por Goffman como uma característica depreciativa, uma fraqueza, um defeito, atribuído à identidade de um indivíduo, em que a identidade social virtual concedida a ele se distancia da identidade social real, o impossibilitando de uma aceitação plena na sociedade onde o estigma foi constituído (GOFFMAN, 1988). Como todos os outros aspectos na teoria de Goffman, o estigma também faz parte de uma construção social, sendo criado e perpetuado por meio das relações sociais e recebendo influências históricas, sociais e culturais durante o processo de estigmatização. Nesta pesquisa os estigmas mais evidentes foram acerca dos “adolescentes” vistos como irresponsáveis e imaturos para o mercado de trabalho remunerado, e sobre o processo de envelhecer atrelado à limitações, que se apresentou antes mesmo dos 40 anos.

6.2.1 As “aborrecentes”: o estigma das mulheres jovens menores de 20 anos

Na sociedade, a adolescência é uma etapa vista de forma estereotipada (TOMIO; FACCI, 2011). Os indivíduos que se encontram nesse período da vida, sofrem estigma, no qual a identidade social é vinculada à características, tais como imaturidade (biologicamente e

intelectualmente), rebeldia (sem explicação), despreparo (no âmbito laboral e na vida sexual), estado emocional constantemente em crise, a denominação “aborrecentes” (críticos e questionadores), instáveis, desequilibrados, dentre outras (MAYORGA, 2006; BOCK, 2004). Como qualquer outro estigma, trata-se de uma relação de poder, na qual esse indivíduo estigmatizado é deslegitimado (GOFFMAN, 1988). Nesse estudo, foi possível observar algumas associações negativas em relação às mulheres menores de 20 anos. Veja nos dois fragmentos de Mariana, da família Nascimento, de 29 anos, na qual declara sua percepção sobre as mulheres menores de 20 anos em relação a serem produtivas:

“É até um questionamento que eu tenho assim em relação às pessoas que são mais novas, bem mais novas do que eu. Risos. [...] Eu percebo, não sei se é da geração nova, um grau de, de imaturidade. Eu não sei, talvez eu até era assim e não sabia.”

“Eu não sei, igual eu falei, se é uma questão da geração nova. Parece que eles não tão, eles são meio assim sem descaso. Se deu, deu. Se não deu, não posso fazer nada, não é nada comigo. Então, eu vejo, não é 100% dos casos, mas 99,9% dos casos que eu tive contato, eu vejo que essa geração mais nova não tá tendo responsabilidade sobre, é, sobre a questão profissional. Sabe que certas situações, certas ações, é, vão marcar ela. Vão deixar. Eu vejo. “ái eu com 20 anos eu não fiz o que meu chefe pediu para eu fazer. Ahh tô nem aí”. Então, não as consequências, não consegue ver as consequências de uma ação ou de uma omissão.

Contudo, apesar dessas associações negativas terem sido feitas, utilizando as expressões “imaturidade”, “descaso”, sem responsabilidade e inconsequentes, a participante deixa claro que sua percepção é da geração que, atualmente, tem essa faixa etária. Nos estudos na área de desenvolvimento humano na Psicologia, muitos autores conceituam essa fase como um período de transformações físicas e de comportamentos negativos (TOMIO; FACCI, 2011). A desvalorização da adolescência, nesta área, acaba relacionando essa fase do desenvolvimento a atributos negativos, com a justificativa de que as modificações físicas da puberdade geram distúrbios de conduta, vindos da imaturidade emocional (TOMIO; FACCI, 2011). Assim, essa identidade é sinalizada por elementos de poder “adultocêntricos”, culturais e históricos, em que o “amadurecimento pessoal” viria, simplesmente, pelo avanço da idade cronológica (MAYORGA, 2006). Áreas do conhecimento hegemônico, como Medicina e Biologia, utilizam como base para suas práticas a afirmação de que determinadas alterações hormonais, glandulares e físicas são responsáveis por certas características psicológico-existenciais próprias da juventude durante a fase da adolescência (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003). Para Bock (2004), em várias teorias, a adolescência é reportada como se fosse algo natural do ser humano, por meio de uma generalização de características a todos os indivíduos nesta fase, sem levar em conta a cultura. No entanto, é importante ressaltar que a identidade é um processo,

uma representação/ação, e não uma essência ou natureza (ZANATTA, 2011). Para a irmã de Mariana, Bruna, de 16 anos, essa ideia é confrontada, ao apontar os estudos como uma forma de produtividade:

“Ahh, eu acho, tipo, você ser produtiva não é só questão de trabalho, mas sim da sua própria vida. Tanto quanto uma criança, tanto quanto uma adolescente já pode começar a pensar, ter responsabilidades. Tipo, uma pessoa de 20 anos vai ter uma responsabilidade de um dia produtivo, uma vida produtiva com certo trabalho, ou certo desempenho. Já um adolescente vai ter na sua escola ou pensando no seu futuro.”

Segundo Federici (2019), a produtividade seria uma forma de poder social. Para mais, além do relato de Mariana, o estigma dessa faixa de idade pode ser também devido a alguns campos de atividade humana serem completamente desvalorizados, tomando como exemplo as pessoas escravizadas, colonizadas, prisioneiros, donas de casa e os estudantes (FEDERICI, 2019). Essa visão pode ser acentuada quando pensamos nas relações de gênero, já que muitas meninas desta idade realizam o trabalho de casa não remunerado, e o trabalho doméstico, exatamente por ser gratuito, fortalece-se na ideia de que não é produtivo (GEORGE, 2019; HIRATA; KERGOAT, 2007).

Outro ponto relevante, é que a delinquência, a criminalidade, a gravidez na adolescência e o alto índice de evasão escolar, em certos contextos, são vistos pela sociedade como resultada da “crise de identidade” na adolescência, a qual também é naturalizada e considerada passageira em várias teorias psicológicas (MAYORGA, 2006). Na verdade, devido a posição de “lugar nenhum” desta fase da vida, ou seja, não serem considerados nem adultos e nem crianças, faz com que esses jovens tenham que enfrentar uma invisibilidade de várias maneiras (MAYORGA, 2006). Os autores Tomio e Facci (2011), partem da hipótese de que a classe social pode agravar tais associações negativas à identidade destes indivíduos. Joana Camargo, de 70 anos, da família Salomão, apresentou, assim como Mariana, uma visão negativa das jovens menores de 20 anos: “É difícil ter uma que tenha compromisso, sabe? Essas idade aí é meio doida, tem umas que não tem compromisso, mas tem umas que trabalha muito [...]”. Essa percepção de Joana, de que o trabalho é sinônimo de compromisso para os jovens, pode ser devido a concepção moralista de que o trabalho poderia ser a solução para a violência e a desordem provocada pelos jovens, na qual prevaleceu até meados dos anos 80 (SILVA, 2008; LINO; MAYORGA, 2016). Na década seguinte, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, essa concepção começou a mudar, conduzindo para uma perspectiva de direitos, e não a de que o trabalho era um caminho para a salvação (SILVA, 2008; LINO; MAYORGA, 2016). O estigma da adolescência, a meu ver, contribui para a ausência do Estado na garantia

de direitos para esses jovens, como por exemplo, uma realidade econômica mais favorável, educação de maior qualidade, além dos investimentos em serviços públicos que propiciem melhores condições de vida. Os jovens pobres e marginalizados podem elaborar novas estratégias de sobrevivência, resistência e luta contra as exclusões que permeiam seus cotidianos (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003). Desta forma, ao contrário da imagem imposta aos jovens, eles podem criar diferentes formas de ser e viver contrariando sua identidade estigmatizada.

6.2.2 O estigma no processo de envelhecimento: percepção da produtividade associada à limitações.

Como apresentado antes, as mulheres, na velhice, experimentam dupla vulnerabilidade e preconceito por serem mulheres e idosas (DEBERT, 1994). Segundo Neri (2006), fatores como a pobreza, baixo nível de escolaridade, gênero feminino, raça e discriminação por idade aumentam a possibilidade de eventos negativos ocorrerem na velhice (LINS; ANDRADE, 2018). A situação se agrava, ao pensarmos a respeito da classe social, que pode influenciar na forma que essas mulheres são tratadas (LINS; ANDRADE, 2018). Nas experiências das mulheres desse período da vida, além da discriminação por idade e de vivenciarem situações de pobreza e solidão, também transformações repentinas que modificam os sentidos de viver ou sobreviver (SALGADO, 2002). A velhice passou a ser considerada como um período de decadência física e perda de papéis sociais depois da segunda metade do século XIX, e até hoje é vista por várias culturas como indesejável (PAPÁLIA et al, 2013). O envelhecimento, principalmente da mulher, aparece, na maior parte das vezes, como sinônimo de doenças e perdas (LINS; ANDRADE, 2018). No depoimento de Karen Camargo, de 31 anos, fica evidente a associação das mulheres maiores de 65 anos às limitações para exercerem sua produtividade:

“Pois é, eu acho que é complicado assim. É, dentro de casa, eu acho uma coisa, né? É fazer um serviço doméstico, é lavar uma roupa na máquina. Agora, trabalhar fora para mostrar o seu, o seu trabalho, o seu valor, eu acho bem complicado. Eu acho que não consegue não, porque junta a idade, junta as doenças, porque chega 50 anos já começa. Aí você vai pro médico, você tá sentindo isso, tá sentindo aquilo, daí você trabalhar fora, eu acho que não consegue. Eu acho que com 65 anos a pessoa tá mais pra, sabe? Ficar em casa, pra passear. Eu acho na, que essa idade de 65 anos, na terceira idade, eu acho que a pessoa não produz mais. Eu acho que a pessoa está mais pra descansar. Eu acho que 65 anos não tem produção, no meu ver não tem produção.”

A visão de Karen acerca do envelhecimento é muito comum em nossa sociedade, como abordado em vários estudos (MINÓ, 2016; CALDAS; THOMAZ, 2010). Esta visão pode estar baseada nas representações sociais presentes em pedagogias culturais, na mídia, piadas, livros, filmes e na socialização com a família e a escola (MINÓ, 2016). Em sociedades orientais,

imagens positivas são vinculadas à velhice, isto é, essa visão estereotipada como sinônimo de perda e deterioração não é universal (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). A mesma participante, em outros trechos de sua entrevista, apontou não só as mulheres com mais de 65 com limitações, mas para ela, a partir dos 30 anos já haveria mudanças na produtividade da mulher devido à idade:

“Então é, eu acho que dos 20 aos 40, eu acho que ainda dá produzir, dá pra contribuir, sabe? Com, com a melhoria [...] Com o desempenho da empresa, com o desempenho do trabalho. Eu acho que dá pra produzir até os 40 anos. Porque assim. Mas assim, eu acho que de 20 a 30 é mais produtivo. Eu acho que a pessoa tem mais desempenho. Eu acho que dos 30 aos 40, sei lá.”

Para Goffman (1988), a forma que o indivíduo percebe a si próprio e do lugar que ocupa, isto é, a identidade pessoal, é construída por meio das experiências adquiridas dentro da nossa sociedade. A participante Karen vivencia, atualmente, uma rotina extensa com os cuidados com os filhos pequenos, além disso, ainda realiza geralmente sozinha as atividades domésticas. Neste outro fragmento de sua entrevista, é possível refletir a respeito de como elementos da trajetória de vida Karen podem ter interferido na forma como ela percebe seu envelhecimento e o das outras mulheres:

“Iiii eu? Eu não me imagino com 65 anos, minha filha. Eu acho que com 60 só que eu chego (Risos). Se eu chegar no 65 anos, eu acho que eu vou estar uma pessoa que, sei lá, que fica tomando conta da vida dos outros deitada. (Risos). Te falar verdade pro cê. Só cuidando de neto, e olhando neto pra filho trabalhar. Se eu tiver com 65 anos, eu me imagino assim, a casa cheia de criança, a gente olhando criança. A gente podendo fazer uma janta, um almoço, deitando depois do almoço. É isso que eu penso! Eu acho que eu não, que eu não produzo mais nada. Eu tenho essa expectativa minha, que com 65 anos, eu não produzo mais nada não.”

Karen e outras participantes não são as únicas a perceberem o envelhecimento como sinônimo de doenças e limitações. Em uma pesquisa, acerca das representações sociais da velhice, a característica mais compartilhada pela sociedade no processo de envelhecimento foi a limitação (CAMARGO et al 2014). O envelhecimento não pode ser visto de maneira simplista, na perspectiva referente a resistência física ou diminuição de potencialidades para o senso coletivo (NEILSON, 2019). Para Brett Neilson (2019, p. 54):

“Essas formulações não conseguem capturar a temporalidade irreprimível do processo de envelhecimento: sua susceptibilidade a intervenções calculadas que se desdobram de maneiras diferentes, sua indeterminação essencial, que é, no entanto, aberta à divisão e categorização ou à superação da disciplina e do controle”

Nos dois trechos a seguir, Joana, da mesma família, traz uma percepção, sobre si e sobre as mulheres dessa idade, respectivamente, de que a produtividade está associada às limitações biológicas:

“Agora não, né minha filha? (Risos) Agora já estou com 70 anos, não to aguentando fazer muita coisa não. Agora não aguento mais. Eu ia lá pra roça, subi lá pra aqueles morro lá. Às vezes até roçava, pegava fazia cerca, mas agora eu não to aguentando e lá pra cima não, porque minhas pernas dói muito. Não aguento trabalha mais não. Tomei muito remédio, mas não sei, eu acho que é a idade mesmo que tá pesando. Eu trabalhei muito, graças a Deus. Agora eu faço serviço de casa, né? Na minha casa aqui na rua. Na roça limpo a casa lá, faço comida. É só isso, não dá pra fazer mais nada não.”

“É, tem que ter muita coragem, né? Porque aí já tem uns probleminha, mas tem muitas que rende mesmo, trabalha mesmo. Agora as outras que às vezes não tem saúde, né? O problema é a saúde, é as vista, para enxergar, fazer as coisa. E, vai ficando velha, boba, vai enfraquecendo. É difícil mesmo. Fica mais difícil a pessoa trabalhar.”

O envelhecimento em si não acarreta alterações significativas nas habilidades cognitivas. Desta maneira, os idosos não apresentam diminuição da capacidade de raciocínio e nem a idade aumenta o declínio das funções, sendo as doenças, e não a idade, as principais responsáveis pela maioria dos problemas que influenciam as habilidades cognitivas dos idosos (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). As habilidades adaptativas, as quais são adquiridas pela interação com o meio, são: aprendizagem, memória, inteligência, controle emocional, estratégias de coping, escolaridade, dentre outras (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008; ARGIMON; STEIN, 2005). A filha de Joana, Catarina, de 48 anos, em contrapartida, acredita que, apesar das possíveis limitações, considera sua mãe como um exemplo de produtividade nessa idade, ressaltando os cuidados da casa, e no caso de Joana, também os cuidados advindos da zona rural, como formas de ser produtivo:

“Falar de produtividade para mim nem sempre quer dizer quantidade. Ela pode ou poderá produzir menos quantidade, mas ela vai continuar produzindo. Por exemplo, que eu falo da minha mãe. Ela tem diabetes, ela tem dor nas pernas. O pai aos 65 anos vai pro sítio, tá retirando, tá tirando leite esse dias, porque o cara que tira operou da bacia. Então, ela vai ajuda ele, ela vai no pasto e ajuda a segurar a cerca. Ela ainda é produtiva, ela não é inválida. Só que com, é, menor quantidade. Ela mesma que cuida da casa dela aos 60, aos 70 anos que minha mãe tem! Ela mesma que cuida da casa dela, da roupa, ela acompanha meu pai pro sítio aos 75 anos [...].”

Embora Joana tenha apontado, no decorrer de sua entrevista, todas essas atividades descritas por sua filha, a visão acerca de si mesma, em relação à produtividade nesta idade, se distingue da forma como Catarina, sua filha, a percebe nesse mesmo sentido. Isso se deve, talvez, ao fato do indivíduo estigmatizado, por viver em uma sociedade que reforça essa

imagem negativa, acaba tendo uma percepção negativa sobre si mesmo (MINÓ, 2016). As experiências e saberes acumulados no decorrer da vida, percebidos como ganhos, podem ser otimizados, e assim, aplicados em benefício do próprio indivíduo e da sociedade (LINS; ANDRADE, 2018). Se assim ocorresse, uma nova visão acerca da velhice poderia ser construída e propagada, propiciando as idosas uma potencialização de seus recursos e, em decorrência disso, a criação de uma autoimagem positiva (LINS; ANDRADE, 2018). Bem como Catarina, Clara, de 16 anos da Família Coutinho, trouxe em seu discurso elementos compensatórios para tais limitações relacionados à produtividade:

“[...] Já passaram por muita coisa, então, elas devem saber, é, como ser produtiva na vida delas, mas, talvez, algumas tenham mais umas limitações por causa da idade e tal, então pode prejudicar um pouco, mas acho que cada um vai se, se resolver do seu jeito e tenta ser produtivo do melhor jeito.”

Segundo Neri (2006), no envelhecimento, o processo biológico normativo engloba a diminuição da plasticidade comportamental, ou seja, a possibilidade de mudar para adaptar-se ao meio, e também há a redução da resiliência biológica ou a capacidade de recuperação dos efeitos da exposição às doenças, acidentes e incapacidades. Todavia, para a autora, esses fatores dependem, não apenas do envelhecimento biológico, mas também das condições histórico, culturais e econômicas, que acabam por interferir na forma como o indivíduo organiza seu curso de vida, assim como da composição de sua rede de apoio (NERI, 2006). A idade não é igual para todos, existem distinções entre fatores de saúde, participação no trabalho, remunerado ou não, vivências de lazer e níveis de independência (WHO, 2005). Assim, a biologia e a cultura agem de forma concorrente nas diferenças das trajetórias de cada indivíduo, e também na construção de regularidades (NERI, 2006). E o desenvolvimento, tal como o envelhecimento, terão influências normativas graduadas por idade cronológica, histórias e influências não-normativas (NERI, 2006). Joana, mãe de Catarina, ao responder a respeito de como percebe as mulheres de 40 aos 65 anos em relação a serem produtivas, hoje em dia, aponta que as limitações podem acontecer antes dos 65 anos, mas isso dependerá da mulher: “Mas aí não aguenta produzir muito, porque já tá tudo cansada, né? Tem umas que é forte, né? Guenta trabalhar muito produz muito. Agora outras já num, não aguenta muito. Aí não tem jeito, né? Não tem jeito de produzir.” Sua neta, Beatriz, de 17 anos, nos trechos a seguir, semelhante a avó, traz uma visão mais heterogênea do envelhecimento, ao citar dois exemplos diferentes para demonstrar a produtividade das mulheres de 40 aos 65 anos e também as mulheres acima de 65 anos, respectivamente:

“Em relação a minha mãe, ela é bem produtiva na idade dela. Ela tem 47 anos. Ela trabalha, faz os afazeres de casa, né? Faz mil e uma funções, né? Nem

consigo pensar em todas agora, mas também conheço pessoas na idade da minha mãe que já não conseguem trabalhar mais, mas não sei se classificaria elas como improdutivas, porque a saúde começa a ficar um pouco mais debilitada, e começam a precisar de ajuda, e não ajudar ou ter uma função. Basicamente isso.”

“Tem muitas mulheres que chegam em determinada idade que ficam só em função dos afazeres domésticos, né? E deixam de se preocupar com outras coisas, que deixam de sair e tudo mais, e ficam só em casa, em função de casa só. Não distraem com outra coisa ou procuram, né, ser produtivas em outras áreas. Já tem um exemplo de uma pessoa que não é assim. Eu tenho uma vizinha que está com 85 anos, está super em forma, está super bem. Ela, além de cuidar dos afazeres de casa, o meio dela ser produtiva é viajar o mundo. Ela fala isso.”

Como já apontado anteriormente, em relação à velhice, cada indivíduo irá vivenciá-la de uma forma singular, sendo o envelhecimento um processo heterogêneo (MINAYO; COIMBRA JÚNIOR, 2002). Assim, a história individual deve ser considerada, e, principalmente, os aspectos estruturais presentes na vida desse indivíduo, tais como classe social, gênero e raça (MINAYO; COIMBRA JÚNIOR, 2002). Portanto, não importa a quantidade de anos vividos, mas sim como estes anos foram vividos (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). Nesse sentido, em outro segmento, Sara Coutinho, de 32 anos, relatou a respeito de como os elementos individuais de cada um podem ser importantes para as percepções de sua própria produtividade:

“[...] Eu acho que a mesma coisa, é, vai muito da, da questão de como a pessoa se enxerga e o que ela quer. Se ela gosta de fazer alguma coisa, que seja produtiva no mundo dela, que seja um mundo mais restrito. Ah eu gosto de fazer crochê, vamos fazer crochê, ela pode ser produtiva fazendo crochê. Eu acho que é mais a visão de como pessoas enxergam e o que ela quer pra ela, né? Então, não é porque, aí, ela não tá fazendo nada pra gerar dinheiro, ela não tá vendendo o trabalho dela, mas ela se sente produtiva, porque eu acho que ser produtivo é você traçar metas que você consiga entregar e que você se sinta com isso também. Eu acho que é a coisa mais importante. Não necessariamente produção tem a ver com o mercado de trabalho. Produtividade, eu acho que se tá mais atrelado ao que você sente, ao seu estado de espírito.”

Por fim, se faz urgente uma mudança na ideia de que o envelhecimento implica na redução do comprometimento com a produção, uma mudança com declínio ou de que a aposentadoria representa o rompimento com as redes produtivas da vida humana (NEILSON, 2019). Afinal, como mencionado aqui, sem o trabalho doméstico não remunerado, os homens trabalhadores, de forma remunerada, e os estudantes não estariam aptos para a produção (FEDERICI, 2019). Além disso, embora o envelhecimento acarrete o desenvolvimento de incapacidades, que podem prejudicar a participação dos indivíduos nos processos de produção capitalista, isso deve se distinguir da atividade produtiva da própria vida humana (NEILSON,

2019). Nesse sentido, a visão de Sara sobre a produtividade no envelhecimento se faz pertinente, pois a concepção de ser produtiva apenas ligada aos meios de produção de capital acaba por influenciar na forma que o indivíduo se percebe, ocultando muitas vezes seus próprios desejos de como almeja conduzir sua própria vida.

Os próximos tópicos tratam das identidades sociais reais dessas mulheres, ou seja, as características que elas realmente possuem (GOFFMAN, 1988). No entanto, como não se pode afirmar de fato se o que foi apresentado por elas nas entrevistas é uma realidade nas próximas seções serão abordadas a descrição da produtividade das mulheres presentes em suas trajetórias de vida, que diferem, em alguns casos, da percepção delas sobre si mesmas em relação à produtividade. Desta forma, foram divididos em “*O trabalho invisível das mulheres no envelhecimento*”, a qual se refere ao trabalho doméstico não remunerado e atividades rurais não remuneradas, “*O que a remuneração representa?*” no qual será discutido o trabalho remunerado, e por último “*A sobrecarga dos dois trabalhos: todas somos iguais?*”, acerca da presença simultânea do trabalho remunerado e do doméstico não remunerado, e as diferenças nas vivências das mulheres participantes desta pesquisa.

6.3 O TRABALHO INVISÍVEL DAS MULHERES NO ENVELHECIMENTO

Como já referido anteriormente, em relação ao trabalho doméstico não remunerado não há ainda um consenso na literatura quais tarefas exatamente o definem. Assim, seguiremos a definição da socióloga, Maíra Saruê Machado (2014, p.61) sobre o trabalho doméstico não remunerado como sendo:

[..] o trabalho da manutenção da vida e reprodução das pessoas, ou seja, aquele que envolve um conjunto de atividades realizadas na esfera privada e familiar sem as quais a reprodução humana não estaria assegurada, como o cuidado com os filhos e dependentes e as tarefas domésticas (limpeza da casa, preparo das refeições, etc.). “

Neste estudo, ao decorrer das entrevistas, não foram descritas para as participantes o que seriam essas atividades domésticas e de cuidado, dessa forma, elas se basearam em suas próprias convicções e em seus cotidianos. Contudo, nas entrevistas preliminares, foi possível notar uma diferença entre as participantes com filhos e as sem filhos, e também acerca da idade, sendo que, nem todas as participantes, atualmente, cuidam de crianças, idosos e/ou enfermos. Entretanto, pode-se inferir que a maioria delas, em algum momento da vida, cuidou de alguém. Portanto, a desvinculação do cuidado das atividades domésticas nesse trabalho é permeada pela reflexão de que se o indivíduo não morasse com outras pessoas, as tarefas de limpeza, higiene e preparação de alimentos, feitas por ele mesmo podem ser configuradas como trabalho

doméstico não remunerado. Mas, cabe ressaltar que existe uma linha tênue entre os dois conceitos, cuidado e atividades domésticas, pois quando o indivíduo mora com mais pessoas, e algumas delas não realizam as atividades de higiene e limpeza da casa, e preparação de alimentos, essas mesmas atividades poderiam ser incluídas como parte do cuidado para com essas pessoas? Assim, como forma de organização, e não propriamente uma definição, essa próxima seção, será dividida entre *As tarefas domésticas e atividades rurais não remuneradas*, e o *Cuidado*.

6.3.1 As tarefas domésticas e atividades rurais não remuneradas.

As participantes, de modo geral, definiram as atividades domésticas como de limpeza e higiene de elementos físicos que compõem uma casa. São elas: “lavar louça”, “arrumar a cozinha”, “lavar banheiro”, “fazer almoço”, “esquentar comida”, “espanar pó”, “passar pano”, “varrer”, “faxinar”, “arrumar” e “organizar a casa”, “esfregar um rodo”, “cuidar das plantas” e “lavar”, “estender” e “passar” roupa. Essas definições feitas pelas participantes se alinham com as definidas pelas entrevistadas na etapa qualitativa da pesquisa realizada pela Datapopular e SOS Corpo. Essas se referem às atividades para a manutenção da limpeza da casa, tais como espanar os móveis, remover o lixo, lavar a louça e arrumar a cama, e “faxina”, que são atividades que necessitam de mais esforço físico e são realizadas com menor frequência do que o “básico”, nas quais se incluem limpar janelas, vidros, tapetes, lavar pisos, azulejos e rejuntas (MACHADO, 2014).

Na família Camargo, Joana, de 70 anos desde sua infância até a fase adulta, morou em um sítio, que hoje é habitado por sua filha Catarina, de 49 anos. As duas participantes relataram as atividades demandadas pelo sítio como parte do trabalho doméstico não remunerado. No entanto, segundo as reconfigurações no conceito de trabalho, feitas pelo PNAD em 1992, nas quais foram incluídas características do local onde foi feito, havendo mudanças na visibilidade do trabalho feminino (BRUSCHINI, 1998b). Nesse contexto, o trabalho feito na zona rural, mesmo que seja produzindo bens para o próprio consumo, sem remuneração, recebe o nome de trabalho de subsistência, e não de trabalho doméstico não remunerado (IBGE, 2009). No fragmento abaixo, Joana descreve melhor o que são essas atividades.

Neste outro fragmento a mesma participante aponta que as atividades feitas no sítio não são remuneradas, servindo como subsistência de sua família e, apenas às vezes, gerava lucro:

“O negócio era só prantar e colher, né? A família é muito grande. Aí não tinha esse negócio de ter dinheiro. Isso a gente nem conhecia. (Risos). Era trabalho só, dinheiro não. Se a gente quisesse comprar alguma coisa pra gente, uma

roupa, a gente tinha que trabalhar pra ter alguma coisa pra vender, pra comprar, sabe? A gente catava semente de capim, é, fazia. Catava mamona, fazia azeite, vendia. Pra poder receber um dinheirinho pra comprar uma roupa. A vida da gente era muito difícil, mas a gente era muito feliz!”

O trabalho na zona rural, incluindo as atividades rurais não remuneradas, é um trabalho que prejudica a saúde de quem o realiza, uma vez que se trata de um trabalho braçal, em que os indivíduos são expostos a fenômenos instáveis da natureza, sobretudo, nas longas e exaustivas jornadas de trabalho expostos ao sol (EBLING et al 2015). É possível notar nos relatos de mãe e filha que mesmo sendo considerado como trabalho doméstico não remunerado para elas, é evidente que são tarefas que exigem mais esforço físico do que o trabalho doméstico de algumas casas na zona urbana.

“[...] você percebeu que nós estamos morando em um sítio. Então, dá muito serviço. Então, nós estamos de folga, ficar quatro dias em casa de sábado até amanhã. Então, assim, eu não estou dando conta de tudo por ser zona rural e cobra muito que eles me ajudem [...]” (Catarina, autodeclarante parda, de 49 anos)

“Quando tava, vim pra rua, eu tava costurando, achava que era mais produtiva, porque lá na roça a gente fazia as coisa, mas, é mais difícil, é, lá na roça é mais difícil cuidar das criança e sai, né? Pra fazer algum trabalho. Lá eu trabalhava pra casa, plantando horta, plantando milho, feijão, ajudava na, no arroz. plantar arroz. Aqui na rua melhor. Tem mais gente e as criança não ficava em casa sozinha. Aqui foi mais fácil. Aí rendia mais” (Joana, autodeclarante parda, de 70 anos)

No que tange o trabalho de subsistência, neste estudo, como não houve uma divisão feita por essas participantes, Catarina e Joana, entre as atividades domésticas e as de subsistência, esse tipo de trabalho será debatido nesta seção juntamente com o doméstico não remunerado. Sendo que, o trabalho de subsistência e o rural também fazem parte da divisão sexual do trabalho, uma vez que dentro das famílias da zona rural há uma separação entre as tarefas realizadas pelos homens e pelas mulheres, e isso possivelmente ocasionou a demora da inclusão das trabalhadoras rurais nas categorias profissionais como beneficiárias na previdência social, pois as mulheres na zona rural eram vistas apenas como ajudantes de seus maridos (BRUMER, 2002; 2004).

A divisão sexual do trabalho é naturalizada no cotidiano das mulheres, seja ela na zona rural ou na urbana. O trabalho doméstico foi imposto como atribuição natural da mulher, e assim, passou a não ser mais reconhecido como trabalho, por supostamente não demandar esforço e, por isso, também não teria que ser remunerado (HIRATA, 2002; GEORGES, 2019; CHIES, 2010). Nessa lógica, as mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico não

remunerado, e isso seria uma extensão do papel natural das mulheres dentro das famílias (DANTAS; CISNE, 2017). Essa relação entre as mulheres e o trabalho doméstico não remunerado tem origem na “tradição” perpetuada nas casas dos pais, familiares e amigos (BRUSCHINI, 2007). A participante Olívia, da família Salomão, de 19 anos, quando foi solicitada a falar sobre sua trajetória de vida em relação ao trabalho doméstico não remunerado, descreveu ser uma “[...] questão de costume, criação, aí fui criando esse hábito.” Assim, desde os primeiros anos de vida as mulheres são treinadas para serem dóceis, subservientes, dependentes, se sacrificarem e sentirem prazer com isso (FEDERICI, 2019). Catarina Camargo, autodeclarante parda, de 49 anos, apesar de relatar um desgaste físico e mental, alegou que sente prazer em servir:

“Às vezes fico chateada por não fazer tudo que preciso, por ter que trabalhar fora, então, não dá tempo, cansa, tem o esgotamento físico, mental, mas eu acho. Eu gosto de fazer. Eu gosto de servir.”

Em meio a isso, os homens aceitam esse trabalho gratuito feito pelas mulheres, e se beneficiam dele, justamente, por acharem que é uma característica inata, uma necessidade interna, uma aspiração, e acreditam ser feito “por amor” (HIRATA; KERGOAT, 2007; FEDERICI, 2019). Apesar das participantes terem sido introduzidas desde novas em tais tarefas, algumas salientaram não ser um trabalho tão fácil, sendo, muitas vezes, cansativo e não prazeroso, o que mostra que talvez não seja de fato uma vocação e um prazer. Como elucidado no relato a seguir de Mariana Nascimento, a participante menciona que, no início, não gostava de realizar tal trabalho: “Humm. Era meio chato, né? Não é uma coisa que uma criança quer fazer. (Risos). Que meu pai forçava bastante [...]. E como eu sempre fui desorganizada eu sempre tomei bronca por conta disso.” Nesse quesito, de acordo com Silvia Federici (2019), a naturalização do trabalho doméstico não remunerado foi uma estratégia do capital, justamente, para que ele se tornasse gratuito. Segundo Bruschini e Ricoldi (2012), a continuidade do trabalho doméstico não remunerado acontece por meio dos filhos. Outro fator relevante que pode comprovar que o trabalho doméstico não é inato é o fato de que, dentre as participantes desta pesquisa, quinze das dezesseis foram inseridas desde a infância, sendo Sara Coutinho, a única participante que não realizava esse trabalho na infância, devido ao fato de ter alergia aos produtos de limpeza. Nos trechos a seguir, Sophia Coutinho, sua mãe Lucilene, e também de Suzana Salomão, as três participantes partilham da mesma experiência em relação à suas inserções nesse trabalho durante a infância:

“Ah, com uns oito anos, né? Meu avô fez um banquinho pra eu poder subir pra alcançar a pia. Risos. Que não tinha nem tamanho. (Risos). [...] Uns sete,

oito anos já ajudava bastante já.” (Sophia Coutinho, autodeclarante branca, 44 anos).

“[...] Olha, acho que desde os dez anos já fazia alguma coisinha. Ajudar a mãe a lavar louça, cuidar do irmão. Desde os dez anos e daí foi aumentando, né?” (Lucilene Coutinho, autodeclarante branca, de 70 anos)

“Foi interessante, né? No início foi aquela brincadeira, né? Que toda criança vai se envolvendo, vai achando legal, brincadeira de casinha de adulto, né? Depois foi virando a responsabilidade mesmo [...]” (Suzana Salomão, autodeclarante negra, 32 anos)

Semelhante à Susana, que foi inserida nesse trabalho por meio de brincadeiras, Bruna Nascimento, de 15 anos, relatou que: “quando eu era pequena gostava muito, porque era uma maneira de diversão [...]”. Nesse sentido, fica evidente que a socialização é o elemento importante para que as mulheres sejam inseridas no trabalho doméstico não remunerado (PICANÇO; ARAÚJO, 2019; CHIES, 2010). Já que, para convencer as crianças a realizá-lo, é necessário deixá-lo divertido, não havendo assim, nada de natural nesse trabalho, pois são necessários pelo menos uns vinte anos de treinos diários (FEDERICI, 2019). Na agricultura, os filhos, isto é, as crianças e adolescentes, também são incluídos no trabalho rural, e assim como as mulheres, ficam responsáveis pelos trabalhos tidos como mais fáceis (BRUMER, 2004). Em seguida o depoimento da mãe de Catarina, Joana, de quando foi inserida no trabalho doméstico não remunerado e o de subsistência ilustra essa discussão:

“Ahh minha filha, foi uma diversão, né? Porque eu era muito criança ainda. Eu gostava de trabalhar, porque criança começa assim com uns 7, 8 anos a levar comida pra quem tá na roça, trabalhando, sabe? Cuidar dos bichos, né? Galinha, porco, tratar deles. É tudo divertido. Lá em casa tinha muito, muito cabrito. Humm. Tinha mais de dez. A gente tinha que levar aquilo lá no pasto, amarrar aquilo, depois tinha que lá desamarrar, porque o sol tava quente, tinha que pôr na sombra. Outra hora enrolava tudo, a gente tinha que lá desenrolar. Então, a gente trabalhava direto. É serviço à vontade.”

Ainda hoje, na zona rural, os trabalhos feitos em propriedades menores possuem jornadas de trabalho indefinidas em que todos os familiares, incluindo as crianças, são expostos a riscos constantes diariamente (DAMETTO; MORETTO, 2013). Neste relato de Joana, percebe-se que tal trabalho, mesmo que seja mais fácil, é exercido pelo homem, ainda que aparente exigir muito esforço físico para uma criança, costuma ser também naturalizado.

Uma das funções atribuídas à mãe no trabalho doméstico não remunerado é ser a principal responsável por preparar a mulher para o papel de esposa e mãe, fazendo sua filha acreditar ser esse o melhor caminho a se esperar da vida (ÁVILA; FERREIRA, 2014). Seguindo essa lógica, neste estudo não foi diferente o ingresso das participantes no trabalho doméstico

não remunerado, em sua maioria, feito por suas mães, como no caso de Lucilene, Catarina, Mercedes, Karen, Bruna, Beatriz e Clara. Cabe lembrar que as outras participantes, apenas não citaram se essa inserção teve participação de suas mães. A mãe de Mercedes Salomão, autodeclarante preta, de 85 anos, Maura, também participante da pesquisa, era quem organizava as tarefas entre os filhos. No enxerto abaixo, sua filha descreve como foi sua experiência quando começou a realizar as atividades domésticas:

“[...] Nós éramos quatro. Então, cada um fazia o seu melhor. Minha mãe, vamos supor, é, fulano, fulano, fulana vai pra, pra arrumar casa, outros vai cozinhar, outros vão lavar. Então, desde pequena minha mãe foi ensinando isso pra gente, entendeu? Então, foi bom aprender desde pequena.”

Lucilene Coutinho, além de citar sua mãe como participante desse processo, apresentou sua concepção sobre o papel da filha mais velha dentro de uma família: “Ahh, eu tinha que contribuir né? Então, a gente fazia o que era possível, mas aquele, no meu tempo, era normal isso, né? Toda filha mais velha tinha que cuidar de irmãos, cuidar de, ajudar a mãe, tudo, sempre foi assim.” Desta forma, três gerações diferentes dentro da mesma família, Coutinho, foram ensinadas acerca do trabalho doméstico não remunerado por suas mães, o que demonstra ser uma tradição, um costume passado de geração a geração. Na pesquisa feita pelo Instituto Data Popular, SOS Corpo e Instituto Patrícia Galvão, a maior parte das entrevistadas também revelou que as maiores responsáveis pelas atividades domésticas, como lavar e passar roupa, varrer a casa e limpar os móveis, são as mães e filhas de suas famílias (MARCONDES, 2014). A filósofa Silvia Federici (2017) defende que, dessa forma, o capitalismo se beneficiou da invisibilidade do trabalho doméstico não remunerado, com o propósito de estender a parte não remunerada do dia, e também com o intuito de acumular o trabalho das mulheres por meio do uso do salário do homem. A participante Bruna, em dois momentos de sua entrevista, relatou acreditar que tal inserção contribuiu para quando tivesse sua própria casa. Da mesma forma Karen, a qual deixou claro que, para ela, o fato de ter aprendido cedo contribui em sua família, hoje em dia. Confira os trechos a seguir:

“Pra mim ser produtivo dentro de casa é colaborar na organização, em tempo que isso pode construir muito mais o meu futuro quando tiver o meu próprio, meu próprio lar. [...] Me desenvolvendo pra quando eu tiver a minha própria casa, eu já tiver [...] Tiver o meu, meu próprio esquema na minha casa.” (Bruna Nascimento, 15 anos).

“[...] Então, às vezes a gente nem queria fazer, mas ela obrigava a gente a fazer. Isso pra mim ela foi muito rígida, sabe? [...] Eu só agradeço ela, porque se não fosse hoje, hoje em dia, eu sei fazer de tudo. Se eu precisar morar sozinha, igual eu já tenho meus filhos, eu dou conta de tudo! Sei fazer um almoço, sei arrumar a casa, colocar roupa, tudo. Qualquer coisa eu sei fazer.

Então, eu fico muito satisfeita dela ter me ajudado e ajudar minha irmã também.” (Karen Camargo, 32 anos).

Na sociedade brasileira, as identidades atribuídas às mulheres no casamento, de esposa e dona de casa, são papéis de subordinação (CHIES, 2010). Portanto, o casamento é um destino imposto ou um projeto, uma opressão e, ao mesmo tempo, uma identidade (BIROLI, 2018; CHIES, 2010). Essa socialização com o trabalho doméstico não remunerado, tem como objetivo buscar a atenção masculina, a aceitação das mulheres para exercerem seus papéis de dependentes do casamento, além de uma orientação e sustento dos homens (BIROLI, 2018), bem como as identidades de filha e mãe. Desta forma, a mulher, na casa dos pais, é subordinada pelo pai, e no casamento, pelo marido (CHIES, 2010). Como pode ser visto nos tópicos anteriores, as mulheres desta pesquisa de todas as idades, realizam o trabalho doméstico não remunerado, como irmãs mais velhas ou mais novas, esposas, mães e filhas, independente se estão aposentadas ou na idade de aposentar. Em especial Catarina, no período do ciclo de vida entre 40 aos 65 anos, e sua mãe, Joana, acima de 65 anos, também continuam a exercer o trabalho de subsistência. O trabalho para as mulheres não tem aposentadoria e nem descanso. Assim, as atividades domésticas são naturalizadas entre as participantes desde a infância até a velhice, mostrando que as tarefas domésticas fazem parte do envelhecimento das mulheres.

6.3.3 Divisão sexual dentro de casa

Conforme Kergoat (2009), nas relações sociais de sexo, as práticas sociais são uma construção social, e não advindas de uma causalidade biológica, criadas com base na hierarquia entre os sexos, ou seja, em uma relação de poder e dominação. Neste estudo, no trecho de Catarina Camargo, de 49 anos, é possível observar em seu relato a divisão sexual do trabalho: “[...] É às vezes bate o cansaço, a rotina dos afazeres, mas, é entre aspas, né, é o serviço da dona da casa, é o serviço da mulher.” Na pesquisa feita por Ávila & Ferreira (2014), em relação à mudança sobre a percepção da responsabilidade do trabalho doméstico, 47% das participantes afirmaram que cuidar da casa é uma responsabilidade das mulheres, sendo que 43% delas discordam e 10% não concordam e nem discordam. Olívia Salomão, de 19 anos, afirmou que seu irmão faz parte das divisões dos afazeres em sua casa. Da mesma forma que Olívia, Beatriz, sobrinha de Catarina, de 17 anos, apontou o envolvimento de seu irmão na aprendizagem das atividades do trabalho domésticas gratuitas, mas mencionou a sua mãe como responsável por essa inserção:

“Ahh, agregou mais para mim mesma, que eu pude ajudar minha mãe, que ela trabalhava fora o dia inteiro. E quando ela chegava, ela estava cansada e

eu podia ajudar, né? Tanto eu quanto o meu irmão, a gente começou com os afazeres domésticos se eu me engano com sete, oito anos.”

A explicação para o envolvimento do irmão nas atividades domésticas, pode ser evidenciado pelos dados de outra pesquisa – realizada em 2006, sobre a participação dos homens no trabalho doméstico gratuito, no cotidiano familiar e no cuidado com os filhos pequenos, em que, 46% dos homens, entre 10 e 14 anos, afirmaram participar das atividades domésticas, mas, ainda assim, as mulheres participam bem mais do que eles, sendo 78%, da mesma faixa etária (BRUSCHINI; RICOLDI, 2012). Entretanto, segundo o Retrato das desigualdades de gênero e raça, em 2014, as mulheres, de 10 anos ou mais, dedicam uma média de 23,8 horas ao trabalho doméstico não remunerado, já os homens, quase a metade, sendo 10,1 horas (IBGE, 2015). Beatriz informou que seu pai também participa das tarefas domésticas, e sua tia Catarina também conta com a participação de seu filho Lucas, de 25 anos. Na família Coutinho, o marido e os dois filhos de Sophia dividem as tarefas de casa com ela. E na casa da sua mãe, Lucilene, seu pai não divide as tarefas com sua mãe, mas seu irmão mais novo Carlos, de 30 anos, sim. Na casa de Jaqueline, o pai de Bruna divide as tarefas domésticas com as duas participantes. Tal informação foi confirmada tanto na entrevista de Bruna, como na de Mariana, de 29 anos, que não mora mais com os pais alegou que, na sua infância, foi seu pai quem a incluiu no trabalho doméstico gratuito:

“Ahh, bem criança, eu lembro do meu pai pedindo para lavar louça, arrumar quarto. Apesar ter sido um pouquinho desorganizada, eu tinha que arrumar, tinha minhas obrigações em casa. Geralmente era louça, por a roupa, a toalha no varal e arrumar meu quarto e o guarda roupa.”

Na década 70, ampliou-se o debate sobre “dividir o trabalho doméstico”, considerada uma solução para os problemas da divisão sexual do trabalho (FEDERICI, 2019). Neste segmento, os homens se mostraram, ao decorrer dos anos, mais inclinados a dividirem as tarefas domésticas, principalmente entre casais que possuíam um trabalho remunerado (BRUSCHINI; RICOLDI, 2012). Atualmente, Mariana mora com seu marido, e confirmou dividir todas as tarefas domésticas de sua casa com ele, além disso, a participante questionou o significado do termo “ajuda”:

“[...] aqui em casa a gente divide muito as tarefas. Então, eu costumo falar. Perguntar: “seu marido te ajuda em casa?” Não, ele não me ajuda não. A gente se ajuda. São deveres tanto deles como meus. Ele faz, ele faz o almoço. Ele faz ou arroz, eu faço a carne. Eu faço a sala. Já vou deixando a louça mais ou menos limpa. Eu faço faxina dentro de casa, e ele faz do lado de fora. Então é sempre assim. Tudo dividido [...]”

Sara, de idade próxima a de Mariana, 32 anos, também divide as tarefas de casa com o marido: “[...] Quando eu vim pra casa, eu tive que começar a fazer, mas, assim, meu marido me ajudou bastante nas coisas. Então, a gente sempre divide, né, a questão dos afazeres de casa.” No entanto, a palavra “ajuda”, usada regularmente, e presente no relato da participante, revela a desigualdade de gênero em torno das relações familiares, explicitado como algo relacionado à bondade, e não como deveria ser visto, uma responsabilidade partilhada (BRUSCHINI; RICOLDI, 2012). Além disso, o termo “ajuda” contribui para tornar invisível a obrigatoriedade e atribuição do trabalho doméstico a todas as mulheres em suas famílias, e assim, perpetua o seu significado de um trabalho feito por “afeto” (HIRATA; KERGOAT, 2007). Sendo que, o homem que acredita estar “ajudando” a realizar esse trabalho gratuito, também é um dos responsáveis por gerar estas tarefas domésticas, ao requerer cuidados, tais como alimentação, roupas limpas, limpeza da casa, dentre outros. A participante Sophia Coutinho, de 44 anos, assim como sua prima Sara, também utilizou a palavra “ajuda” ao discorrer sobre a divisão das tarefas em sua casa, entre ela, seu marido e seus dois filhos. Os dois trechos abaixo exemplificam esse fato:

“Ajudam, mas assim, ajudam, mas não é como eu ajudava na minha casa, com certeza não, né? É bem diferente. Hoje tenho é o diarista que vem pra fazer o pesado, né? Mesmo porque eu não daria conta, né? É, então, eles lavam a louça, cada um arruma a sua cama e ajeita o quarto, né? E eu fico sempre no pé: ó, vamos manter a ordem aqui, né, deixar as coisas sempre arrumadinhas. Mas contribui, contribui, sim.”

“Eu vejo sempre como necessário, né? Que façamos essas coisas, mas eu vejo que quem valoriza mesmo sou eu, né? Eu tenho só homem aqui dentro de casa. (Risos). E eles nem se incomodam tanto de ver: ah tem uma pia suja lá, uma loucinha suja na pia. Mas quem realmente fica brava e estressada sou eu. Então, é eu sei o quanto é importante que esteja tudo em ordem, né?”

Os maridos são infantilizados, no que se refere ao trabalho dentro de casa, visto como incapazes de realizarem tarefas consideradas mais complexas (MACHADO, 2014). De acordo com Bruschini e Ricoldi (2012), apesar das mudanças relevantes no comportamento dos homens, eles não se dedicam de forma integral ao cuidado e às atividades domésticas rotineiras, isto é, fazem as tarefas que sobram para serem feitas ou as mais agradáveis para eles. Conforme Ávila e Ferreira (2014), a omissão dos homens nada mais é do que uma apropriação das horas de trabalho realizadas pelas mulheres, sendo que essa apropriação acontece por meio da ação masculina e não apenas da omissão. Na mesma pesquisa já citada aqui, feita pelo Instituto Data Popular, SOS Corpo e Instituto Patrícia Galvão (2014), a maior parte das entrevistadas (58%), concluíram que os homens podem dar mais trabalho do que necessariamente ajudarem. Ainda

que os homens adultos sejam classificados como independentes, eles contam com o cuidado familiar, feito pelas mulheres, para atender necessidades concretas e emocionais (MARCONDES, 2014). Portanto, é uma grande contradição o estereótipo de gênero, no qual se acredita que as mulheres, por não conseguirem se cuidar sozinhas, precisam dos homens para as protegerem, mas, ao mesmo tempo, elas são as maiores responsáveis por cuidarem de toda a família, incluindo elas mesmas e os próprios homens, ditos independentes (PATERMAN, 2007; MADALOZZO et al 2008). As participantes Karen, Catarina e Joana, de 31, 48 e 71 anos, respectivamente, da família Camargo, também apontaram em suas entrevistas desigualdades na divisão das tarefas domésticas não remuneradas. Joana, no fragmento a seguir, narra sobre a divisão do trabalho dentro da sua casa, entre seus pais, avós de Catarina:

“[...] Trabalhava todo mundo a roça, né? Em casa ficava minha mãe, coitada, trabalhava muito também. E ficava uma irmã em casa pra ajudar, que era muita gente pra lavar roupa, pra isso tudo, né? Então, nossa família era uma família muito grande.”

Ainda hoje, no Brasil, as mulheres dedicam bem mais horas ao trabalho doméstico não remunerado do que os homens (PICANÇO; ARAÚJO, 2019). Enquanto, para as mulheres, fatores como a alta escolaridade, o número de filhos e o número de atividades diárias não interferem nessas horas de dedicação (PICANÇO; ARAÚJO, 2019). Isto significa dizer que menos aspectos afetam a carga de trabalho das mulheres dentro de suas casas. Catarina realiza, além do trabalho doméstico gratuito, um trabalho remunerado em uma fábrica de malhas. Neste outro fragmento, em que desabafa sobre seu marido, é possível ver uma divisão sexual do trabalho:

“[...] Porque eu penso assim, tem algo que eu faço que alguém poderia fazer, mas não faria igual eu. Aí às vezes eu até brinco com meu marido assim: aí se eu morresse você não dura dois meses, porque ele não faz nada, dependente de tudo totalmente [...]”

Não obstante, para os homens, a presença do salário e a classe social são fatores que impactam no tempo dedicado ao trabalho doméstico gratuito (SORJ, 2013). Em outra pesquisa feita em 2008, os dados foram próximos aos de Sorj, nos quais, em média, os homens consomem 10 horas por semana, e as mulheres o dobro, 20 horas (MADALOZZO et al, 2008). A desigualdade de horas entre homens e mulheres, na realização das atividades domésticas e do cuidado, é um facilitador para que o homem possa se engajar inteiramente ao trabalho remunerado (BIROLI, 2018; HIRATA; KERGOAT, 2007; MADALOZZO et al, 2008). Essa divisão, entre quem irá realizar o trabalho assalariado e quem faz o trabalho doméstico gratuito, é definida pelo casamento (BIROLI, 2018). Na casa da Karen, a participante fica responsável

pelo trabalho doméstico não remunerado e, apenas seu marido realiza o trabalho remunerado: “Então, quando eu faço, eu sinto assim que eu, de certa forma, eu sou útil dentro de casa, porque se não sou eu, ninguém faz, porque meu marido não dá e minha mãe faz. Então tem que ser eu mesma.”

A mulher se sobrecarrega, na maior parte das vezes, devido à ausência dos homens na divisão dos afazeres domésticos (MARCONDES, 2014). No entanto, a família seria, em sua essência, a institucionalização do trabalho das mulheres, não remunerado e, conseqüentemente, a dependência financeira das mulheres sobre o salário dos homens (FEDERICI, 2019; CHIES, 2010; KERGOAT, 2009). É dentro da família que homens e mulheres são disciplinados, fazendo com que o homem seja dependente de seu emprego, visto que suas crianças e esposa dependem de seu salário, não conseguindo refutá-lo (FEDERICI, 2019). Portanto, ambos os gêneros têm sua força de trabalho explorada, mas, sobretudo, a mulher sofre dupla subordinação, do “sistema de exploração” e também do “sistema de dominação” (CHIES, 2010). Tal como, o não pagamento pelo trabalho doméstico é uma forma de disciplina (FEDERICI, 2019). Dessa maneira, é possível perceber, por meio da imagem do homem-provedor, a tensão entre visão tradicional da divisão do trabalho e as responsabilidades designadas aos homens e mulheres (ÁVILA; FERREIRA, 2014). A independência dos homens é garantida pela perda de autonomia das mulheres, enquanto, ocorre a inviabilização do seu trabalho, e também posicionado de forma desigual (BIROLI, 2018). Como visto em outro trecho de Karen, na qual a participante declara seu sentimento em relação à dependência do salário de seu marido:

“A gente depender das pessoas é pior coisa do mundo. Apesar de assim, eu e meu marido a gente se dá super bem, sabe? Ele me compreende, sabe que eu não posso trabalhar. Mas é ruim, se ficar assim: me dá 10 reais. A me dá 50 reais para comprar isso. É horrível. Esse sentimento é muito ruim.”

Quando a mulher não consegue realizar o trabalho doméstico não remunerado e o remunerado, ela acaba, na maioria das vezes, tendo que escolher por abandonar o trabalho remunerado, como foi possível evidenciar no trecho acima, ou ficar sobrecarregada, sendo que o trabalho assalariado é mais valorizado, por elas e também pela sociedade, pois concede a essas mulheres uma “autonomia” pessoal (ÁVILA; FERREIRA, 2014). Como já explicitado, os homens são tão dependentes do trabalho das mulheres, como as mesmas são dependentes de seus salários (KERGOAT, 2009; FEDERICI, 2019). Eles são dependentes, porque necessitam que alguém cozinhe, limpe suas roupas, cuide de seus filhos, dentre outras tarefas, para que não afete sua rotina de trabalho e o seu tempo disponível para descansar (FEDERICI, 2019;

BIROLI, 2018). Por outro lado, as mulheres são dependentes dos homens, mas também de programas sociais, por se responsabilizar pelas atividades rotineiras das quais todos nós dependemos (BIROLI, 2018). Mesmo quando os casais estabelecem uma divisão nos afazeres domésticos, a situação muda quando o casal tem um filho, até porque, as leis trabalhistas são mais voltadas para a maternidade do que para a paternidade (FEDERICI, 2019). Um exemplo disso no Brasil, é a enorme diferença de tempo que distingue a licença-maternidade da licença-paternidade, sendo, respectivamente, 120 dias e 7 dias (BRASIL, 2020). Em vista disso, ainda que a mulher precise de tempo para recuperar seu corpo e tenha que amamentar, pode existir a possibilidade de que essa mãe venha a falecer, tenha alguma enfermidade ou sua carreira demande mais dedicação, e mesmo sem isso, a presença do pai no cuidado de um recém-nascido seria fundamental para a não sobrecarga dessa mulher. Para Biroli (2018), o cuidado precisa ser reconhecido como uma contribuição social, todavia, essa concepção confronta o valor atribuído em cada trabalho e as visões de independência e de mérito. Em relação ao cuidado, Karen descreveu de forma detalhada como funciona a divisão do cuidado com seus dois filhos em sua casa:

“No caso de cuidar, eu cuido assim no caso dos meus filhos, né? [...] É, ele nasceu em 2017 e minha filha em 2018! A partir daí, a gente, eu cuido dele pra tudo. Ele é autista, então, eu levo eles, eu levo ele nas terapias, dou os remédios deles de manhã, de tarde e de noite. Levo os dois pra ir no banheiro, para fazer xixi, coco, porque não faz sozinho. Do banho, escovo o dente deles. É, tudo é eu! Meu marido pega eles de noite, dá uma voltinha com eles quando chega do serviço, porque assim, eu já chego de noite e já tô cansada e estressada já de ficar com essas crianças o dia inteiro. Aí ele pega meus meninos, leva eles ali na mãe deles um pouquinho pra eles brinca. Aí daqui a pouco e já tá também. Então, assim, a parte do cuidado todinha ficou só eu.”

Como já apontado anteriormente, trabalho doméstico não remunerado inclui não apenas as tarefas domésticas, mas também o cuidado (BRUSCHINI, 1990 apud BRUSCHINI; RICOLDI, 2012). O cuidado recai também sobre as mulheres, e não se relaciona apenas com a maternidade, mas também a responsabilidade do cuidado por todos os membros das famílias sejam eles seus avós, pais, maridos, filhos e irmãos (AGUIRRE 2012; SORJ, 2013; DEBERT; PULHEZ, 2019; PICANÇO; ARAÚJO, 2019). A participante Sophia acredita que seus filhos demandam mais atenção dela, a mãe, apoiando a ideia de que a mãe é a principal encarregada deste papel: “[...] Eu vejo que a mãe é o. (risos). É o tudo, né? Então, tudo eles querem saber da mãe. Quem quer que cuide é a mãe, não tem jeito, né? Isso os filhos e o marido também, né? Serve pra todos.” Para os homens, o número de filhos apenas não é relevante, em contrapartida, a presença de uma esposa, o número de moradores em sua casa, sua escolaridade e ter uma

empregada doméstica diminui o número de horas que eles precisam se dedicar ao trabalho doméstico (PICANÇO; ARAÚJO, 2019).

6.3.3 O cuidado

Uma das dimensões do trabalho doméstico não remunerado consiste no cuidado com os membros da família (BRUSCHINI, 1990 apud BRUSCHINI; RICOLDI, 2012). Por fazer parte da divisão sexual do trabalho, a responsabilidade pelo cuidado é considerada uma característica inata das mulheres, e, desta forma, trata-se de um trabalho desprestigiado (KERGOAT, 2009). Para Georges (2019), o cuidado é um quase-conceito, justamente por ser possível ter várias interpretações, principalmente, considerando a globalização no mundo do trabalho. Assim, esse quase-conceito multifacetado, é um conjunto de sinônimos conflitantes e heterogêneo, e que também dependerá do contexto em que é exercido, do momento histórico, de elementos locais, regionais e culturais (GEORGES, 2019; DEBERT; PULHEZ, 2019). Nesta pesquisa, as participantes trouxeram suas percepções do cuidado. É notável as interseções na conceituação do que seria cuidado e o que seria apenas atividades domésticas, entretanto, é possível ver diferenças. Essas tarefas são para o suporte ao cuidado ou trabalhos cotidianos (MARCONDES, 2014), as quais, nesta pesquisa, conceituamos anteriormente como atividades domésticas, que são a preparação das refeições e a limpeza da casa. Como por exemplo, a descrição de Clara Coutinho, auto declarante parda, de 16 anos:

“Eu acho que quando é necessário a gente vai, né, e cumpre com o nosso objetivo. É, cuidar, assim, não é só de quando a pessoa tá doente e tal. Então, sempre, assim, cuidar aqui da minha família, faço a comida. E é um cuidado isso, né? Ah, eu acho que é normal. Bom. Risos.”

Sua tia, Sophia, de 44 anos, apontou também a educação de um dos seus filhos, atualmente com 13 anos, como parte de sua trajetória de vida em relação ao cuidado com os membros de sua família: “Meu filho tinha em torno de sete anos, é, tava precisando de uma forcinha na escola. Então, todos os dias, sentava com ele, pra, pra dar uma força mesmo, não era nem ajudar a lição de casa, mas tem que fazer uma revisão, né?” A entrevistada Mercedes Salomão, de 55 anos, também descreveu um pouco sobre sua rotina do que seria o cuidado que exercer com seus filhos:

“E eu era dada como sargento quando as criança era pequena, pra poder ensinar. Nossa, professora, a mãe, professora! Sempre! E vestir, fazer roupa, comprar roupa, comprar calçados. Isso é sempre dentro de casa, sempre eu fiz sim. Sempre, sempre. E minha mãe, minha mãe lá é costureira, costura toda hora. Você vai lá, dá uma voltinha lá. Cara, aperta essa calça, acerta isso, corta cabelo, corta cabelo. Então, eu acho que isso também é cuidado. Corta cabelo

de um, trança o cabelo de outro. E vida seguiu, minha filha. Vida de trabalhadeira mesmo.”

Como descrito por Sophia e complementado por Mercedes, o trabalho do cuidado gratuito pode estar presente também na educação dos filhos, nas compras de roupas e calçados, na costura, corte de cabelo e tranças. Logo, a profissão “mãe” é um compilado de atividades diferentes, não sendo possível estabelecer uma dimensão. O cuidado deve ser considerado, portanto, como uma prática difundida na divisão sexual do trabalho e, para que ocorra, são necessárias várias outras tarefas de reprodução social, executadas por mulheres (MARCONDES, 2014). Karen Camargo, também trouxe outra atribuição para o cuidado, como o acompanhamento nos serviços de saúde e na compra de remédios:

“[...]De poder ajudar a minha mãe, apesar de eu não cuidar dela assim, né? De precisar de cuidar dos meus físicos, mas assim, eu digo que de certa forma eu cuido dela. Ela precisa de ir na farmácia. Precisa de eu ir no médico dela, eu também. Então assim, a gente fica satisfeito de poder ajudar. Apesar de que isso não o que a gente.”

Clara também expôs como definição para o cuidado, algumas tarefas que auxiliam no tratamento da dor, como massagens e administração de remédios: “É, quando alguém tá com alguma dor, eu pego um remédio, alguma coisa assim, faço massagem pra dor, mas, é, em casos muito graves não [...]”. A entrevistada Sophia, ainda sobre a descrição de sua trajetória de vida em relação ao cuidado com os membros da sua família, também citou o auxílio no tratamento de doenças, como sendo umas das especificidades do cuidado: “[...] Se alguém faz uma cirurgia, ou fica doente, a mãe que cuida, né? Então, ah, vamos lá fazer a canjinha pra ficar bom logo.” Segundo Danièle Kergoat (2009), existem diversas outras tarefas do trabalho doméstico não remunerado que são executadas pelas mulheres para que as relações de cuidado possam acontecer. Para essa autora, essas tarefas são de suporte ou cotidianas, como preparar a comida, limpar a casa e cuidar dos membros da família (KERGOAT, 2009). Para a socióloga Maíra Saruê Machado (2014), a alimentação e o transporte também são elementos presentes no trabalho de cuidar gratuito. Catarina, da família Camargo, de 49 anos, também associou o cuidado com a saúde, e alegou que, uma das funções de uma mãe, é tratar as enfermidades, fazendo uma analogia com a prevenção à saúde oferecida pelo Estado, que também no Brasil, deveria receber melhores investimentos para a criação de novas políticas públicas:

“[...] quando algum deles adocece, é, porque hoje no nosso Brasil até você ter acesso. Os primeiros sintomas, toda mulher e toda mãe é meia médica. Então, até você ter acesso a saúde pública, automaticamente, eu tento os recursos próprios. Então, muitas das vezes, nem precisa ir ao médico. Eu tenho, tem umas experiências de sintomas da vida. Eu gosto muito de, de medicação

alternativa, né? Natural. Então, eu acho produtiva por isso. Por algo, vamos supor, principalmente, quando alguém adoece eu sinto produtiva, porque eu ajudei eles a recuperar sem tem que ter que acessar o serviço público da saúde.”

O conceito político para o cuidado tem relação com direitos e responsabilidades, e deve ser vivenciado por todas as pessoas, independentemente, de gênero, idade, extrato social ou etnia (BIROLI, 2018). Desta maneira, o cuidado, como uma ética e práxis, não pode desresponsabilizar Estado, e nem a esfera pública (MARCONDES, 2014). Na atualidade, não é isso que ocorre, em relação a gênero/sexo, as mulheres são as que mais realizam as tarefas de cuidado, seja nas intuições de cuidado, profissionais contratadas, na família ou na vizinhança, mesmo com a presença de homens na mesma casa (MARCONDES, 2014). Apesar da literatura não apresentar uma definição clara entre o cuidado e atividades domésticas (DEBERT; PULLEZ, 2019), a separação entre esses elementos se fez necessária por se considerar que, algumas participantes, nunca prestaram algum tipo de assistência aos membros de suas famílias, como crianças, enfermos, pessoas com deficiência e idosos. Segundo Simone de Beauvoir (2008), na atribuição de papéis dentro de uma casa, como especificado pela própria autora, há uma “ideologia maternalista”, ou seja, as mulheres, pelo simples fato de terem nascido mulheres, seriam mais biologicamente propensas a cuidar de crianças. A maternidade, para a autora, seria uma idealização relacionada à passividade e também embasada em um discurso naturalista. É possível ver esse discurso imbricado no relato das participantes Olívia e Sophia:

“Parecia que, tipo assim, já sabia como cuidar, já era mesmo que, como se, a gente já nascesse sabendo, um instinto, assim, mas acho que foi normal, foi tranquilo isso, ação. Foi boa, sabe? Aprender mais ainda, mas parece aquela sensação que eu já sabia de como cuidar.” (Olívia Salomão, de 19 anos)

“Ah, eu nem sei mensurar produtividade nisso, né? Parece tanto um ato de, de carinho, né? De doação, que eu acho que é, não tem nem como mensurar. Isso daí é produtivo cem por cento, né? Não tem, não tem nem como a gente saber o valor, né? Real, mensurável.” (Sophia Coutinho, de 44 anos)

A dificuldade de Sophia, em mensurar a produtividade no cuidado, pode ser devido aos elementos da divisão sexual do trabalho intrínseco no cotidiano dos indivíduos. O trabalho doméstico não remunerado ter sido transformado em um ato de amor, negando-lhe um salário, foi uma estratégia eficiente do capitalismo (FEDERICI, 2019). Assim, o discurso, que naturaliza cuidado como algo inato das mulheres, pode ser melhor internalizado quando se relaciona com o afeto. Como exemplo, a entrevistada Catarina Camargo, de 49 anos, ao definir o conceito de trabalho, mencionou o trabalho doméstico não remunerado como trabalho em que a remuneração do mesmo seria traduzida como afeto:

“Trabalho é um meio de vida que todo mundo tem. Não tem como correr. E tem trabalho que a gente ganha, e tem trabalho que a gente não ganha, mas de qualquer forma, a gente trabalhando fora a gente recebe. A gente trabalhando em casa a gente não ganha em dinheiro, mas em compensação é, assim, é o carinho, o respeito pela família da gente, né? Eu acho que o trabalho é isso. É você se dá para você receber.”

Como já mencionado acima, as tarefas domésticas são inseridas desde a infância na vida da maioria das participantes, o mesmo aconteceu com o cuidado, mostrando não ser tão natural assim. A entrevistada Sophia Coutinho, de 44 anos, foi inserida desde nova no cuidado, com seus primos, e depois seu irmão mais novo:

“Em casa a gente já aprendia isso, né? É, tive o irmão, quando eu já era mais velha, tinha quase quinze anos, mas antes mesmo do meu irmão nascer, né? A gente, minha mãe tem muitos irmãos, então, um monte de primo que eu acabava ajudando a cuidar, né? Então, isso já tava meio que acostumada aí a. Nunca precisei cuidar de um enfermo mesmo, né? Isso, nunca tive essa necessidade, mas é mais esse cuidado de um pro outro, né? Fazer uma comida e dar um banho numa criança. Então, isso desde criança já, já tava acostumada já.”

“Com doze anos eu comecei a cuidar de uma prima, né? Que é a minha tia, começou a trabalhar e eu voltava da escola e ficava cuidando da minha prima. Acho que ela tinha um aninho, quando eu comecei a cuidar dela, né? Então, trocava fralda, ficava junto, brincava e era até remunerada por isso, né? Minha tia acabava dando um dinheirinho depois. (Risos)”

Mercedes Salomão, de idade próxima a Sophia, de 55 anos, foi inserida na adolescência no cuidado gratuito, e com a maternidade, desde então nunca mais parou. No trecho a seguir, ela descreve um pouco mais do que seria cuidado para ela:

“Ahh, foi bastante tempo. É, deixa eu ver, porque o meu pai, eu cortava cabelo do meu pai, é o cuidado. Eu fazia mingau para o meu pai, era cuidados. Então, eu acredito que foi, nos meus dezoito anos, mais ou menos. Eu comecei a cuidar. Depois fui, casei, a vida pediu os filhos, aí, então, é cuidar do constante. Não parou não, tá? Continua. (Risos)”

Essa solidariedade, ou melhor dizendo, o cuidado pode também ser remunerado dentro da família como forma de trabalho informal (FAUR, 2012). O cuidado é apresentado por muitas participantes como algo presente por toda a vida delas. Para uma mulher, realmente, o cuidado perpassa toda a sua trajetória de vida, diferentemente dos homens. Como explicitado no relato de Lucilene, mãe de Sophia, que começou a cuidar dos irmãos com 10 anos de idade: “Ixi. Como cuidei de muitos! Assim, tem irmão que quando nasceu eu tinha dez anos. E, hoje eles, ah, tem uns até que fala que eu sou a segunda mãe, que eu cuidava assim.” A mesma participante também ressaltou sobre o cuidado ser um papel da irmã mais velha, e da extensão deste trabalho por toda a sua vida. Joana, e assim como Lucilene, também cuidou de seus irmãos desde seus 8 anos de idade. Veja os relatos a seguir:

“Olha, eu já comecei desde criança, porque sou a mais velha de todos irmãos. Então, a vida inteira eu tive que ajudar minha mãe no trabalho. Se não, não dava conta. Depois de me casei, continuei cuidando de casa, dos meus filhos. Foi assim, a vida toda.” (Lucilene Coutinho, 70 anos)

“Eu ajudava a cuidar dos meus irmãos, né, mais novo que eu. Dar banho, e ensinar também o dever de casa, né? Mas tinha minhas irmãs também, que era mais velha que eu um pouquinho que ajudava, né? Então, não foi muita coisa não. Família é muito grande. É muita gente pra fazer isso.” (Joana Camargo, 70 anos)

A neta de Joana, Beatriz, de 17 anos, Clara Coutinho, de 16 anos, Mariana Nascimento e Suzana Salomão, de idades semelhantes, 29 e 31 anos, também participaram do cuidado para com seus irmãos mais novos. Beatriz nunca contribuiu em relação à saúde de seu irmão, mas o ajuda a estudar: “Então, em relação a cuidar da saúde não, porque ninguém precisou ainda, mas em relação à educação, eu ajudo meu irmão a estudar.” Clara, praticamente com a mesma idade de Beatriz, cuida do seu irmão para que seu pai e sua madrasta possam sair de casa e também cuidar de outras crianças da família. A participante Suzana Salomão cuidou de seus irmãos mais novos desde os sete anos, levando-os para o colégio e preparando comida. Assim como Mariana Nascimento, diferentemente, de sua tia Helena, sua mãe Jaqueline e sua irmã Bruna, foi inserida desde a adolescência no trabalho de cuidar, no qual se dedicou à irmã Bruna, também participante da pesquisa:

“Bruna! É, minha mãe saia cedo pra trabalhar, a empregada ficava de manhã e quando eu voltava da escola, eu cuidava dela na parte da tarde. Então, desde do básico: fralda, banho, machucado. Sempre cuidei dela como se fosse minha, né? A minha irmã.”

“Exatamente treze anos. E eu acho que eu fiquei bem mais responsável por conta disso. Bem mais cuidadosa. Tinha medo na hora do banho de dela engasgar com a água. Tinha bem os cuidados, assim, bem maternais, né?”

A solidariedade entre gerações é um recurso utilizado por muitas mulheres que o utilizam para lidar com os problemas produzidos pela divisão sexual do trabalho (DEDECCA et al, 2009; AGUIRRE, 2012). Contudo, um questionamento que fica é o de que se essa solidariedade seria também uma obrigatoriedade do cuidado, principalmente com crianças (ÁVILA; FERREIRA, 2014). A inserção no trabalho do cuidado é, então, a construção de uma rede de apoio para as mulheres que não terceirizam o serviço com o trabalho de outro profissional. As mulheres das classes sociais mais baixas encontram em seus filhos mais velhos a solução para “conciliar” a jornada entre o trabalho doméstico não remunerado e o produtivo (AGUIRRE, 2012; DEDECCA et al, 2009; BIROLI, 2018). Como apontado por Flávia Birolí (2018), nas famílias de classe mais pobres, é comum que as irmãs das crianças cuidem delas,

fazendo parte de uma rede de apoio ao cuidado. Essa rede pode ser melhor vista nas falas de Joana e Maura, de idades semelhantes:

“Ah não, sabe por que que não tem o que te dizer nada? Porque, eles, eles, cada um eles olhava. A família é grande, se entendeu? Então, se precisasse um olhava o outro. Não tinha esse negócio de ficar saindo, tá cuidando e tudo não, porque se precisasse, claro que eu ia ajudar a olhar em alguma coisa [...]” (Joana Camargo, 70 anos)

“Não, mas isso aí tinha muita gente pra cuidar. Eu ajudava a cuidar dos meus irmãos, né? Mais novo que eu. Dar banho, e ensinar também o dever de casa, né? Mas tinha minhas irmãs também que era mais velha que eu um pouquinho que ajudava, né? Então, não foi muita coisa não. Família é muito grande. É muita gente pra fazer isso.” (Maura Salomão, de 85 anos)

O “familismo”, como apontado por Aguirre (2012), em uma visão mais macrosocial (Estado, família e mercado), a família seria a principal instituição da qual provém o cuidado e, por uma ótica microssocial (relações dentro da unidade familiar), seria uma rede de ajuda mútua, feita por mulheres responsabilizadas pelo cuidado, dentre elas, mães, filhas, avós, tias, irmãs, amigas e vizinhas. Esse tema será mais bem aprofundado no tópico: *A sobrecarga dos dois trabalhos: todas somos iguais?*

É importante lembrar que o cuidado é algo que será demandado por todos durante a vida, fazendo parte do cotidiano das pessoas. O que diferencia as vivências em relação a esse trabalho são suas formas e intensidades, dado que as pessoas são vulneráveis de maneira desigual durante a vida, devido às condições físicas, enfermidades e fatores sociais (HUGHES et al 2019). Dessa maneira, a vivência de ser mãe terá diferenças de raça, classe social e idade (ARANTES, 2019; BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000). Nesta pesquisa, algumas participantes não são mães, como Sara e Mariana, de 32 e 29 anos, e Bruna, Clara, Beatriz e Olívia, de 15, 16, 17, 19 anos respectivamente. Além disso, houve diferenças nas experiências das participantes em relação à maternidade, sendo que, algumas delas contrataram uma profissional para isso, já outras, precisaram de uma rede de apoio familiar. Porém, apesar de muitas participantes terem tido contato com o cuidado de crianças desde novas, algumas delas nunca tiveram que cuidar de alguém, como no caso de Olívia, Bruna e Sara, e outras, somente tiveram contato quando se tornaram mãe, como é o caso de Karen Camargo, de 31 anos, e Maura Salomão, de 85 anos. Isso evidencia que, mesmo quando a mulher não é inserida no trabalho do cuidado na infância ou adolescência, em algum momento da vida, ela pode vir a ser inserida, seja quando se torna mãe, ou quando seus pais envelhecem e demandam mais cuidados. Um exemplo disso, é a maternidade de Karen, autodeclarante branca, que diferente das outras participantes, tem um filho com TEA, em uma sociedade que ainda precisa avançar em relação

à inclusão social, e isso implica em mais dificuldades no cuidado com ele, como descrito por ela nos fragmentos a seguir:

“Eu que faço tudo para eles. Ainda mais o meu filho, que igual eu te falei, que ele é autista. Ele não é uma pessoa que vai com todo mundo. Então assim, eu não posso trabalhar. Eu podia muito bem pagar alguém para ficar com eles, mas eu não, não trabalho fora por esse motivo, porque ele não fica com ninguém. É só comigo, com minha mãe e com meu esposo. Então assim, é complicado, sabe? Essa parte é eu que cuido deles mesmo, principalmente do maior, porque a menor ainda sabe mais que o maior. Ela ainda é mais independente. Come sozinha. Agora meu menino não, eu tenho que fazer tudo pra ele. [...] Minha vontade é depois que meu filho nascesse, eu pudesse arrumar um serviço e poder colocar ele, por exemplo, numa creche, numa pessoa pra olhar eles, pra eu poder trabalhar e ganhar o meu dinheiro, mas depois que eu descobri que ele é autista não consegui fazer nada disso. E agora com a outra menina, que eu tenho uma menorzinha de 2 anos, e aí que eu não consigo mesmo.”

Em uma sociedade que, supostamente, prioriza o cuidado como um direito, e não um dever, Karen poderia usufruir mais dos serviços públicos que a auxiliassem nos cuidados de seus filhos. Além disso, não a forçaria escolher entre um trabalho remunerado e o doméstico não remunerado, entretanto, não é a realidade que ela vivencia. O Estado diminui sua responsabilidade em relação à reprodução social, ao reduzir e/ou não ofertar investimentos em creches de tempo integral, lavanderias coletivas e gratuitas, restaurantes públicos, e principalmente por proporcionar salários baixos aos trabalhadores, posto que a maioria destas necessidades são supridas pelo trabalho feminino não remunerado (DANTES; CISNE, 2017; FEDERICI, 2019). Dentro dessa temática, a ideia dicotômica de dependência/independência deve ser superada, pois se coloca em xeque quem seria o mais ou menos responsável por cuidar, criando uma hierarquia biológica ou moral que precisa ser superada (BIROLI, 2015). Como ressaltado por Flávia Biroli (2018, p.75), “dependência incontornável e dependência socialmente produzida estão, em muitos aspectos, entrelaçadas nas sociedades em que é reduzida a responsabilidade coletiva pelo cuidado”. Ademais, quanto mais crianças para cuidar, evidentemente, maiores serão os obstáculos de quem é responsabilizado por esse (PICANÇO; ARAÚJO, 2019; MADALOZZO et al, 2008).

Na pesquisa feita por Machado (2014), citada anteriormente, das participantes entrevistadas, dentre as que recebem “ajuda” para realizar o cuidado de seus filhos, apenas 36% contam com os homens, 11% com algum profissional pago, e 5% recebem de uma instituição, uma vez que a maioria da contribuição vem de outras mulheres da família de forma gratuita. Embora exista uma necessidade de que os homens possam vir a contribuir mais no cuidado de seus filhos, a porcentagem que mais se afasta do ideal, para a solução de tais desigualdades de

gênero, seria o fato de apenas 5% das mulheres contarem com o apoio de instituições (ÁVILA; FERREIRA, 2014). Essa pesquisa não indica a porcentagem entre intuições públicas e privadas, e que tipos de intuições são, podendo ser ainda menor o número de mulheres que contam com instituições públicas. Ou seja, há uma ausência do Estado no Brasil no suporte para o trabalho doméstico não remunerado e na conciliação entre ele e o trabalho assalariado (AGUIRRE, 2007). Assim, nas desigualdades de classes, apenas algumas mulheres conseguem externalizar as atividades de cuidado, seja ao contratar serviços de *care* ou uma educação infantil privada, já outras, além de não conseguirem remunerar tais serviços ainda vivenciam a precariedade do trabalho na falta dos direitos trabalhistas, como licença maternidade e proteção social (ITABORAÍ, 2016). A participante Suzana Salomão, auto declarante preta, de 31 anos, tem dois filhos pequenos, um de 2 anos e o outro com 4 anos, e é a única responsável pelo cuidado deles, sem a ajuda do pai, o que favorece para que não consiga se inserir no mercado de trabalho:

“Ah, os planos para futuro, eu quero voltar a trabalhar, porque eu não tô trabalhando no momento, devido meus filhos, né? Tá muito pequeno ainda e eu sou solteira. Então, eu não tô trabalhando, assim, fora de casa, né? Eu trabalho dentro de casa. E eu quero voltar a trabalhar, voltar a ter uma rotina, né? Fora de, de casa, que eu acho que, às vezes, fica muito a mesma rotina, aquele, né? O dia a dia, ele fica cansativo. Eu quero buscar logo lá fora, produzir lá fora, voltar a produzir lá fora, né? E eu me imagino. Imagino isso. Correndo atrás como sempre.”

O fato das mulheres terem filhos pequenos, como no caso de Karen Camargo e Suzana Salomão, contribui para que elas tenham que dedicar mais tempo ao trabalho doméstico não remunerado do que mães com filhos maiores. Na pesquisa de Bruschini (2006), a socióloga constatou que as mulheres que possuem filho menores de dois anos dedicam 35 horas semanais às atividades reprodutivas e 32 horas de dedicação quando os filhos têm entre dois a quatro anos de idade, sendo a média geral 27 horas para as mulheres que tem filhos acima dessas idades. Ademais, o número de famílias pobres vem aumentando nos países do hemisfério Norte e Sul, e o um aspecto relevante sobre essas famílias é de que a maioria delas é constituída por mães “solos” (HIRATA, 2009). Mesmo com todas as dificuldades que a maternidade pode acarretar Suzana Salomão, de 31 anos, considera ser uma oportunidade que nem todas as mulheres têm:

“Feliz que eu posso fazer, que eu peço a oportunidade que muita gente não tem, não é? Porque, na verdade, é uma coisa que a gente reclama e tudo do dia a dia, é cansativo, mas, na verdade, eu também, é um senti de gratidão, que muitos gostariam de ter e poder ser e muitos não podem, né? Ter seus limites. Então, assim, apesar de ser cansativo, né? E a mesma coisa, mesmice, do mesmo dia, do dia a dia, né? Eu sinto grata, me sinto grata.”

Como apontado por Beauvoir (2008), há uma “religião da maternidade”, com o objetivo de controlar e dominar, e também para diferenciar quais delas podem ter esse “privilegio” ou não. Na cultura brasileira, a identidade da mulher, uma construção social como qualquer outra, é associada à esfera doméstica, e essa naturalização, já debatida aqui, traz a ideia de uma maternidade inata, como mais um dos papéis impostos às mulheres (CHIES, 2010; BRUSCHINI, 2007). Todavia, nas últimas décadas, o aumento da escolaridade entre as mulheres e a mudança nas identidades delas, proporcionou uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho assalariado e, conseqüentemente, diversificou o perfil das trabalhadoras brasileiras, sendo essas agora mais velhas e mães (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002; BRUSCHINI, 2007).

O tempo é um fator relevante quando se trata da “profissão” mãe. Durante a entrevista, Suzana estava cuidando de seus dois filhos pequenos, e Karen disponibilizou seu momento de descanso desse trabalho para realizar a entrevista, mas foi interrompida uma vez para retomar essa tarefa. No próximo trecho, para melhor exemplificar o fator tempo, Karen revela que, talvez, a maternidade não seja tão romântica assim, ao descrever o sentimento de quando começou a cuidar de seus filhos, acerca da solidão, vivenciada por ela e, de como o tempo para si mesma mudou em comparação a vida antes de ter filhos:

“Então é diferente, né? Porque a gente não tem assim, como se diz, um compromisso, né? A gente, quando a gente é sozinho, a gente o quer. Se a gente quiser tomar banho a gente toma, se a gente quer arrumar a casa a gente arruma. A gente tá nem aí com nada. Aí agora nasce um filho, a vida muda completamente. Você não tem hora para você dormir, você não tem hora pra você comer. Se você quiser trabalhar, você não consegue. Se você quiser arrumar uma comida, você não consegue. É tudo tem que ser na hora deles. Então assim, é muito difícil é. Minha vida mudou de perna a cabeça. [...] Foi assim, bem assim, diferente. Foi é. Como que fala é. Tudo mudou, sabe? Eu me senti assim uma pessoa, sei lá, tem hora que dá vontade pegar e sair correndo, porque a gente tem que ter muito compromisso, quando a gente cuida de outra pessoa, sabe? Hoje eu to até acostumando. Hoje eu sei que eles precisam de mim, não tem como eu viajar, não tem como eu mudar, não tem como eu fazer nada. Eles precisam de mim pra tudo, mas é um sentimento assim de pressão, sabe? Quando você não tem ninguém por você. Você mesmo tem que fazer tudo. Então assim, é esse sentimento. O sentimento assim de pressão. É um sentimento de compromisso que a gente que tem que fazer. No caso assim no cuidar eu cuido dos meus filhos. Eu não cuido de outras pessoas. Mas esse é o sentimento, quando eu comecei a cuidar de alguém foi quando meu filho nasceu, aí é esse sentimento. Sentimento de solidão, porque é só você. Apesar de ter minha mãe, ter meu esposo, é aquele sentimento que ninguém faz por você, só você por você mesmo, entendeu?”

A maternidade, portanto, de forma não romantizada, é uma experiência muito particular para cada mulher, mas em todos os casos, o dinheiro e o tempo são fatores que serão muito

demandados para este papel, não sendo assim uma responsabilidade tão fácil. Para Biroli (2019), a maternidade torna-se um fator de vulnerabilidade para as mulheres, pois as sobrecarrega, e ao mesmo tempo as restringe à esfera privada, dificultando o exercício do trabalho remunerado, o qual desobriga os homens do cuidado com as crianças. Desta forma, ser mãe implica em diminuir a autonomia individual e coletiva das mulheres (BIROLI, 2018; ÁVILA; FERREIRA, 2014; FEDERICI, 2019). As articulações entre a maternidade e o trabalho remunerado são divergentes em comparação à paternidade, exatamente, porque se espera que os homens realizem menos, no que se trata da rotina do cuidado com os filhos (HIRATA; KERGOAT, 2007).

No Brasil, as mulheres idosas são as principais responsáveis pelo cuidado dos netos, além de ainda realizarem as tarefas domésticas (CAMARANO, 2003; HIRATA; GUIMARÃES, 2012; LINS; ANDRADE, 2018). As quatro participantes da pesquisa, Lucilene, Joana, Helena e Maura, com idade acima de 65 anos, alegaram que já tiveram que cuidar dos netos no decorrer de suas vidas. Joana Camargo, autodeclarante parda, de 70 anos, contou que cuidou de três netos:

“[...] o Lucas, o irmão dele. Eu cuidei dele muito tempo. Eu ajudei a mãe dele, né? A cuidar. E a outra, a minha caçula, ela mora em Cataguases. Quando ela foi ganhar neném, eu fui pra lá, cuidei da menina. Aí ela é professora, ela trabalhava na cidade mais longe, né? Eu trazia a menina pra cá, trazia a menina pra cá dia de domingo, aí a menina ficava comigo no domingo, segunda, terça feira tarde eu levava a menina. Toda a semana! Agora não. Depois que a menina foi pra escola, na creche, né? Ela foi pra escola. Agora, o avô dela de lá que leva ela pra escola. Então, eu cuidei dela 1 ano e pouco.”

As avós exercem esse trabalho de cuidar dos netos, geralmente, para que suas filhas possam exercer o trabalho remunerado (HIRATA; GUIMARÃES, 2012). Além disso, é fundamental salientar que, para se ser avó, não necessariamente, a mulher terá a idade acima de 65 anos, sendo possível que comece a exercer esse cuidado antes de se tornarem idosas. Foi o caso de Helena, de 70 anos, da família Nascimento, que também cuidou de sua neta, hoje com 26 anos, mas diferente de Joana, foi para que sua filha pudesse continuar os estudos: “[...] a minha primeira neta, eu cuidei durante os quatro anos de idade, porque minha filha estava estudando, então eu cuidei. Cuidei sabendo que era minha neta, mas cuidei como mãe, tá? [...]” A participante Lucilene Coutinho, de 70 anos, revelou que também realiza o trabalho de cuidar dos netos para que seus filhos pudessem ter lazer: “Ah, de vez em quando eu cuido, né? Quando eles precisam ficar comigo ou se a mãe, às vezes vai viajar, eu fico com eles, mas normal, eu gosto.” Assim, segundo o relato das próprias participantes da pesquisa, o cuidado com os netos

é solicitado quando as filhas necessitam realizar o trabalho remunerado, estudar ou terem um tempo para lazer. Como um elemento que dá continuidade à divisão sexual do trabalho, para não comprometer o tempo das mães, as avós disponibilizam de seu próprio tempo para o cuidado dos netos (DEBERT, 1994). A participante Jaqueline citou sua filha Bruna, de 16 anos, também participante da pesquisa, e as possíveis demandas de cuidados com os netos, caso a mesma tenha filhos no futuro, ao ser questionada de como se imagina acima de 65 anos. Bem como Karen, que também se imagina nesta idade cuidando de netos:

“[...] Bruna vai ter vinte e seis anos, vai estar numa idade de casamento, vai ter filho, começar a ter filhos. Eu vou ter mais netos, né? Então, eu vou poder estar ajudando os meus netos, orientando, né? Cuidando deles, passando alguns dias com eles, férias com eles, né? Se precisar. Então, eu vou ser produtivo desse lado, né? De estar fazendo alguma coisa pra mim, cuidando da minha casa e da minha família, e ainda podendo olhar os meus netos. Diversificando muitas coisas, porque a minha vida, eu sempre diversificou muito.” (Jaqueline Nascimento, 56 anos).

“[...] Se eu chegar no 65 anos, eu acho que eu vou estar uma pessoa que, sei lá, que fica tomando conta da vida dos outros deitada. Risos. Te falar verdade pro cê, só cuidando de neto, e olhando neto pra filho trabalhar. Se eu tiver com 65 anos, eu me imagino assim, a casa cheia de criança, a gente olhando criança [...]” (Karen Camargo, de 31 anos).

Na sessão sobre identidade e envelhecimento, foi possível perceber que, para muitas participantes, a identidade social das mulheres acima de 65 anos é associada ao cuidado com a família, o que inclui o cuidado com os netos. Apesar de nenhuma participante ter mencionado troca de favores com suas mães, ou o contrário, no estudo realizado por Ávila e Ferreira (2014), as mulheres participantes da pesquisa relataram haver uma troca entre mães e filhas, em que as avós cuidam das crianças, em contrapartida, sua filha realiza as atividades domésticas mais pesadas que elas não conseguem realizar por questão de idade e saúde.

No trabalho doméstico não remunerado, dentre as várias atividades realizadas pelas mulheres, o cuidado com os idosos enfermos é uma dessas atividades (CARRASCO, 2003; PICANÇO; ARAÚJO, 2019). No caso deste cuidado, não seria diferente, as mulheres são as que mais realizam esse trabalho, seja gratuito ou remunerado (AGUIRRE, 2007; BRUSCHINI; RICOLDI, 2012; PICANÇO; ARAÚJO, 2019). No Brasil, em consequência também da falta de políticas públicas sobre o cuidado dos idosos, esse trabalho tem recaído sobre as famílias (DEBERT; OLIVEIRA, 2015). Desta forma, é possível que as mulheres cuidem de duas gerações em sua família, seus filhos e seus pais (FEDERICI, 2019; JESUS; WAJNMAN, 2016). A participante Joana Camargo, de 70 anos, é um exemplo disso, após ter cuidado de seus irmãos

em sua infância, de seus filhos, netos e também de seus pais. No trecho a seguir, ela descreve a rotina em relação aos cuidados com seus pais, em que foi umas das mais responsáveis:

“Eu ajudei, eu cuidei, eu dava banho no meu pai, na minha mãe, que já não tava aguentando nada mais. Pegar meu pai no colo, não sei aonde eu arrumava força. E dava banho nele, levava ele no banheiro, no colo, trazia e cuidava dele direitinho. Graças a Deus. Aí depois meu pai morreu, aí ficou minha mãe. Ela ficava na casa da minha irmã. E vinha na minha casa pra dar banho nela, mas ninguém quis dar banho neles! Ficavam com vergonha. Eu falei: ah fazer o que? Eu tenho que fazer isso, né? Eu nunca imaginava de dar banho no meu pai. Meu pai passava mal e ele não morava comigo não. Eles vinham aqui na minha casa pra me chamar para levar ele no médico. Aí eu levava no médico, comprava remédio. A minha mãe também a mesma coisa, sabe? Só eu, ninguém queria ir. [...] Aí, eu preocupava muito com eles. Aí tudo que eu podia fazer pra eles eu fazia. Nós era muito irmão, mas em uma hora assim, o pessoal encosta, deixa só pra uma pessoa, mas eu fiz tudo pra eles com muito prazer.”

O trabalho de cuidar exige um tipo de controle emocional e cognitivo relevante para a qualidade de vida do cuidador e de quem é cuidado, não só dos familiares, mas também profissionais do *care* (DEBERT; PULHEZ, 2019). Além do mais, o cuidado dos idosos tem um viés de classe e raça, visto que a contratação de alguém para auxiliar nesse serviço, isto é, profissionais do cuidado, possa não ser possível para todas as famílias (PICANÇO; ARAÚJO, 2019). A noção de *care* estende-se aos cuidadores de idosos e também às empregadas domésticas e diaristas (DEBERT; OLIVEIRA, 2015). Uma opção para os indivíduos que não podem pagar por um profissional seria os asilos, todavia, para Federici (2019), são considerados mais como prisões do que abrigos. Nesse raciocínio, as políticas de renda básica universal diminuiriam a vulnerabilidade econômica das crianças, idosos e de seus cuidadores (BIROLI, 2019). Lucilene, assim como Joana, também cuidou de seus irmãos, filhos, netos, e também de seus pais, principalmente de seu pai, com quem realizou esse trabalho por mais de seis anos:

“[...] Meu pai já faleceu, minha mãe também, mas quando precisou, a gente ajudou sim. Meu pai ficou enfermo alguns quase um seis, sete meses. A gente ajudou a cuidar. Depois a minha mãe ficou sozinha, né? Aí no fim, quando ela morreu, ela não ficou doente, ela morreu assim de repente. Então, não precisou, assim, de cuidados, de ficar sempre junto, não. Foi normal. Não precisei ficar cuidando direto.”

É comum que as mulheres levem meses e até mesmo anos realizando essa tarefa, podendo gerar desgastes físicos e psicológicos graves, pois, muitas vezes, além de terem que realizar outras atividades domésticas, o trabalho assalariado, e pela responsabilidade de oferecer cuidado, elas também precisam aprender novos procedimentos, nos quais não estavam preparadas à priori (DEBERT; PULHEZ, 2019). A participante Jaqueline, de 56 anos, cuida de sua mãe, de 95 anos, juntamente com sua irmã, Helena, de 70 anos, há seis anos. Contudo,

apesar de ter oito irmãos e por morar na mesma cidade que sua mãe, Jaqueline é, atualmente, a principal responsável pelo cuidado dela:

“[...] tenho oito irmãos. Os meus irmãos me ajudem em tudo que eu preciso. Eu tenho uma irmã mais, que fica mais tempo aqui, passa mais dias aqui na casa da minha mãe. E ela me orienta muito, ela me ajuda a dividir essa situação, ver o que que é melhor pra de roupa pra minha mãe, ver o que que é melhor de cuidados pra minha mãe, comida, né? A questão da casa deve fazer, que não deve. Divide muito comigo, ela me ajuda muito. Principalmente, a questão financeira, às vezes, quando há um gasto extra, então, ela sempre me ajuda financeiramente, né, porque tanto que não é pra mim, pra mim, é pra mãe. E a gente vai, vai, juntas, nós vamos controlando tudo, mas, a maior parte é comigo.”

Além do mais, nas últimas décadas, houve uma diminuição no número de pessoas que poderiam exercer tais tarefas de cuidado gratuitas, já que, o tamanho das famílias foi reduzido, passando a ser mais monoparentais e, somado a isso, com o maior ingresso das mulheres no mercado assalariado, fazendo com que ficassem mais sobrecarregadas por exercerem os dois trabalhos (PICANÇO; ARAÚJO, 2019). No trecho a seguir, Jaqueline descreve melhor as atividades acerca deste cuidado:

“É, eu, que eu comecei a cuidar, assim, mas diretamente foi da minha mãe. Já tem uns cinco anos que eu fico lá com ela. Como eu moro perto, sou a única filha que mora aqui [...] Então, tudo que se relaciona a minha mãe, a casa dela e eu que cuido. Eu cuido do dinheiro, eu cuido de ficar com ela, de fazer as compras, porque não é nada. Eu que contrato empregada, que manda empregado embora, né? Eu que sei os horários da empregada, eu faço todo o arranjo da casa dela. Então, esse também tem sido uma, foi, né, durante esses cinco anos, tem sido uma nova experiência. Cuidar da minha casa, cuidar da casa da minha mãe, que é o dobro do cuidado da minha casa normal, né? E também tentar equilibrar, que eu não podia misturar o serviço que eu tenho na casa da minha mãe, a minha própria mãe, com a minha vida, a minha família aqui dentro da minha casa. E além do mais, mais o trabalho de fora.”

Helena, irmã de Jaqueline, de 70 anos, para melhor cuidar de sua mãe, passa dias na casa dela, que não mora na mesma cidade que a sua. O cuidado com a mãe de Jaqueline e Helena, se estende também à neta, Mariana, de 29 anos. No caso dela, é interessante destacar que a participante não tem filhos, e seus pais ainda não demandam cuidado, mas já desempenhou o papel de cuidar de sua irmã mais nova Bruna na sua adolescência e hoje com sua avó: “Ah, sim, da minha vó. Nossa, foi, é uma troca muito grande, eu fiquei muito feliz, feliz. Triste pela situação, mas poder ajudar minha vó de alguma forma, né, já que ela ajudou, me ajudou muito, sempre cuidou muito de mim, né?”. Assim, como no caso de muitas participantes desta pesquisa, o tempo de cuidar se assemelha ao tempo do ciclo da vida, em que na infância é necessário mais tempo para o cuidado, na fase adulta esse tempo diminui, exceto

nos casos de enfermidades, e na velhice, quando novamente, mais tempo de cuidado é demandado (CARRASCO, 2003).

Para Silvia Federici (2019), em nossa sociedade, o cuidado com os idosos é uma atividade em crise há muito tempo. Isso se deve à falta de reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado somado à desvalorização da velhice, em que o idoso é visto não mais produtivo, ou seja, não gera mais capital. Segundo a autora, essa dupla desvalorização, cultural e social, não ocorria nas sociedades pré-capitalistas, nas quais a identidade dos idosos era associada à memória e à experiência coletiva. Além disso, com um maior reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado e também uma mudança cultural no conceito de “velhice”, que supere a ideia dos idosos como “um fardo fiscal para o Estado”, contribuiria para a diminuição de gastos que famílias possuem no cuidado com os idosos (FEDERICI, 2019). Além disso, é fundamental o debate sobre os efeitos psicológicos, físicos e sociais não só de quem cuida, como na maioria dos estudos, mas de quem também é cuidado, como os idosos (DEBERT; PULHEZ, 2019). A cientista social Biroli (2018) enfatiza que, para uma maior condição de igualdade em nossa sociedade, são necessários serviços que garantam uma ouvidoria para quem é cuidado.

6.4 O QUE REPRESENTA A REMUNERAÇÃO?

No início dos anos 70, os movimentos sociais e políticos ocorridos nesta época contribuíram para que as mulheres brancas e das classes sociais mais altas começassem a ansiar por um projeto de vida profissional, e não mais familiar, mas isso não representou transformações para o trabalho feito em casa, continuando a não ser remuneradas por isso (BRUSCHINI, 2007). Desta forma, essas mulheres precisam optar entre ficarem sobrecarregadas com a presença dos dois trabalhos ou abdicarem da “autonomia financeira”, uma vez que, independente da classe e raça, o trabalho doméstico não remunerado sempre é designado as mulheres (ÁVILA; FERREIRA, 2014). Além disso, como já apontado anteriormente, essa não foi uma realidade para todas as mulheres, já que a maioria das mulheres negras e/ou pobres sempre trabalharam fora de suas casas, em postos de trabalhos informais e precários.

A opção por apenas realizar o trabalho em casa faz com que essas mulheres percam seus direitos, tais como a própria remuneração, aposentadoria, férias, dentre outros presentes na legislação trabalhista, os quais deveriam continuar tendo, pois seu trabalho também faz parte da produção do capital (FEDERICI, 2019). Algumas participantes apontaram que, realmente, a

remuneração trouxe à elas “independência” e “autonomia” financeira. Como exemplo, veja os depoimentos sobre a percepção de quando começaram a serem remuneradas pelos seus trabalhos:

“Igual eu tava falando até por essa de liberdade. É feito até falar, mas essa questão financeira e monetária influencia muito por “n” motivos. Mas nessa questão assim de me perceber, de poder, sei lá, comprar uma roupa, fazer uma viagem diferente, comprar uma comida que eu to com vontade de comer. É, isso me tornou mais assim. Humm. Eu que tô resolvendo, eu não estou dependendo mais de ninguém pra resolver esse tipo de coisa. Por mais que seja pequena. Hoje eu tô com vontade de almoçar um japonês! Vou lá e almoço um japonês, porque eu tenho essa autonomia (faz um gesto não mão que representa dinheiro), principalmente, é, se eu tiver o dinheiro naquele momento é engrandecedor pela liberdade das minhas escolhas.” (Mariana Nascimento, 29 anos).

“[...] pra mim foi tudo quando eu comecei a receber meu dinheiro e poder pagar minhas coisas. Uma sensação de liberdade mesmo, de independência. Você falar: eu estou estudando com o meu dinheiro. E poder ajudar em casa também, foi uma coisa muito boa, uma sensação muito boa de poder pegar o vale alimentação e entregar tudo pra minha mãe fazer a compra do mês. É muito gratificante!” (Sara Coutinho, 32 anos)

Como podem ser visto nos dados da pesquisa de Ávila e Ferreira (2014), o trabalho remunerado e a renda própria são necessários para melhores condições de vida, mas, em contrapartida, para as mulheres, o ingresso no mercado de trabalho não as isenta de vivenciarem situações de desigualdade, visto que acabam mais sobrecarregadas, em razão da presença dos dois trabalhos, além das diversas formas de machismo enfrentadas dentro da esfera laboral. Para Marcondes (2014), os conceitos “autonomia” e “dependência” não são palavras antagônicas, pois uma pessoa pode ser autônoma por ser ela quem faz suas próprias escolhas, porém dependente financeiramente de alguém. Segundo a autora, é necessária a dissociação destes conceitos, já que colabora para a manutenção de relações de poder, sobretudo, com mulheres e idosos (MARCONDES, 2014). Na entrevista de Jaqueline, a participante discorre acerca da importância da remuneração:

“[...] E a remuneração é o retorno que você tem do seu trabalho. Quando você tá em casa, cê tem outros dos tipos de retorno, claro, mas só que ele de casa não pode te satisfazer, porque o salário, a remuneração que a gente tem é, ele é necessária pra que você melhore naquilo que você está fazendo. Ele é um brinde pra você. Ele é um troféu! A remuneração é seu troféu mensal, seja ele pouco dinheiro ou muito dinheiro, mas é o. É a sua valorização, é a resposta do seu, do seu trabalho, é resposta daquilo que você fez bem feito, porque a partir do momento que não se faz bem feito, você não, você é mandado embora do trabalho, né? E aí, você não tem remuneração. Então, a remuneração é o resultado da satisfação de outro por aquilo que você fez.” (Jaqueline, 56 anos)

Em consonância com a fala de Jaqueline, concordamos com Federici (2019) na afirmação que o salário é algo justo, justamente porque o indivíduo trabalha e ganha por isso,

sendo uma forma de reconhecimento, um contrato social, no qual a pessoa pode negociar e reivindicar contra as regras desse trabalho e a quantidade recebida. Ao contrário, como vimos nas próprias experiências das participantes, o trabalho doméstico não remunerado nos é imposto desde criança. Como apontado por Olívia Salomão, de 19 anos, sobre a remuneração de um trabalho: “Hoje em dia, em questão da sociedade, é uma coisa muito importante, que muitos, a gente precisa priorizar, né, porque sem o dinheiro, né, a gente não tem nada.” O salário faz parte das relações sociais de poder (CARRASCO, 2003). Por trás do discurso de que a mulher ganhou autonomia, se emancipou, ganhou liberdade com o trabalho assalariado, é necessário o questionamento: o que foi conquistado e quem conquistou as mulheres ou o capital? (DANTAS; CISNE, 2017). Em completo, Federici (2019, p.42) afirma:

“[...] Ter um salário significa fazer parte de um contrato social, e não há dúvidas a respeito do seu significado: você não trabalha porque gosta, ou porque é algo que brota naturalmente dentro de você, mas porque é a única condição sob a qual você está autorizado a viver. Explorado da maneira que for, você não é esse trabalho. Hoje você é um carteiro, amanhã, um taxista. Tudo o que importa é quanto desse trabalho você tem que fazer e quanto desse dinheiro você pode receber.”

No caso das “donas de casa”, ou seja, as mulheres responsáveis, exclusivamente, pelo trabalho doméstico não remunerado não assalariado, a autonomia se dá de forma diferente, a ausência do salário é o que impede a autonomia delas, e não o fato delas estarem inseridas no mercado trabalho (ÁVILA; FERREIRA, 2014). Portanto, para as mulheres, a “conquista” de um trabalho remunerado irá depender de fatores, como a renda familiar, o nível de escolaridade, idade, ser mãe, a localização de sua casa e se tem idosos que necessitam de cuidados (BARBOSA; COSTA, 2017). Abaixo seguem dois depoimentos sobre a percepção das mulheres que não são remuneradas pelo seu trabalho:

“[...] Eu acho as mulheres que não trabalham, por mais que não trabalhem fora de casa, eu vejo que é uma rotina que elas entram em questão de, é, serviço doméstico que acaba nunca, né? Então, elas tão sempre fazendo, fazendo. E eu, eu não me enxergo nessa realidade por não ver uma entrega, né? Você tá sempre se esforçando, se esforçando e você não vê uma entrega. Você limpou a casa hoje, amanhã ela tá suja de novo. Então, pra mim, no meu trabalho, eu preciso, eu, a minha realização ver a entrega final. Então, eu não me enxergo nessa questão de serviço doméstico. Admiro muito quem consegue, até pela, pela questão de dinamismo, né? Então, eu não conseguiria. Eu saio de férias, eu fico dois dias em casa e eu já tô agoniada. Então, minha rotina é muito doída. Eu não consigo me enxergar dessa forma.” (Sara Coutinho, 32 anos)

“Olha, são pessoas, eu acho que são pessoas infelizes. Eu não vou dizer que sou uma pessoa infeliz, mas assim, são pessoas que não tem expectativa de vida igual eu, entendeu? Eu fico, porque eu sou uma pessoa assim que eu fico chateada, porque a gente trabalha dentro de casa e é a mesma coisa. A pessoa

vê a gente como se a gente não fizesse nada, né? E a gente não tem um dinheiro pra gente gastar com alguma coisa, entendeu? A gente quer comprar nem se for um remédio a gente não tem. Tem hora que a gente não tem. Então assim, eu acho que as pessoas que não trabalham, que não tem remuneração, não são pessoa felizes não. Igual eu, eu posso dizer que sou feliz em uma parte, mas, porque eu tenho meus filhos, minha família, mas se você ver um alto todo assim, eu não posso dizer que eu sou uma pessoa feliz, porque é. É o dinheiro que faz falta pra tudo hoje em dia, entendeu? Para você levar um filho no médico, pra você comprar um medicamento, para você passear, pra você ter um carro, para tudo. Então, se a gente não tiver dinheiro, não tem como a gente fazer nada, né?” (Karen Camargo, 31 anos)

As percepções são parecidas, o primeiro trecho é de Sara, que atualmente trabalha no setor de Recursos Humanos de um banco, e a segunda, Karen, em que, hoje em dia, não tem um trabalho remunerado, por ter que cuidar de seus filhos e pelo motivo das creches estarem fechadas durante a pandemia. Uma das principais causas para a falta de força das mulheres brancas no mercado de trabalho é, justamente, o fato das mulheres não serem remuneradas pelo serviço feito em casa (FEDERICI, 2019). O salário é fundamental para a organização da sociedade e também diminui as hierarquias criadas dentro da classe trabalhadora (FEDERICI, 2019). Somado a isso, neste contexto pandêmico, as mulheres foram afetadas com as escolas em ensino remoto, aumentando as tarefas domésticas e de cuidado (BARBOSA et al, 2020). Apesar disso, considera-se que a maternidade não é mais um fator que afasta as mulheres do trabalho remunerado, pois muitas permanecem ativas (COSTA, 2014; BRUSCHINI, 2007). A mulher que ingressa no mercado de trabalho está intimamente relacionada com a existência da possibilidade de poder matricular seus filhos em uma creche (BARBOSA; COSTA, 2017). A identidade de “dona de casa”, imposta às mulheres, é construída socialmente e naturalizada historicamente, sendo uma ferramenta ideológica para ocultar o trabalho gratuito (CHIES, 2010). Nos dois outros trechos a seguir, fica evidente que, assim como Karen, para Catarina e Sophia, no período que se dedicaram apenas ao trabalho doméstico não remunerado, sentiram falta do trabalho remunerado, ou seja, de reconhecimento e da remuneração:

“[...] Ano passado, eu fiquei sem trabalho, sem salário, porque eu morava em São José Arcanjo em São Paulo. Nós viemos para cá para passar o período da pandemia e acabamos em julho buscando a mudança e vindo embora pra cá. Então, eu nunca fiquei sem trabalho. E uma das coisas que me deixou, que me deu depressão foi essa de não está trabalhando. De não está produzindo. Não ter o meu dinheiro. Não ter o dinheiro para ajudar em casa. Então, foi por isso que eu entrei em depressão.”

“Fiz uma experiência de ficar usando sem trabalhar, né, três anos. Não me adaptei, né? Então, assim, hoje, eu vejo que o trabalho é importante pra mim, eu comecei a trabalhar, né, com registrada com catorze anos. Sempre, sempre trabalhei, sempre gostei muito, né? De trabalhar. Muitas vezes, a época que eu fiquei parada, muitas vezes já ainda tava me segurando financeiramente,

mas eu sentia muita falta de estar no mercado de trabalho, de estar sendo produtiva no mercado, né? Então, pra mim, é, é muito importante, tá, tá trabalhando mesmo.”

Na sociedade brasileira, as mulheres assumem papéis de subordinação dentro de suas casas, tais como mãe, filha, dona de casa, e quando se inserem no mercado de trabalho, elas estudam mais do que os homens e ganham salários inferiores aos deles para ocupar os mesmos lugares (CHIES, 2010). Assim, as ideias de “fracasso” e “sucesso”, bem como a composição familiar, podem ser interpretadas erroneamente como uma escolha, sendo que, na verdade, são consequências vindas pela falta de um debate amplo sobre a dualidade entre esfera pública e privada (BIROLI, 2018), como no caso das creches e outras políticas públicas que amenizam as demandas do trabalho doméstico não remunerado.

6.4.1 O trabalho remunerado

Algumas participantes ingressaram no mercado de trabalho remunerado na adolescência. Entre as mulheres menores de 20 anos não foi possível estabelecer um padrão, visto que a maioria era autodeclarante negras, Beatriz, Olívia e Clara. Duas delas estavam dedicando somente aos estudos, Bruna Nascimento (autodeclarante branca) e Beatriz (auto declarante parda), Olívia Salomão (auto declarante preta) estava desocupada, e Clara Coutinho (auto declarante parda), durante a pandemia começou um pequeno empreendimento vendendo quadrinhos de *letting* no aplicativo Instagram. Similarmente a elas, a entrevistada Joana Camargo, de 70 anos, começou a trabalhar na zona rural com 12 anos, e Maura Salomão, de 85 anos, também começou com 15 anos em uma fábrica de roupas. Catarina Camargo, de 49 anos, se inseriu no mercado de trabalho assalariado com a mesma idade em que sua mãe se inseriu, com 12 anos. A participante Sophia começou com 14 anos, quase na mesma idade que sua sobrinha Clara. Na família Nascimento, Mariana, de 29 anos, trabalhou de forma remunerada por poucos meses com 12 anos. E por último, Olívia, trabalhou no programa de Jovem Aprendiz na Prefeitura de sua cidade na Associação Municipal de Apoio Comunitário por um ano.

Historicamente durante a segunda Guerra Mundial, na Europa, as mulheres se inseriram nas fábricas para suprir a necessidade de mão de obra, e ao fim da guerra, estas mulheres tiveram que voltar para seus lares, assumindo seus papéis originais de esposas e mães ao realizar atividades domésticas (MÉNDEZ, 2005; KANAN, 2010). A partir dessa época, houve um crescimento das mulheres no mercado de trabalho, no continente inteiro, e muitas mulheres acreditavam que isso acabaria com as hierarquias de gênero na esfera laboral (FEDERICI, 2019). Ao contrário, as mulheres receberam apenas uma parte do valor dos salários dos homens

(FEDERICI, 2019). A participante Bruna, de 16 anos, considerou esse fato histórico em sua entrevista: “E, eu acho que é uma conquista que a gente veio ganhando através do tempo, porque antigamente a mulher não tinha o direito de trabalhar. E eu acho que é muito bom, porque mostra como nós somos. Tipo, nós mulheres. Todas esforçadas, trabalhadoras.” No Brasil, houve uma inserção massiva das mulheres no mercado de trabalho, considerada por Bruschini (1994), uma das mudanças sociais mais expressivas na história do país desde a década de 70. Com as crises econômicas enfrentadas pelo país, em 1980, se tornou ainda mais intensa a participação das mulheres no mercado de trabalho assalariado, sem expectativas de uma regressão (BRUSCHINI, 1994).

Nos anos 2000, triplicou o número de mulheres na economia ativa, e, nesse mesmo período, houve também um aumento da escolarização entre elas, favorecendo um *gap* salarial (COSTA, 2014). Ademais, nos últimos anos da década de 60, os movimentos sociais e políticos que estavam acontecendo no Brasil e no mundo, propiciaram um maior ingresso das mulheres nas universidades, motivadas, não mais pela família, e sim por um projeto profissional para suas vidas (BRUSCHINI, 2007). Atualmente, as mulheres, em sua maioria, têm mais tempo de educação formal do que os homens, sendo o gênero mais matriculado no ensino superior (BIROLI, 2018). O número de mulheres negras, de 2000 a 2010, nos cursos superiores também aumentou (GEORGES, 2019). Ainda assim, a divisão sexual do trabalho definiu importantes direcionamentos na produção e reprodução do capital, no âmbito público e privado (DANTAS; CISNE, 2017). Na esfera privada, já discutida aqui, as mulheres continuaram com sendo responsáveis pelas atividades domésticas e de cuidado e, na esfera pública, elas foram menosprezadas, subordinadas e exploradas de forma intensa, com baixa remuneração e precarização do “trabalho feminino” (DANTAS; CISNE, 2017). A entrevistada Catarina Camargo, de 49 anos, autodeclarante parda, começou a trabalhar em 1985, com 12 anos:

“Pelo tempo já de idade, desde quando comecei até hoje, em relação daquilo que fui remunerado, é, eu conquistei muito pouco. Então, eu acho assim, o que que eu acho que a mulher, hoje em dia, sempre trabalha para compor, completar a renda familiar, mas automaticamente a mulher, é, percentual é muito grande que não são valorizadas. Elas são exploradas. Então, até o dia de hoje, concluindo a idade que eu tenho. Eu tenho é 49 anos. Eu penso que eu fui explorada, mas sobrevivi, mas eu acho que fui explorada.”

Nos dados de uma pesquisa realizada por Bruschini nos anos 80, apontaram que, desde a década de 70, as mulheres estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho, subindo de 6 milhões de mulheres em 1970 para 16 milhões em 1983 (BRUSCHINI, 1987). Todavia, para a autora, isso não significou oportunidades e direitos iguais entre mulheres e homens, e nem

equidade, na esfera laboral. As mulheres, em relação aos homens, ainda continuam ocupando cargos inferiores, baixos salários e sofrendo discriminação (BRUSCHINI, 1987). Em 2005, Bruschini apresentou novos dados sobre o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, nos quais, 40% das mulheres brasileiras estavam ativas, mas, em comparação com os homens, 70% deles estavam trabalhando de forma remunerada (BRUSCHINI, 2006). Esse aumento, para a autora, pode ter relação com as taxas de fecundidade que diminuíram, e o tamanho das famílias também. Segundo Georges (2019), a partir da década de 80, houve uma redução drástica no número de filhos por mulher, mas, em compensação, o número de famílias chefiadas apenas por mulheres aumentou consideravelmente. O ingresso das mulheres no trabalho assalariado, apesar da suposta liberdade e autonomia financeira, no espaço público, ainda mantém o sexismo, no qual, em relação aos cargos executivos e profissões intelectuais superiores, às mulheres, quando comparadas aos homens, são a minoria, além de mais vulneráveis e com menor reconhecimento (HIRATA, 2009). Beatriz, de 17 anos, autodeclarante parda, opinou sobre a mesma situação descrita por sua tia, Catarina, anteriormente:

“[...] Primeiramente, eu sou contra os homens trabalharem no mesmo emprego que as mulheres e as mulheres receberem menos. Isso eu acho muito errado. E as mulheres que trabalham e não recebem, mais errado ainda, porque elas estão ali se dedicando o mesmo que outras pessoas e não recebem de acordo.”

As mulheres brasileiras ainda possuem menos acesso aos trabalhos formais (GEORGES, 2019; DANTAS; CISNE, 2017). Além do mais, a maioria das posições ocupadas por elas foram extensões do trabalho já realizado em suas casas, sendo professoras do ensino primário, enfermeiras, psicólogas, secretárias, e aquelas com escolaridade menor, vendedoras, cozinheiras, lavadeiras, copeiras, faxineiras, ajudantes de cozinha, ou seja, algumas mulheres passaram de “ajudantes” de seus maridos para uma posição terciária no mercado de trabalho (PERROT, 2006; BRUSCHINI, 1987; HIRATA, 2009). Todas essas profissões, exatamente, por serem vistas como características inatas das mulheres, não demandam esforço, servindo como justificativa para a desigualdade salarial (PERROT, 2006; ÁVILA; FERREIRA, 2014; DANTAS; CISNE, 2017).

Segundo Bruschini (1987), entre 1970 a 1985, das mulheres que tinham um emprego remunerado, 70% delas exerciam “trabalhos femininos”. A desvalorização das ciências humanas como campo de trabalho da mulher também é baseada na mesma ideia de são naturais para as mulheres, e por isso, profissões mal remuneradas em comparação com as do campo de ciências exatas (SILVA, 2008; LINO; MAYORGA, 2016; PERROT, 2006). Desta maneira, a hierarquização entre as ciências humanas/sociais e ciências da natureza/exatas é estabelecida

pelo o que é considerado, biologicamente, inerente aos gêneros (SILVA, 2008). Nesse sentido, os homens seriam mais propensos às ciências “duras”, mais próximas da verdade e que demandam, teoricamente, mais raciocínio, e as mulheres as ciências “fracas”, já que elas não precisam aprender nada (SILVA, 2008).

Tais facetas são acentuadas ao pensarmos nas mulheres negras, que são as que ocupam mais, ainda hoje, as profissões ditas “femininas” (CARNEIRO, 2011). De acordo com o Ministério do Trabalho, junto com o Ministério da Justiça, no Brasil (2007) 79,4% das mulheres negras ocupam atividades manuais, sendo que, 51% delas, exercem o trabalho doméstico, e 28,4% delas são lavadeiras, passadeiras e serventes (CARNEIRO, 2011). Algumas participantes ocupam ou já ocuparam profissões semelhantes advindas da esfera reprodutiva e, em sua maioria, eram negras e pardas. Como no caso de Joana Camargo, de 70 anos, autodeclarante parda, que trabalhou durante anos em um salão de costura, e atualmente, sua filha, Catarina, de 49 anos, auto declarante parda, que trabalha em uma fábrica de roupas. Bem como, Mercedes Salomão, de 55 anos, autodeclarante negra, que também trabalha atualmente com costura, e sua mãe, Maura, de 85 anos, também autodeclarante negra, trabalhou com sua mãe durante a adolescência com costura e, durante muitos anos, teve um salão de beleza. Sua neta, Suzana, de 31 anos, autodeclarante negra, trabalhou como cuidadora de idosos. Além disso, Jaqueline Nascimento, de 56 anos, autodeclarante branca, trabalha como secretária de escolas públicas e, por fim, Karen, de 31 anos, também autodeclarante branca, quando trabalhava de forma remunerada, era vendedora. A entrevistada Catarina, trouxe uma perspectiva diferente, de como o contrário também ocorre, tais como as dificuldades que os homens têm quando exercem profissões “femininas” por preconceito: “Nesta facção tem quatro homens que são abaixo de 30 anos, dois trabalham no corte e dois trabalham na máquina de costura, que ainda tem esse preconceito de homem costurar [...]”. Sobre os trabalhos ditos “masculinos” e “femininos”, a participante Sophia Coutinho, de 44 anos, apesar de trabalhar em uma profissão, majoritariamente, masculina, nunca sofreu preconceito:

“[...] É, sempre fui muito bem recebida nas empresas, né? Nunca tive, assim, dificuldades, né, por ser mulher. Embora minha área é muito machista, né, mas eu consegui ter um bom desempenho e mostrar, né, ganhar espaço dentro da minha profissão.”

Como já mencionado, nas últimas décadas, houve um aumento de mulheres exercendo trabalho remunerado, e isso proporcionou mais possibilidades de ocupações para as mulheres no mercado de trabalho (BRUSCHINI, 2007). Dessa forma, atualmente, as mulheres exercem cada vez mais as profissões ditas “masculinas” (MINELLA et al, 2013). Todavia, Sophia

representa uma exceção, pois as mulheres quando ocupam profissões consideradas mais “masculinas”, como no caso dela, na área de tecnologia da informação, geralmente, apresentam dificuldades para serem reconhecidas nesses espaços e, muitas vezes, precisam criar estratégias, adquirindo comportamentos ditos masculinos para obterem respeito (IRIGARAY; VERGARA, 2009).

6.4.2 A “boa” aparência como condição da conquista e manutenção do trabalho remunerado

Somado a falta de reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado como um trabalho, de toda a sobrecarga gerada pelos dois trabalhos, das privações de direitos em relação ao “primeiro” trabalho, e o assédio, as ocupações e salários inferiores aos homens sofridos no segundo, ainda assim, as mulheres, sofrem cobranças sociais e se preocupam com sua aparência. Seja casada ou solteira, independentemente da idade, as mulheres gastam horas se comprando roupas, sapatos, cabelo, acessórios, maquiagem, unhas, pele, sobrancelhas e depilação. Como pontuado por Sara, ao falar do ingresso da mulher no mercado de trabalho: “[...] Aí, você ainda tem a questão de que você tem que sempre se cuidar, você tem que ir ao cabeleireiro, você tem que manicure. Então, são muitas coisas. E nesse mundo tá ficando cada vez mais louca, a gente tá ficando cada vez mais sobrecarregada [...]”. A aparência para a mulher é uma condição para conseguir um emprego, seja no casamento ou no mercado assalariado (FEDERICI, 2019; PERROT, 2006; MACHADO, 2014). Vale ressaltar que, por trás da ideia de “boa aparência” estão imbricadas relações de poder de gênero e raça (CARNEIRO, 2019 A). Isto é, as “mulheres negras são preteridas (no acesso, em promoções e na ocupação de bons cargos) em função do eufemismo da “boa aparência”, cujo significado prático é: preferem-se as brancas, melhor ainda se forem louras” (CARNEIRO, 2011, p.134). Sofrem de maneira semelhante também as mulheres gordas (ESTEVÃO-REZENDE et al, 2018). Catarina, igualmente a Sara, também trouxe em sua entrevista a questão da beleza relacionada ao trabalho.

“[...] Chegou em 2020, eu que sempre fui uma pessoa que eu trabalhava. Eu ia com o cabelo escovado para o serviço. Unhas nunca com o esmalte estragado, sempre, sempre muito bem arrumada, sempre de unhas prontas, cabelo escovado, hidratação Sempre. A minha vaidade 2020 ela acabou, ela encerrou. Não sentia mais necessidade[...].” (Catarina Camargo, auto declarante parda, de 49 anos)

Segundo os dados das pesquisas de Perrot (2006), a autora ressalta que, na história das mulheres, sobretudo, na Europa, a aparência era uma forma de expressão. No século XX, as

mulheres européias eram silenciadas em público, podendo apenas falar com a permissão do marido ou pai, assim, a imagem para elas era tida como uma prioridade e, em cada época, a sociedade valorizava uma parte do corpo diferente, além dos cosméticos e roupas (PERROT, 2006). Ainda hoje, no Brasil, uma boa parte das mulheres (45%) se preocupa com cuidados relacionados à beleza e vão ao salão de beleza nos finais de semana, e dentre esses cuidados estão, principalmente, o cuidado com as unhas e com os cabelos (MACHADO, 2014). Para as mulheres brasileiras, essa dedicação com a aparência se divide entre, um olhar para si, como suposto reforço à "autoestima" e a obrigação de sempre estarem “bonitas” e “bem cuidadas” (MACHADO, 2014).

Logo, a situação se agrava ao pensarmos na discriminação por idade em relação à estética, em que as mulheres sofrem bem mais que os homens. Enquanto as características dos homens mais velhos, como cabelos brancos ou grisalhos são considerados “atraentes” e “charmosos”, as mulheres quando deixam seus cabelos dessa forma são vistas como “decadentes” (SALGADO, 2002). Portanto, as mulheres são socializadas para temer os sinais da velhice, o que acaba ocasionando o aumento de casos de gerascofobia entre as mulheres (SALGADO, 2002), um transtorno de ansiedade caracterizado pela fobia específica em relação ao processo de envelhecer (DELBONI et al, 2013). Enfim, todos esses fatores citados acima estão em concordância com a afirmação de Perrot (2006), de que o corpo está no centro de toda relação de poder. “Mas o corpo das mulheres é o centro de maneira imediata e específica” (2006, p.447).

6.5 A SOBRECARGA DOS DOIS TRABALHOS: TODAS SOMOS IGUAIS?

Como já dito referido, as mulheres se inseriram no mercado de trabalho, porém isso não significou a isenção do trabalho de dentro de suas casas (ÁVILA; FERREIRA, 2020; FEDERICI, 2019). A responsabilidade pelo trabalho doméstico sempre recaiu sobre as mulheres, independente da classe social e da idade (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002). Desta forma, o trabalho doméstico, mesmo quando realizado por outras mulheres, acaba ainda sendo assimilado como responsabilidade da mulher: dona de casa, mãe e/ou esposa (ÁVILA; FERREIRA, 2020). Ao contrário do que se pensava, gerou uma maior exploração do tempo dessas mulheres (ÁVILA; FERREIRA, 2020). Sara Coutinho, autodeclarante branca, de 32 anos, em sua percepção sobre as mulheres que tem um trabalho remunerado, apesar de não ter filhos, consegue identificar a sobrecarga da mulher, a qual se dedica aos dois trabalhos:

“Que também precisam se desdobrar, né? Porque além do trabalho remunerado, você também tem a questão de casa, de filho, de família. Então, eu acho que elas são muito mais exigidas. No meu caso, não tanto, porque eu não tenho filhos. Então, pra mim, eu acho que facilita mais essa questão do meu trabalho, dessa questão de não ter horário. Antes da pandemia, meu trabalho era viajando. Então, de segunda a sexta eu estava viajando, do Brasil todo. Então, pra mim, isso já não, não encaixaria na minha rotina. Mas, mesmo assim, quando você compara com homens, por exemplo, os homens entram no mesmo horário, entram seis e meia da manhã, saem dez horas da noite. Só que eles acabam não tendo, é, obrigação ainda de ter que chegar em casa, de limpar a casa, de lavar a louça, de fazer uma comida. Então, eu acho que pra mulher, isso é muito mais complicado. Além de ser exigida mais no mercado de trabalho, né, você tem que se provar o tempo todo, diferente do que acontece com o homem. Você ainda tem que dar conta de todo o resto, que acaba sempre sobrecarregando.”

Sua prima, Sophia Coutinho, de 44 anos, compartilha da mesma percepção Sara: “Eu percebo que elas têm uma jornada dupla aí, né? Cuidar de tudo, mas não acho que uma é mais valorizada que a outra, tá? Eu acho que todas merecem muito valor!”. Os termos como “jornada dupla”, utilizado pela participante, “conciliação de tarefas” e “acúmulo”, mesmo sendo frequentemente usados, passam a ideia de que o trabalho doméstico não remunerado é um apêndice do trabalho remunerado (HIRATA; KERGOAT, 2007). No dilema entre família e trabalho, as mulheres conciliam o que é inconciliável, fazendo um verdadeiro milagre com suas horas e, desta maneira, acabam sacrificando horas destinadas ao lazer (COSTA, 2014; PINTO, 2013). O lazer é considerado, nos dias atuais, como um elemento integrante fundamental para as condições de vida, e ele tem um efeito muito significativo em nossa saúde como um todo (PICANÇO; ARAÚJO, 2019). As mulheres, em consequência da desigualdade de tempo em relação aos homens, prejudicam o seu bem-estar, principalmente, aquelas que ocupam posições sociais mais subordinadas (TURNS, 2004). No Brasil, as famílias chefiadas por homens despendem o dobro na despesa média mensal individual (R\$ 35,80) destinada ao lazer do que famílias chefiadas por mulheres (R\$ 18,12), e em relação a raça, as pessoas autodeclarantes brancas gastam quase o dobro com lazer (R\$ 34,41) em comparação com famílias chefiadas por indivíduos autodeclarantes pardos e pretos (R\$ 18,35) (BARROS 2021b). Além do mais, o tipo de lazer também se difere por raça, no caso de viagens, aquisição de pacotes turísticos e investimento em passeios, sendo que as famílias com chefes brancos usufruem três vezes mais do que famílias com chefes pardos e pretos (BARROS 2021b).

A relação entre os dois trabalhos e o não reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado como trabalho, torna impossível “enxergar onde começa o nosso trabalho e onde ele termina, onde nosso trabalho termina e onde começam nossos desejos.” (FEDERICI, 2019, p.50). Na pesquisa feita pelo Instituto Data Popular, SOS Corpo e Instituto Patrícia Galvão

(2014), 22% das mulheres entrevistadas, que realizam os dois trabalhos, afirmaram não ter nenhuma atividade de lazer em sua rotina, e em relação aos finais de semana, que deveriam ser dedicados ao descanso e lazer, 73% alegaram utilizar desses dias para realizar o trabalho doméstico não remunerado (MARCONDES, 2014). Na mesma pesquisa, foi constatado, pelas participantes, uma falta de tempo do cuidado para si mesmas. Como também apontado por Catarina Camargo, auto declarante parda, de 49 anos, no trecho abaixo, em que descreve que no ano de 2020 ela chegou a um estado de esgotamento físico e mental:

“Eu acho que por essas responsabilidades que me deram quando era criança. E aos doze anos eu era criança e já trabalhava em casa de família. Fazia de tudo. [...] A vida passou muito rápido. Eu não vivi minha infância completamente, né? A partir dos 12 anos, porque antes fui a criança que brinquei muito. [...] A partir dali, eu era em último lugar, só dedicando o próximo. Ou em casa ou no serviço, aos irmãos, aos amigos, na escola. E inclusive no ano passado em Agosto, Setembro, eu entrei em depressão fortíssima. Passei por uma psicóloga, né? Aí eu só tive dois dias sessões e depois eu não voltei mais. Aí ela até falou comigo: [...] Você caiu no momento depressivo, porque você estava em esgotamento [...]. Você tem que pensar primeiro, você tem que fazer tudo que te dá prazer, tudo que te dá vontade, e não pensar só nos outros. Você tem que pensar nos outros naquilo que sobrou de tempo, mas se você não se autoajudar, você não vai ter condições psicológicas nem físicas para ajudar o próximo. Então, a partir dessas duas sessões, que foi com ela, que era para eu ter voltado e não voltei por conta de horário de serviço e tal. Me serviu muito para fazer um visão geral desde quando eu comecei aos 12 anos sempre produzindo, servindo ao próximo até o dia de hoje. Que aí veio filhos, veio netos e eu sempre me doando. Mal tinha tempo pra mim. Chegou em 2020 [...] A minha vaidade 2020, ela acabou, ela encerrou. Não sentia mais necessidade. [...] Então, eu acredito que dos doze anos até agora aos 48 anos, vou fazer 49 em maio. Eu sentia muito prazer em ajudar as pessoas, mostrar produtividade. Aí eu pensei que será que automaticamente essa produtividade, essa ajuda, será que seria somente por gostar de fazer, que isso eu sei que eu gosto de fazer, de ajudar as pessoas. Ou seria para provar a minha qualidade. Aí tinha essa pergunta. Aí eu não continuei as sessões com a psicóloga. E eu tenho essa pergunta ainda na minha cabeça. Eu sei que eu gosto de ajudar qualquer pessoa que precise de mim, que eu sei que todos nós temos a capacidade de fazer algo, mas será que alguns momentos eu não fiz para chamar a atenção, mostrar meu valor? Não sei.”

O relato de Catarina é uma realidade de muitas brasileiras. No Brasil, as mulheres recebem em maior número o diagnóstico de Transtorno de Ansiedade Generalizado (TAG) e Depressão do que os homens (FU et al., 2013). De acordo com Rotenberg e colaboradores (2010), um dos motivos pode ser devido à sobrecarga que as mulheres sofrem com a presença de dois trabalhos. Em uma pesquisa realizada com dados da linha de base do Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (ELSA-Brasil), foram feitos exames clínicos e entrevistas com mais de 12.097 mulheres e homens entre 34 a 75 anos (PINTO, 2013). Neste estudo conclui-se que as mulheres que não contrataram uma empregada doméstica (18,7%), mães (18,7%) e que cuidam de algum enfermo ou com uma deficiência (21,5%), apresentaram maior

prevalência para TAG. Além do mais, o mesmo ocorreu para as mulheres e homens autodeclarantes pretos e pardos em comparação com os brancos, e também com um menor nível de escolaridade e acima de 50 anos (PINTO, 2013). Em complemento, o número de horas trabalhadas pelas mulheres, a soma dentro de casa gratuitamente e no trabalho remunerado, pode ser um fator significativo para acarretar problemas de saúde (ROTENBERG et al, 2010). O trabalho infinito realizado pelas mulheres não prejudica apenas nosso corpo, mas nossa sexualidade, nossas relações sociais e, para a manutenção disso, é feita uma chantagem emocional, ao dar e receber afeto, transformada em dever o qual gera culpa (FEDERICI, 2019).

A junção do racismo e do sexismo sofrida por mulheres negras, e que afeta todas as áreas de suas vidas, provoca danos à saúde mental, problemas acerca da sua autoestima, expectativa de vida de 5 anos a menos que as mulheres brancas e postos no mercado de trabalho com baixos salários e falta de reconhecimento (CARNEIRO, 2011). Nesse sentido, as mulheres que exercem o trabalho doméstico remunerado, para entrarem e permanecerem no mercado de trabalho acabam enfrentando a pobreza, um transporte público precário, e principalmente, a sobrecarga de terem que realizar a dupla jornada do trabalho doméstico não remunerado gratuito e do trabalho remunerado (QUIJANO, 1992). Para as mulheres das classes mais pobres, a presença de um trabalho remunerado, na verdade, ocasionou às mulheres uma extensa jornada de trabalho, com a junção do trabalho remunerado e o doméstico não remunerado (MADALOZZO et al, 2008; ARANTES, 2019). Joana, mãe de Catarina, auto declarante parda, de 70 anos, no próximo trecho, descreveu sobre a época em que começou a trabalhar de forma remunerada e como foi a tentativa de “conciliar” o trabalho doméstico não remunerado com o remunerado, sendo possível ver claramente o quanto sua rotina era exaustiva:

“Ahh, é muito bom. Foi muito bom! Deixa meus filho em casa, sozinho. Minha preocupação era essa. E aí, eu ia pra lá cinco horas, é, sete horas. Onze horas eu vinha casa, almoçava, dava almoço pra eles, levava na escola, voltava correndo pra lá, trabalhava até cinco horas, cinco horas eu vinha pra casa cuidar deles. Foi muito difícil, mas graças a Deus eu venci! O pai deles trabalhava longe, não vinha pra casa. Ficava longe, só vinha sábado, dia de sábado, e ia embora segunda-feira. Então era muito difícil as coisa, mas agora graças a Deus tá tudo bem.”

No mercado de trabalho, as mulheres dedicam menos horas que os homens, o que pode ser visto como uma limitação na inserção das mulheres no trabalho remunerado, pois, conseqüentemente, são encarregadas do trabalho dentro de suas famílias, em consequência disso, as mulheres acabam tendo menos oportunidades no mercado de trabalho e ascensão de suas carreiras (DEDECCA et al, 2009; MADALOZZO et al, 2008; AQUILINI, 2016). Contudo,

o trabalho não remunerado demandado em casa, prejudica o investimento de horas, tanto as mulheres como os homens no mercado de trabalho (MADALOZZO et al 2008). A participante Joana apresentou, em seu relato, um viés de classe social sobre a obrigatoriedade de realizar as tarefas domésticas não remuneradas, mesmo após aposentadoria: “Meus planos para o futuro, quero descansar um pouco, né? Mas isso aí para gente que é pobre. Isso aí é difícil. A gente sempre tem que cuidar da casa.” A mesma participante, hoje em dia, apesar de não ter conseguido se dedicar mais horas aos cuidados de seus filhos, acredita que não haveria outro jeito:

“Um dia desse minha menina ainda tava falando: mãe, você não podia ter feito isso, mãe, deixar nós em casa sozinho. Eu falei: Ahh, minha filha, mas precisava, né? Porque só ficar dentro de casa não dá não. A gente tem que ajudar um pouco, né? Na na despesa da casa, comprar roupa, essa coisa assim. Fica quietinho de braços cruzados, aí fica aquela coisa: aí eu não tenho isso, eu não tenho aquilo. Mas se a gente se movimentar, né? Dá um jeito a gente consegue.”

Nem todas mulheres têm essa clareza que Joana demonstrou em sua entrevista. As mulheres vivenciam mais sentimento de culpa e cansaço físico e mental do que os homens, pelo fato de terem que deixar seus filhos em casa para realizar o trabalho remunerado (PICANÇO; ARAÚJO, 2019). Joana, nessa época, contou com o auxílio de sua filha Catarina, também participante da pesquisa, para fazer as atividades domésticas e também cuidar de seu irmão mais novo. Como já mencionado, as mulheres, mais pobres, que têm um trabalho remunerado, na maioria das vezes, contam com uma rede de apoio para auxiliar na organização de suas casas e nos cuidados com seus familiares (ARANTES, 2019). Assim, a filha de Joana, Catarina, auto declarante parda, foi inserida desde muito nova no trabalho doméstico não remunerado, devido ao fato de sua mãe ter iniciado um trabalho remunerado: “Muita coisa fui aprendendo no dia a dia, e foi positivo, né? Porque é positivo na vida da gente. Fui aprendendo a fazer, que eu não sabia, uma menina de 7 anos, quando minha mãe começou a trabalhar fora.” Semelhante a tia, Beatriz Camargo, também autodeclarante parda, de 17 anos, como apresentado aqui anteriormente, atualmente, também realiza o trabalho doméstico não remunerado em sua casa pelo o mesmo motivo: “[...] eu pude ajudar minha mãe, que ela trabalhava fora o dia inteiro. E quando ela chegava, ela estava cansada e eu podia ajudar, né?”. A participante Maura Salomão, autodeclarante negra, de 85 anos, também mencionou em sua entrevista que, na infância, contribui com sua mãe no trabalho remunerado e doméstico não remunerado, trazendo em seu depoimento uma percepção de classe:

“[...] Da minha mãe era, assim, pobre, né? Então, ela lavava a roupa de, do exército. Eu tinha que ajudar ela a engomar roupa de soldado. Eu ajudava

muito em casa, trabalhava muito, cê entendeu? Entregava roupa no quartel. Eu não tinha. A minha vida era uma vida boa, mas num é ruim não, mas num era boa, assim, depois eu tinha que ficar parado, assim, fazer nada, mas ajudava bastante a minha mãe. Ela, pelo menos, acho que ela não tinha nada pra reclamar de mim, não. [...].”

Embora, nos estudos citados, somam-se as horas do trabalho remunerado e o doméstico não remunerado, os dois trabalhos têm, obviamente, condições diferentes para além da remuneração ou a falta dela. No primeiro, trabalho remunerado, o indivíduo que o exerce, quando formal, é contemplado pelas leis trabalhistas, e o segundo, trabalho doméstico não remunerado, além de não ter direitos e benefícios, suas horas não são contabilizadas para a aposentadoria (AQUILINI, 2016). Ademais, há uma distinção na organização do tempo entre os dois trabalhos, o trabalho remunerado tem um sistema de horário, já no trabalho doméstico não remunerado essa organização é subjetiva e não é precisa (TURNS, 2004). Conforme Dedecca, Ribeiro e Ishii (2009), a jornada total de trabalho, ou seja, a soma das horas do trabalho doméstico não remunerado e remunerado, é maior entre as mulheres pretas, pardas e indígenas, do que entre as mulheres brancas. Nessa mesma pesquisa, as horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado apenas, o número de horas, de mulheres pretas, pardas e indígenas também é superior às horas dedicadas pelas mulheres brancas (DEDECCA et al, 2009). Desta forma, em congruência com os relatos de Joana, Catarina e Maura apresentados acima, em relação a classe e raça, quando a mulher começa a ter um trabalho “produtivo”, que é pago e fora de casa, há uma sobrecarga do trabalho dentro de casa gratuito (ARANTES, 2019). É possível constatar uma diferença nas vivências da infância entre Catarina e Jaqueline, de idades semelhantes, 49 e 56 anos, sobre a inserção no trabalho doméstico.

“Que eu me lembro e deve ser lá, deve ter sido com doze, quinze anos. Não sei. Eu não me lembro muito bem não, porque, como eu te falei, a gente tinha empregada em casa. Então, eu só fazia naqueles dias que que mandava a empregada embora, aí a gente ia fazer. Assim, como eu digo, a minha irmã, eu dividia com a minha irmã, então eu pegava a parte que eu gostava, que era de lavar banheiro, os banheiros, que a gente tinha os dois banheiros e a de arrumar cozinha.”

Assim, a dinâmica da divisão sexual e racial do trabalho prejudica todas as mulheres, pois quando o trabalho doméstico é pago, isso incide nos custos pessoais das famílias, e quando não é remunerado, atinge o tempo e a vida pessoal das mulheres que o realizam (ARANTES, 2019; ÁVILA, 2004). As mulheres pobres, que possuem uma jornada de trabalho mais extensa (trabalho doméstico não remunerado e o remunerado), acabam enfrentando problemas para atender os cuidados de sua casa e filhos (BIROLI, 2019; ARANTES, 2019). Como é possível ver nos trechos a seguir, apesar de uma distinção de realidades indicada anteriormente, Catarina

e Jaqueline, respectivamente, possuem uma percepção parecida sobre a conciliação entre o trabalho produtivo e o doméstico não remunerado, e a contratação de outra mulher para executar o trabalho doméstico não remunerado:

“[...] Então, automaticamente, tirando essa de uma mulher querer trabalhar para ajudar na composição familiar. Automaticamente, ela se dobra com serviço de doméstico e o serviço fora da casa. Então, eu acho que quando uma mulher sai de casa para trabalhar, ela teria que ter o dinheiro o suficiente para ela gerar emprego para alguém fazer o serviço dela de casa, porque ela sobrecarrega. Então, fica mal concluído o serviço doméstico, mal concluído o serviço fora de casa, porque esse o único obrigatoriamente está bem feito, fica mal feito a atenção, né? É atenção para filho não é 100%, atenção para o marido não é 100% [...]”

“Só se acontecer alguma situação na família, que aí realmente dá uma desmoronada, mas acho que ainda a gente consegue fazer essas três coisas. Cuidar do trabalho da casa, claro que com ajuda de uma faxineira, de uma empregada, né? Em um serviço menor, mas você consegue sair para trabalhar, fazer uma coisa extra, mas ainda manter os laços na família [...]”

De acordo com Picanço e Araújo (2019), os únicos fatores relevantes que ajudam a diminuir o número de horas dedicadas ao trabalho de casa gratuito, seriam a contratação de uma empregada doméstica e o número de horas dedicadas ao trabalho remunerado. Então, no contexto neoliberal atual, as mulheres, em sua maioria branca, tentam resolver essa sobrecarga do trabalho doméstico não remunerado (cuidado e tarefas domésticas) e do trabalho remunerado com a contratação de outras mulheres, em sua maioria, pobres e/ou negras, para delegar o trabalho doméstico (ARANTES, 2019). Sendo assim, a renda é um fator importante para a administração do tempo de uma mulher, visto que com ela é possível remunerar alguém para realizar o trabalho doméstico (SORJ, 2013; ARANTES, 2019). É importante ressaltar aqui que, quanto mais tempo da vida de uma mulher que trabalha com o serviço doméstico é exaurido, mais tempo ganham a quem elas prestam serviço (ÁVILA; FERREIRA, 2020; CHIES, 2010). Assim, essas mulheres são capazes de diminuir a desigualdade na divisão sexual do trabalho nas famílias para as quais elas trabalham, mas isso só faz aumentar a exploração que as mesmas vivenciam, ou seja, aumentam a desigualdade da divisão sexual e racial do trabalho (ÁVILA; FERREIRA, 2020; HIRATA, 2002). Nesse sentido, há um impacto nas condições da família dessas mulheres, comprometendo o futuro de todos os seus membros (AQUILINI, 2016).

As mulheres de renda mais elevada e brancas são mais propensas a elevarem suas rendas, com cargos mais altos e melhores oportunidades no mercado de trabalho à medida que diminuem o trabalho doméstico não remunerado e aumentam sua carga horária do trabalho remunerado (DEDECCA et al, 2009). Ao ser analisada a renda individual, familiar e a

autodeclaração das participantes na faixa de idade 40 aos 65 anos, as mulheres autodeclarantes negras da pesquisa (pardas e pretas), como no caso de Catarina e Mercedes, têm rendas menores (individual e familiar) em comparação às mulheres autodeclarantes brancas, como no caso de Sophia e Jaqueline. Nos outros períodos da vida estudados, como no caso das entrevistadas entre 20 aos 40 anos, Sara e Mariana, autodeclarantes brancas, possuem a renda individual e familiar maior que Karen e Suzana, mas apenas Suzana é autodeclarante preta. Porém, o que difere nesta situação, é que as duas são mães, e Karen está fora da força de trabalho, por não conseguir pagar por outros serviços que auxiliam no cuidado com seus filhos pequenos. Suzana tem uma subocupação pelo mesmo motivo de Karen, trabalhando às vezes como diarista/faxineira sem carteira assinada. A situação de Suzana, como “mãe solo”⁶, aumenta sua vulnerabilidade perante o trabalho remunerado, na qual parte de sua renda e tempo vão para o sustento e educação dos seus filhos, inviabilizando uma maior qualificação em muitos casos (SELFA; SPINELLI, 2018).

A participante Suzana é remunerada como Yalorixá na religião Candomblé, mas como descrito pela própria participante: “a gente não sente muito como um trabalho, sabe? A gente sente mais como que a gente ajuda as pessoas. Bom, pelo menos eu me sinto assim, mas ajudando do que trabalhar [...]”. A religião da participante, assim como a Umbanda, são as religiões que mais sofrem Intolerância religiosa no Brasil, sendo 70% das denúncias no estado do Rio de Janeiro (NUNES, 2017). Segundo a pesquisa de mestrado de Nunes (2017), sobre Intolerância religiosa nos espaços organizacionais, apesar de alguns feriados serem semelhantes à Igreja Católica devido ao sincretismo⁷, os participantes adeptos dessas duas religiões relataram que se sentem injustiçados pelo fato de não poderem se ausentar do trabalho/universidade nos dias de celebração de suas religiões, diferentemente do catolicismo, nos quais está formalizado no calendário anual como feriados. São necessários mais estudos

⁶ O termo “mãe solo” refere-se às mulheres que são as únicas responsáveis pela criação de seus filhos, sem a participação paterna. Este conceito foi uma alternativa encontrada por estudiosas do movimento feminista para a substituição do termo “mães solteiras”, já que ser mãe não significa um estado civil (BORGES, 2020).

⁷ Sincretismo é uma característica que acontece no campo religioso, em que é a resultante da junção de vários elementos de origens diferentes, gerando, assim, uma nova religião. No caso das religiões de matrizes africanas, foi uma estratégia transcultural encontrada pela população africana escravizada de exercer sua religião para diminuir os mecanismos de repressão da sociedade branca. Desta forma, as religiões afro-brasileiras se diferem das matrizes que as originaram, com a presença de elementos do Catolicismo (FERRETI, 1998).

que investiguem se a intolerância religiosa também dificulta a entrada e permanência em empregos assalariados.

Em contradição à situação de Karen e Suzana, algumas das participantes da pesquisa, que se autodeclararam brancas, relataram que contam ou já contaram com outras mulheres para a realização das tarefas de casa, como a programadora, Sophia Coutinho, de 44 anos: “[...] Hoje tenho é a diarista que vem pra fazer o pesado, né? Mesmo porque, eu não daria conta, né?”

De acordo com Bruschini e Lombardi (2002), a hierarquia racial e de classe se faz presente, pois é por meio do trabalho doméstico remunerado que as mulheres vão se apoiar a fim de dedicar mais horas a suas carreiras. Nesse sentido, no que se refere ao trabalho doméstico gratuito e remunerado, a diferença entre eles seria que, no primeiro, as tarefas e responsabilidades foram designadas em relação ao gênero, já no segundo, será definido entre quem pode pagá-lo e quem o realiza, na distinção de classe, raça e gênero (ÁVILA; FERREIRA, 2020; BIROLI 2015). No Brasil, os elementos que estruturaram servidão da mulher no trabalho doméstico são pautados nos significados que o racismo provocou no conceito desse trabalho, durante a escravidão das pessoas negras em quatro séculos de Colônia (NASCIMENTO, 2019). Tais elementos estão presentes até hoje, tornando-se uma expressão ainda viva da colonização do país (ÁVILA, 2004). No Brasil, ao contrário das mulheres brancas, as mulheres afro-brasileiras, desde o fim da escravidão, trabalham fora de suas casas, ocupando os mesmos papéis até hoje, em sua maioria, na agricultura e nos serviços domésticos (CARNEIRO, 2019B; GONZALEZ, 2020; NASCIMENTO, 2019). Ou seja, a mulher negra representa a continuação de uma “herança escravocrata” (NASCIMENTO, 2019).

Helena, como já mencionado, durante vários períodos da sua vida, desde a infância até os dias de hoje, quase sempre contou com o trabalho de outra mulher para executar as tarefas de sua casa. Apesar disso, como explicitado antes, mesmo quando a mulher remunera outra mulher, ainda sim a responsabilidade pela organização continua sua, como dito por Helena: “Já realizei e atualmente pouco, mas assim, até mais fora de casa do que em casa, né? Sempre tive quem me ajudasse né? Mas a gente continua no, em até coordenação na casa, eu sinto que é um trabalho.” A participante junto com sua irmã, Jaqueline, em relação ao cuidado de sua mãe, que precisa de cuidados por ter Alzheimer, contrataram outra mulher para realizá-lo, e isso também pode ser visto como parte da responsabilidade pela a organização, não só da casa, mas do cuidado com os membros de sua família, como exemplificado no fragmento da entrevista de Jaqueline: “[...] Eu cuido do dinheiro, eu cuido de ficar com ela, de fazer as compras, porque não é nada. Eu que contrato empregada, que manda empregado embora, né? Eu que sei os

horários da empregada, eu faço todo o arranjo da casa dela [...].” Para Bruschini (1990), administração da unidade doméstica, como pagamento de contas, compra de bens de consumo, e também manutenção da rede familiar, como ligações telefônicas, visitas, favores e reforço de laços de solidariedade, também são considerados parte do trabalho doméstico não remunerado. Enfim, mesmo quando as mulheres remuneram outras mulheres, elas ainda podem não se ver totalmente livres dele, sendo ainda sim o integrante da família mais responsável pelo trabalho doméstico não remunerado. Em relação, especificamente, ao cuidado com os membros da família, algumas participantes também remuneram outras mulheres para realizar auxiliar nesse serviço. Jaqueline, com a presença de filhos pequenos e do trabalho remunerada, já remunerar outras mulheres para realizar as tarefas domésticas:

“Então, com a Bruna não, eu tive que dividir bem o meu trabalho lá fora e cuidar dela porque ela nasceu. Eu tinha quarenta anos de idade. [...] E eu estava trabalhando fora, né? Tive o período de ficar em casa, mas depois eu tinha que voltar. Só que quando a Bruna nasceu eu tinha empregada, então me ajudou na casa, né? E com a Rafaela e com a Mariana, eu tive empregada, mas um tempo assim, um tempo menor, mas que também me ajudou com a questão da casa, mas também é outra experiência, outro aprendizado.”

As mulheres com melhores rendas, têm condições financeiras de contratar serviços para o cuidado de seus familiares, como creches ou cuidadores(as). No Brasil, a maioria das mulheres que irão realizar estes serviços também são negras e advindas das classes mais pobres, representando um passado escravocrata e patriarcal (MARCONDES, 2014). O trabalho de cuidado remunerado também é desvalorizado, ocasionando baixas remunerações, assim como o trabalho doméstico remunerado (FEDERICI, 2019). Na sociedade brasileira, a desigualdade, decorrente da divisão sexual e racial do trabalho, pode ser mais bem compreendida ao refletir que, a maioria das mulheres que realizam o trabalho de cuidar são negras e pobres, e em contraponto, as pessoas que mais recebem cuidado, em relação a atenção e tempo, e de forma mais qualificada, são, em sua maior parte, homens, brancos e posicionados nas classes sociais mais ricas (BIROLI, 2018). Além disso, Federici (2019) argumenta que devido à desvalorização do trabalho doméstico não remunerado como um todo, as mulheres em relação aos homens, enfrentam a velhice com menos apoio da família, renda e bens disponíveis. A participante Suzana Salomão, autodeclarante preta, de 31 anos, neste próximo trecho, anuncia que já realizou o trabalho de cuidar remunerado, de crianças e idosos: “Eu já cuidei de criança e já cuidei de idoso [...]”. Em outro trecho, a mesma participante, ao ser indagada sobre qual trabalho remunerado até hoje foi o que mais se sentiu produtiva, ela disse ter sido esse trabalho de cuidar, justamente por ser feito com carinho:

“[...] Esse é do idoso, né? O do idoso eu me senti mais produtiva, porque assim, era uma dependência de uma certa forma, né? Que ele tinha, e eu gostava daquela dependência, assim, do carinho, né? A mesma quando ele tava meio rebelde, que tinha dia que ele tava rebelde, mas era interessante.”

Para Flávia Biroli (2019), ao falarmos sobre o cuidado, devemos considerar se o mesmo se refere às relações interpessoais, que implicam em afeto e proximidade, independente dos indivíduos envolvidos terem ou não parentesco, amor ou amizade. No que se refere ao cuidado remunerado ou não, a diferença entre os dois é sutil e a divisão não é simples, havendo de um lado o trabalho técnico e de outro o afeto (HIRATA; GUIMARÃES, 2012). Por fim, reforça-se mais vez que o trabalho doméstico não remunerado deveria ser assumido como responsabilidade do Estado, onde o mesmo deveria oferecer políticas públicas que abarquem os diversos problemas advindos da diferença de oportunidades e direitos de mulheres, negros, indígenas, LGBT e pessoas de classes sociais mais pobres.

7. CONCLUSÃO

No processo de envelhecimento, as idades podem ter identidades distintas entre elas, em que características são atreladas às mesmas. Entretanto, independente das definições, a imposição de uma identidade torna aquela idade ou período do ciclo de vida limitado em diversos campos, incluindo às possibilidades no mercado de trabalho remunerado, no trabalho doméstico não remunerado e também nos estudos. Um exemplo claro disso é o de que mulheres menores de 20 anos foram associadas aos estudos pelas participantes deste estudo. Há dois problemas nisso, o primeiro consiste em: se pensarmos nas questões de renda e raça, as mulheres dessa fase, menores de 20 anos, podem não conseguir seguir o cronograma escolar de acordo com idades estimadas para cada série, muitas vezes, tendo que trabalhar de forma remunerada para complementar a renda de suas famílias ao invés de estudar. Nesse âmbito, compreendendo que no Brasil existem muitas mulheres jovens nesta situação, as representações sociais que formam a identidade das mulheres menores de 20 anos seriam criadas a partir de que contexto?

Seguindo esse raciocínio, o segundo ponto seria que, ao vincular os estudos de primeiro e segundo grau, apenas na fase mais jovem da vida, por mais que se tenha a oportunidade de ingressar no programa Educação para Jovens e Adultos (EJA), isso pode ocasionar a desmotivação de muitas mulheres, ou homens, que ansiavam continuar estudando, com a ideia de que não concluíram no tempo supostamente adequado e imposto socialmente, favorecendo a criação de uma visão distorcida de si mesmas e sobre o curso da vida propriamente dito. Nesse

sentido, é possível compreender que essa situação é pautada apenas no mercado de trabalho, pois apesar de a educação ser relevante e necessária para melhores oportunidades no mercado de trabalho assalariado, deve ser vista, principalmente, como uma ferramenta de transformação social, e não apenas como parte do currículo escolar conteudista. Logo, a educação pode servir justamente como um mecanismo para conscientizar mulheres sobre as injustiças sociais e opressões vivenciadas por elas em seus cotidianos, identificando as diferenças que permeiam seu envelhecimento para que possam transformá-las em uma sociedade mais equânime.

Além disso, em qualquer idade, para que uma mulher consiga se dedicar somente aos estudos, ela provavelmente necessitará do apoio financeiro de sua família, ou terá que dividir seu tempo entre os estudos, o trabalho remunerado e o doméstico não remunerado. Nessa perspectiva, não conseguir obter uma graduação na educação superior, ou até mesmo terminar a educação básica, é mais uma imposição do que uma escolha para muitas mulheres brasileiras. Assim como o trabalho doméstico não remunerado, o estudo deveria ser visto como um trabalho, já que forma cidadãos “aptos” para os meios de produção. Como solução para isso, compreende-se a atribuição de um salário mínimo, para que todos os brasileiros pudessem destinar parte do seu dia aos estudos, levando em conta, uma análise socioeconômica. Outra alternativa seria uma maior oferta de cursos noturnos técnicos e universitários, ou com apenas um turno. Não se trata de reduzir a qualidade dos cursos de graduação, mas sim aumentar as possibilidades de acesso, já que muitas pessoas dividem o seu tempo com o trabalho doméstico não remunerado, remunerado e os estudos.

No que concerne ao período de ciclo de vida entre 20 aos 40 anos, a associação feita consiste em um período em que é necessário muito esforço na mesma medida que é supervalorizado. Contudo, levando em consideração as trajetórias de vida das mulheres deste estudo, sejam as que estão nesse período ou as que já passaram por ele, essa valorização excessiva das idades entre 20 aos 40 anos não representa a realidade relatada pelas participantes. Os relatos deixam claro que, talvez possa ser um período em que se tenha mais sacrifícios e menos reconhecimento, isto é, as mulheres passam horas se dedicando ao trabalho remunerado com baixos salários e ocupações inferiores, por ainda não terem experiências de trabalho (remunerado) ou não estarem suficientemente qualificadas. Assim, esta supervalorização da juventude pode ser vista como apenas uma justificativa para explorar ainda mais os trabalhadores. Outro ponto relevante desta fase da vida é o fato de que as identidades formuladas também não fazem sentido, dado que as condições das mulheres podem variar muito, como ter um filho, a idade desse filho, ser estudante, dentre outras. Esses fatores podem

trazer questões difíceis na vida dessas mulheres, que somadas a outras funções do trabalho doméstico não remunerado e remunerado, geram uma grande sobrecarga.

Na realidade, a supervalorização da juventude acomete a mulher por todo o seu envelhecimento. Desde os 30 anos, e principalmente a partir dos 40, a mulher em relação à produtividade tem sua imagem vinculada às limitações biológicas, prejudicando suas relações sociais, como as relações no ambiente de trabalho remunerado, as mudanças no papéis atribuídas às famílias e a percepção sobre si mesmas. Por outro lado, as participantes deste período apresentaram inclusive um excesso de produtividade, com junção do trabalho remunerado e não remunerado, sem apontar alguma limitação física ou enfermidade que as prejudique em qualquer uma dessas instâncias, além das mesmas se perceberem como pessoas produtivas. Bem como os outros períodos, este não foi diferente, não houve algo que precisamente definisse período, pois as participantes se encontravam em momentos distintos em relação ao cuidado com os filhos, seus pais e até mesmo netos, além de ocupações diferentes no mercado de trabalho, mostrando mais uma vez a heterogeneidade do envelhecimento. Já sobre o período do ciclo da vida acima de 65 anos, é sabido que não se trata de uma experiência universal, mas o relato da maioria das participantes foi marcado pela ênfase no cuidado com os netos. No entanto, é um período heterogêneo, pois as participantes também variaram no que se refere ao fato de já terem cuidado dos netos e/ou pais ou estarem cuidando, serem aposentadas ou não, a própria trajetória profissional, renda, se sentem dores no corpo, se tem algum enfermidade, ou não, etc. Sendo que, o único aspecto em comum entre elas é o fato de não estarem trabalhando de forma remunerada e nem estarem estudando. O trabalho doméstico não remunerado seja nas atividades domésticas ou de cuidado, e no caso de Joana, às atividades rurais, as mulheres continuam trabalhando neste período do ciclo de vida, ou seja, sendo produtivas.

Outro ponto relevante sobre o envelhecimento constatado neste estudo, é que as mulheres mais velhas começaram a trabalhar mais cedo de forma remunerada do que as com menos de 40 anos, consequências da Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional, em 1996 e da emenda constitucional nº20 de 1998, que retardaram a adolescência e o ingresso das gerações sucessoras no mercado de trabalho. Contudo, não houve diferenças significativas em relação ao trabalho doméstico não remunerado. Para além da geração, outros componentes como raça e renda podem influenciar ainda mais na idade na qual a mulher vai se inserir no trabalho remunerado e doméstico não remunerado, a frequência e o tempo que dedicaram a cada um deles. Assim, se faz controvérsia a ideia de que o envelhecimento é sinônimo de

improdutividade, sendo que na verdade, alguns trabalhos não são reconhecidos como formas de produtividade. O cuidado é inerente à vida, sobretudo, no envelhecimento da mulher, a qual, na maioria das vezes, gasta a maior parte do seu tempo no decorrer de sua vida dedicando mais tempo ao trabalho doméstico não remunerado do que ao trabalho remunerado. Por esse motivo, e por ser algo que todas as pessoas já precisaram ou precisarão em algum momento da vida, o cuidado deveria ser uma responsabilidade do Estado, e não da instituição familiar.

No que tange o conceito de produtividade, foram encontradas definições distintas neste estudo, variando de acordo com a geração, a renda ou o local em que as mulheres construíram suas identidades. É urgente debater em nossa sociedade o reconhecimento das atividades reprodutivas e os estudos com o status de ‘trabalho’, e conseqüentemente, diminuir toda essa responsabilidade da produtividade sobre as mulheres. A idosa brasileira é produtiva, portanto para a diminuição do estigma da velhice associado a improdutividade e das características negativas vinculadas a imagem mulher de forma diferente em cada idade, novas representações sociais mais próximas às diferentes realidades das mulheres brasileiras precisam ser veiculadas na mídia. Por outro lado, é dúbio pensar que, ao mesmo tempo, em que ser improdutivo é visto como algo negativo, talvez não exista um período do ciclo da vida de uma mulher em que ela possa não ser mais produtiva para a sociedade, separando o tempo para lazer e projetos pessoais, sendo produtiva para si mesma e além tudo sentir realização e prazer por isso.

Quanto às limitações deste estudo, não foi possível aprofundar em relação às outras diferenças que permeiam o envelhecimento da mulher e que podem, evidentemente, interferir de alguma maneira nas noções de produtividade, como no caso das mulheres lésbicas, transgênero, travestis, indígenas, com alguma deficiência, etc.

Prioritariamente, se faz imprescindível o investimento em diversos setores da sociedade, como na educação, na saúde e no mercado de trabalho remunerado. Na educação são necessários projetos que direcionam um acesso mais igualitário e equânime, com apoio financeiro para que todos possam ter oportunidade de estudar em qualquer idade, e a criação de novos currículos que dialoguem com o cotidiano dos brasileiros. Na saúde, se faz fundamental a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), pois a precarização do trabalho remunerado somado ao doméstico não remunerado prejudica a saúde das mulheres, sendo o envelhecimento uma parte bastante impactada. Já no mercado de trabalho remunerado, todas as mudanças apontadas anteriormente contribuíram para o ingresso das mulheres, no entanto, é essencial que haja uma maior fiscalização dos direitos das mulheres nos postos de trabalho, tanto na contratação quanto

na demissão das mesmas, dentre outras estratégias que busquem melhores postos, ocupações, remunerações e tempo de jornada de trabalho. Por fim, faz-se necessário um maior reconhecimento e remuneração das profissões ditas femininas tão importantes na sociedade, como as enfermeiras, faxineiras, diaristas, cozinheiras, professoras, entre outras.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Rosário. A construção de um sistema nacional de cuidados no Uruguai. In: **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Ano II, nº 4, 2012.

_____, Rosário. Los cuidados familiares como problema público y objeto de políticas. In: ARRIAGADA, Irma. **Familias y políticas públicas en América Latina: una historia de desencuentros**. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2007. p. 187-198. ISBN 978-92-1-323028-2.

ANDRADE, Márcia Andréa Rodrigues. Estigma e velhice: ensaios sobre a manipulação da idade deteriorada. **Revista Kairós Gerontologia**, [s. l.], v. 14, ed. 1, p. 79-97, 2011. DOI <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2011v14i1p79-97>.

ANGELIN, Paulo Eduardo; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Patroas e adolescentes trabalhadoras domésticas Relações de trabalho, gênero e classes sociais. **RBCS**, [s. l.], v. 30, ed. 89, p. 63-76, 2015. DOI <http://dx.doi.org/10.17666/308963-76/2015>.

AQUILINI, Guiomar de Haro. O trabalho não remunerado e as mulheres. **GÊNERO**, Niterói, v. 16, ed. 2, p. 149 - 171, 2016. DOI <https://doi.org/10.22409/rg.v16i2.31242>.

ARANTES, Rivane Fabiana de Melo. El trabajo doméstico en Brasil en el proceso de desinstitucionalización de la frágil “democracia” brasileña después de 2016. In: CELIBERTI, Lilián. **La Mesa Está Servida. La lucha de las trabajadoras domésticas en Argentina, Brasil, Paraguay, Perú y Uruguay**. Montevideo: Edición AFM Cotidiano Mujer, 2019. p. 31-56.

ARGIMON, Irani I. de Lima; STEIN, Lilian Milnitsky. Habilidades cognitivas em indivíduos muito idosos: um estudo longitudinal. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, ed. 1, p. 64-72, 2005. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2005000100008>.

ÁVILA, M. B. **O tempo de trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência** (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2009, Recife, PE, Brasil.

ÁVILA, Maria Betânia. “Vida cotidiana e uso do tempo pelas mulheres”. In: **VIII Congresso luso-afro-brasileiro de ciências sociais**, 2004, Coimbra

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil. **Psicologia & Sociedade [online]**, [s. l.], v. 32, 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32242869>.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. *In*: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia, 2014. p. 13-50.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. A diferença trans no gênero para além da patologização. **Revista Periódicus**, Bahia, v. 5, ed. 1, p. 87-100, 2016. DOI <https://doi.org/10.9771/peri.v1i5.17178>.

BALIZA, Danielle Pereira; JUNQUEIRA JÚNIOR, José Alves; SILVA, Ana Paula Marques da; ZENITH, Luiza Andrade; PEREIRA, Sérgio Parreiras. Perfil das mulheres na cadeia produtiva do café no município de Bom sucesso – mg. **GÊNERO**, Niterói, v. 18, n. 1, 2018. DOI <https://doi.org/10.22409/rg.v18i1.1161>.

BALTES, Margaret M. Social-Psychological Theories and Their Applications to Aging: from individual to collective. *In*: BENGTON, Vern L.; SETTERSTEN, Richard. **Handbook of Theories of Aging**. 3. ed. New York: Springer Publishing Company, 2016. p. 209-226. ISBN 978-0826129420.

BALTES, Paul B. **Theoretical Propositions of Life-Span Developmental Psychology: On the Dynamics Between Growth and Decline**. **Developmental Psychology**, [s. l.], v. 23, ed. 5, p. 611-626, 1987.

BALTES, Paul B.; BALTES, Margret M. Psychological perspectives on successful aging: The model of selective optimization with compensation. *In*: BALTES, Paul B.; BALTES, Margret M. **Successful Aging: Perspectives from the Behavioral Sciences**. [S. l.]: Cambridge University Press, 1990. p. 1-34. ISBN 9780511665684.

BALTES, Paul B.; SMITH, Jacqui. **Lifespan Psychology: From Developmental Contextualism to Developmental Biocultural Co-constructionism**. **Research in human development**, [s. l.], v. 1, ed. 3, p. 123-144, 2009.

BALTES, Paul B.; STAUDINGER, Ursula M. Wisdom A Metaheuristic (Pragmatic) to Orchestrate Mind and Virtue Toward Excellence. **American Psychologist**, [s. l.], v. 55, ed. 1, p. 122-136, 2000. DOI 10.1037//0003-066X.55.1.122.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; COSTA, Joana Simões de Melo. Oferta de creche e participação das mulheres no mercado de trabalho no brasil. **Mercado de trabalho**, [s. l.], v. 62, p. 23-35, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10297>. Acesso em: 4 nov. 2021.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; COSTA, Joana Simões de Melo; HECKSHER, Marcos. Mercado de trabalho e pandemia da covid-19: ampliação de desigualdades já existentes? **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**, [s. l.], v. 69, p. 55-63, 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.38116/bmt69/notastecnicas>.

BARBOSA, Janaina da Motta; OLIVEIRA, Letícia Moura Cavalcanti de; MAIA, Camila Yamaoka Mariz. A percepção do idoso acerca do mercado de trabalho. **Congresso Nacional de Envelhecimento Humano**, [s. l.], v. 2, p. 1-9, 2016. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cneh/2016/TRABALHO_EV054_MD2_SA8_ID868_15082016144637.pdf. Acesso em: 4 nov. 2021.

BARROS, Alexandre. Homens ganharam quase 30% a mais que as mulheres em 2019. **Agência IBGE Notícias [online]**, [S. l.], 6 de maio de 2021a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27598-homens-ganharam-quase-30-a-mais-que-as-mulheres-em-2019>. Acesso em: 4 nov. 2021.

BARROS, Alexandre. Famílias chefiadas por brancos gastam quase o dobro com lazer do que pretos ou pardos. **Agência IBGE Notícias [online]**, [S. l.], 30 set. 2021b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31400-noticia-pof-lazer>. Acesso em: 4 nov. 2021.

BARROS, Alice Monteiro. **Curso de direito do trabalho**. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2007.

BEAUVOIR, Simone De. **O segundo sexo**. 1. ed. aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. 936 p. ISBN 978-8520921951.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Migração, trabalho doméstico e afeto. **Cadernos pagu**. v. 39, jul – dez 2012, p. 447 – 459.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. 1. ed. [S. l.]: Boitempo, 2018. 252 p. ISBN 8575596047.

_____, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, ed. 18, p. 81-117, 2015. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151804>.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: A adolescência em questão. **Cadernos Cedes**, v. 24, ed. 62, p. 26-43, _____ 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/znYxDSw7jfGgv4LTKbbS8Tj/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 4 nov. 2021.

BORGES, Luzineide. O lugar do Feminismo Negro no Cotidiano de Mulheres de Axé. **Pró-discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica**, [s. l.], v. 26, ed. 1, p. 128-149, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/prodiscente/article/view/31805>. Acesso em: 4 nov. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, _____ [2020] Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. 1a Impressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010. 88 p.

BRASIL. Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, p. 27833, 1996.

BREAKWELL, Glyni. Métodos de entrevista In: BREAKWELL, Glyni S. M., HAMMOND, Sean, FIFE-SCHAW, Chris, SMITH, Jonatan (Eds.). **Métodos de pesquisa em Psicologia**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010 p. 238-259. ISBN 978-85-363-2369-5

BRITES, Jurema G. Serviço Doméstico: um outro olhar sobre a subordinação. In: LISBOA, Maria Regina Azevedo; MALUF, Sônia. **Gênero, Cultura e Poder**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004, p. 111-132.

BRITES, Jurema G. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. **Cadernos de Pesquisa** [online]. 2013, v. 43, n. 149, p. 422-451. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200004>>.

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, ed. 7, p. 50-81, 2002. DOI <https://doi.org/10.1590/S1517-45222002000100003>.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do rio grande do sul. **Estudos Feministas**, [s. l.], v. 12, ed. 1, p. 205-227, 2004. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho Feminino: Trajetória de tema, Perspectivas para o futuro. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, ed. 3, p. 17-32, 1994.

_____, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, [s. l.], v. 23, ed. 2, p. 331-353, 2006. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-30982006000200009>.

_____, Cristina. Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? 1998a. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, Brasil.

_____, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos pagu**, [s. l.], ed. 17-18, p. 157-196, 2002. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-83332002000100007>.

_____, Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 7, ed. 1, p. 33-50, 2012. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000100014>.

_____, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], v. 37, ed. 132, p. 1-33, 2007. DOI <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300003>.

_____, Maria Cristina Aranha; RICOLDI, Arlene Martinez. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, ed. 1, p. 259-287, 2012. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000100014>.

_____, Cristina. O trabalho da mulher: Igualdade ou Proteção? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, ed. 61, p. 58-67, 1987. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6208152>. Acesso em: 4 nov. 2021.

_____, Cristina. Trabalho Feminino: Trajetória de um Tema, Perspectivas para o Futuro. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, ed. 3, p. 17-32, 1994. DOI <https://doi.org/10.1590/%25x>.

CALDAS, Célia Pereira; THOMAZ, Andrea Fernandes. A Velhice no Olhar do Outro: Uma perspectiva do jovem sobre o que é ser velho. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 13, ed. 2, p. 75-89, 2010. DOI <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2010v13i2p%25p>.

CAMARANO, Ana Amélia. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? **ESTUDOS AVANÇADOS**, [s. l.], v. 17, ed. 49, p. 35-63, 2003. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300004>.

CAMARGO, Brígido Vizeu; CONTARELLOII, Alberta; WACHELKE, João Fernando Rech; MORAIS, Daniela Xavier; PICCOLO, Chiara. Representações Sociais do Envelhecimento entre Diferentes Gerações no Brasil e na Itália. **Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 8, ed. 2, p. 179-188, 2014. DOI 10.5327/Z1982-1247201400020007.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero In: Hollanda, H. B. (Org.). In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. 3. ed. São Paulo: Bazar do tempo, 2019A. p. 313- 321. ISBN 978-85-69924-47-0.

_____, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista brasileiro: formação e contexto**. 2. ed. São Paulo: Bazar do tempo, 2019B. p. 271- 289. ISBN 978-85-69924-46-3.

_____, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. 192 p. ISBN 978-85-87478-74-0.

CARRASCO, Cristina. La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres? In: LEÓN T., Magdalena. **Mujeres y trabajo: cambios impostergables**. 1. ed. Porto Alegre: Veraz Comunicação, 2003. p. 5-25. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101012020556/2carrasco.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2021.

CARVALHO, André Luiz Piva de. Construção identitária: projeção simbólica. **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, Salvador, v. 6, p. 47-61, 2008. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14361.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2021.

CASTRO, Susana de. Mulheres sindicalizadas: classe, gênero, raça e geração na produção de novos sujeitos políticos, um estudo de caso. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 213-232. ISBN 978-85-69924-78-4.

CEPELLOS, VANESSA MARTINES. Feminização do envelhecimento: um fenômeno multifacetado muito além dos números. **Revista de Administração de Empresas [online]**. v. 61, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-759020210208>>

CHIES, Paula Viviane. Identidade de gênero e Identidade de gênero e identidade profissional no campo identidade profissional no campo de trabalho. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, ed. 2, p. 507-528, 2010. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200013>.

CIDADE, Elívia Camurça; MOURA JUNIOR, James Ferreira; XIMENES, Verônica Moraes. Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latinoamericano. **Psicol. Argum.**, Curitiba, v. 30, ed. 68, p. 87-98, 2012. DOI <https://doi.org/10.7213/psicol.argum.5886>.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Lívia. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes; LULIANELLI, Jorge Atílio Silva. **Jovens em tempo real**. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. p. 1-21. ISBN 978-8574901664.

CORSEUIL, Carlos Henrique L.; FRANCA, Maíra A. P. **Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro: evolução e desigualdades no período 2006-2013**. Brasília: OIT, 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/151228_insercao_jovens_mercado_trabalho_brasileiro.pdf. Acesso em: 04 novembro 2016

COSTA, Albertina de Oliveira. Rotinas de mulher. In: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia, 2014. p. 07-12.

DAMETTO, Adriana; MORETTO, Cleide Fátima. Agricultura familiar, processo produtivo e trabalho: uma pesquisa em propriedades rurais do município de Tapejara (RS). **SD**, [s. l.], 2013. Disponível em: http://cdn.fee.tche.br/eeg/6/mesa2/Agricultura_Familiar_Processo_Produtivo_e_Trabalho-Uma_Pesquisa_em_Propriedades_Rurais_no_Municipio_de_Tapejara_RS.pdf. Acesso em: 30 nov. 2021.

DANTAS, Maressa Fauzia Pessoa; CISNE, Mirla. Trabalhadora não é o feminino de trabalhador: superexploração sobre o trabalho das mulheres. **Argumentum**, Vitória, v. 9, ed. 1, p. 75-88, 2017. DOI <http://dx.doi.org/000000>.

DEBERT, Guita Grin. Gênero Envelhecimento. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, ed. 3, p. 33-51, 1994.

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Amanda Marques de. A profissionalização da atividade de cuidar de idosos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s. l.], ed. 18, p. 7-41, 2015. DOI <https://doi.org/10.1590/0103-335220151801>.

DEBERT, Guita Grin; PULHEZ, Mariana Marques. Apresentação. *In*: DEBERT, Guita Grin; PULHEZ, Mariana Marques. **Desafios do Cuidado: Gênero Velhice e Deficiência**. 2. ed. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2019. p. 5-28. ISBN 978-85-86572-80-7.

DEDECCA, Claudio Salvadori; RIBEIRO, Camila Santos Matos de Freitas; ISHII, Fernando Hajime. Gênero e jornada de trabalho: análise das relações entre mercado de trabalho e família. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, ed. 1, p. 65-90, 2009. DOI <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000100004>.

DELBONI, Bárbara Slonski; JOAQUIM, Stephanie Bittencourt; PLONER, Katia Simone; CYRINO, Luiz Arthur Rangel. Gerascofobia – o medo de envelhecer na contemporaneidade. **RBCEH**, Passo Fundo, v. 10, ed. 2, p. 203-214, 2013. DOI <https://doi.org/10.5335/rbceh.2012.3320>.

DUTRA-THOMÉ, Luciana; KOLLER, Silvia Helena. O significado do trabalho na visão de jovens brasileiros: uma análise de palavras análogas e opostas ao termo “trabalho”. **Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 14, ed. 4, p. 367-380, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572014000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 5 nov. 2021.

EBLING, Sandra Beatriz Diniz; FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca; NASCIMENTO, Lizandra Andrade; SILVA, Marciele Moreira da; SILVA, Silvana de Oliveira; MINUSSI, Patrícia Stangherlin. As mulheres e suas 'lidas': compreensões acerca de trabalho e saúde. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, ed. 3, p. 581-596, 2015. DOI <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sip00065>.

ENNES, Marcelo Alario; MARCON, Frank. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, ed. 35, p. 274-305, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/jXq5XN7RP3g6wFJqpQqXBTN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 nov. 2021.

ESTEVIÃO-REZENDE, Yuri Alexandre; NASCIMENTO, Sarah Christina do; ALVES, Kerley dos Santos. "Você não tem o perfil dessa vaga": padrões de beleza, gênero e relações de trabalho. **CSONLINE**, Juiz de Fora, ed. 27, p. 59 - 75, 2018. DOI <https://doi.org/10.34019/1981-2140.2018.17540>.

FAUR, Eleonor. El cuidado infantil desde las perspectivas de las mujeres–madres. Un estudio en dos barrios populares del Área Metropolitana de Buenos Aires. In: ESQUIVEL, Valeria; FAUR, Eleonor; JELIN, Elizabeth. **Las lógicas del cuidado infantil. Entre las familias, el Estado y el mercado**. 1. ed. Buenos Aires: IDES, 2012. p. 107-164. ISBN 978-987-21625-1-1.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva**. 1. ed. [S. l.]: São Paulo: Elefante, 2017. 460 p. ISBN 978-85-93115-03-5

_____, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista**. São Paulo: Elefante, 2019. 388 p. ISBN 978-85-93115-26-4.

_____, Silvia O feminismo e a política dos comuns. In: Hollanda, H. B. (Org.). In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. 3. ed. São Paulo: Bazar do tempo, 2019A. p. 379- 393. ISBN 978-85-69924-47-0.

FERNANDES, Estevão Rafael; RIBEIRO, Igor Veloso. Transfobia: Incessante Tortura. **Revista de Filosofia da Região Amazônica**, [s. l.], ano I. V., v. 5, ed. 1, p. 1-33, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/38815561/Transfobia_Incessante_Tortura. Acesso em: 4 nov. 2021.

FERREIRA, Vítor Sérgio. Jovens e gerações em tempos de crises: entre Portugal e o contexto global. In: COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues; GERMANO, Idilva Maria Pires; MIRANDA, Luciana Lobo; BARROS, João Paulo Pereira. **Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editor, 2019. p. 34-68. ISBN 978-85-420-1382-5.

FIFE-SCHAW, Chris. Delineamento de questionário. In: BREAKWELL, GlyniS. M., HAMMOND, SEAN, FIFE-SCHAW, Chris, SMITH, Jonatan (Eds.). **Métodos de pesquisa em Psicologia**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010 p. 216-237. ISBN 978-85-363-2369-5

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2021. 96 p. ISBN 8574964034

FRANZOI, Stephen L. History of social psychology. Em R. F. Baumeister & K. D. Vohs (Orgs.), *Encyclopedia of social psychology*. Thousand Oaks, Sage, 2007, p. 431-439.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987. v. 21.

FREITAS, Matheus; SARMENTO, Rayza. As falas sobre a fraude: análise das notícias sobre casos de fraudes nas cotas raciais em universidades em Minas Gerais. **Rev. bras. Estud. pedag.**, Brasília, v. 101, ed. 258, p. 271-294, 2020. DOI <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.101i258.4262>.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 50. ed. São Paulo: Global, 2005

FU, Tiffany Szu-Ting, LEE, Chau-Shoun, GUNNELL, David, LEE, Wen-Chung, CHENG, Andrew Tai-Ann, Changing Trends in the prevalence of common mental disorders in Taiwan: a 20-years repeated cross-sectional survey. **The Lancet**.v.381, p.235-41, 2013.

GALLAND, Oliver. Adolescence, post-adolescence, jeunesse: retour sur quelques interprétations. **Revue Française de Sociologie**, França, v. 42, ed. 4, p. 611-640, 2001.

GASTALDO, Édison. Goffman e as relações de poder na vida cotidiana. **RBCS**, [s. l.], v. 23, ed. 68, p. 159-199, 2008. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000300013>.

GÊNERO E NÚMERO; SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. 2020. Disponível em: <https://mulheresnapanademia.sof.org.br/>

GEORGES, Isabel. O “cuidado” como “quase-conceito”: por que está pegando? Notas sobre a resiliência de uma categoria emergente. *In*: DEBERT, Guita Grin; PULHEZ, Mariana Marques. **Desafios do Cuidado: Gênero Velhice e Deficiência**. 2. ed. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2019. p. 125-151. ISBN 978-85-86572-80-7.

GIBBS, Graham; FLICK, Uwe. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: ArtMed., 2009. 198 p. ISBN 9788536321332.

GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana**. 10. ed. aum. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4º. ed. aum. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOMES, Elisabete X.; GONÇALVES, Teresa N. R. Gonçalves. Trabalho da Educação: ação humana, não produtividade e comunidade. **Interações**, [s. l.], v. 11, ed. 37, p. 24-46, 2015. DOI doi: <https://doi.org/10.25755/int.8464>.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 38-51. ISBN 978-85-69924-78-4.

HELMAN, Cecil G. Cultural aspects of time and ageing. Time is not the same in every culture and every circumstance; our views of aging also differ. **European Molecular Biology Organization**, [s. l.], v. 6, ed. 1, p. 54-58, 2005.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: brasil, França, japão. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 24, ed. 1, p. 15-22, 2011. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400002>.

_____, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. São Paulo: Atlas, 2012. 236 p. ISBN 9788522473809.

_____, Helena. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, ed. 21, p. 24-41, 2009. DOI <https://doi.org/10.1590/S1517-45222009000100003>.

_____, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos pagu**, Campinas, v. 17-18, p. 139-156, 2002. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-83332002000100006>.

_____, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, ed. 132, p. 595-609, 2007. DOI <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>

_____, Helena; KERGOAT, Danièle. Paradigmas sociológicos e categorias de gênero. Que renovação aporta a epistemologia do trabalho? **Novos Cadernos**, [s. l.], v. 11, ed. 1, p. 39-50, 2008. DOI <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v11i1.262>,

HOSCHILD, Arlie. **La mercantilización de la vida íntima**. Madrid: Katz, 2008.

HUGHES, Bill; MCKIE, Linda; HOPKINS, Debra; WATSON, Nick. Trabalhos de amor perdidos? Feminismo, Movimento de Pessoas com Deficiência e éticas do cuidado. In: DEBERT, Guita Grin; PULHEZ, Mariana Marques. **Desafios do Cuidado: Gênero Velhice e Deficiência**. 2. ed. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2019. p. 101-124. ISBN 978-85-86572-80-7.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> Acesso em: 4 nov. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1iDvD3oMBBqcKPbAxZjdITrfYy0jFe1hy/view> Acesso em: 14 nov. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1qL6qL3M4MsMnrFBL9c0JZa9orksKnU0t/view> Acesso em: 14 nov. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua: Definições Conceituais**. In: 6º Fórum SIPD. Rio de Janeiro: IBGE, 2009 Disponível em:

https://www.ibge.gov.br/arquivo/projetos/sipd/sexta_forum/PNAD_continua.pdf Acesso em: 4 nov. 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Indicadores: Educação.** In: **Retratos da Desigualdade de Gênero e Raça.** [S. l.], 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_educacao.html. Acesso em: 4 nov. 2021.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis, VERGARA, Sylvia Constant. Mulheres no Ambiente de Trabalho: Abrindo o Pacote “Gênero”, 33º In: **anais do Encontro da ANPAD**, São Paulo, 2009

ITABORAÍ, Nathalie Reis. Trabalho feminino e mudanças nas famílias no Brasil (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero. **GÊNERO**, Niterói, v. 16, ed. 2, p. 173 - 199, 2016. DOI <https://doi.org/10.22409/rg.v16i2.31241>.

JESUS, Jordana Cristina de; WAJNMAN, Simone. Geração sanduíche no Brasil: realidade ou mito? **Revista Latinoamericana de Población**, [s. l.], v. 10, ed. 18, 2016. DOI <https://doi.org/10.31406/relap2016.v10.i1.n18.2>.

JONES, Rebecca L. Older people’ talking as if they are not older people: positioning theory as an explanation. **Journal of Aging Studies**, v. 20, ed. 1, p.79-91, 2006. DOI <https://doi.org/10.1016/j.jaging.2004.12.003>

KANAN, Lilia Aparecida. Poder e liderança de mulheres nas organizações de trabalho. **Revista Organizações & Sociedades**, Bahia, v. 17, ed. 53, p. 243-257, 2010. DOI <https://doi.org/10.1590/S1984-92302010000200001>.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Daniele. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

KOZYREFF, Alan Martinez; BEGA, Mariana Ferrucci. A garantia da saúde mental do trabalhador como eficácia do direito fundamental do trabalho em tempo de pandemia. **Revista do TST**, São Paulo, v. 86, ed. 3, p. 148-163, 2020.

LEMOES, Ana Heloísa Costa; MELLO, Giselle Rohr; GUIMARÃES, Mayara Farias. Gerações produtivas e carreiras: o que as mulheres da geração Y querem? **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 7, ed. 1, p. 135-152, 2014. DOI 10.5902/198346596280.

LINO, Tayane Rogeria; MAYORGA, Cláudia. As mulheres como sujeitos da Ciência: uma análise da participação das mulheres na Ciência Moderna. **Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, v. 7, ed. 3, p. 96-107, 2016. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeettransformacao/article/view/4239/4651>.

LINS, Isabella Lourenço; ANDRADE, Luciana Vieira Rubim. A feminização da velhice: representação e silenciamento de demandas nos processos conferencistas de mulheres e pessoas idosas. **Mediações**, Londrina, v. 23, ed. 3, p. 436-465, 2018. DOI 10.5433/2176-6665.2018.3v23n3p436.

LOMBARDI, Cintia; BRONFMAN, Mario; FACCHINI, Luiz A; VICTORA, Cesar G; BARROS, Fernando C; BÉRIA, Jorge U; TEIXEIRA, Ana M.B. Operacionalização do conceito de classe social em estudos epidemiológicos. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 22, ed. 4, p. 253-265, 1988. DOI <https://doi.org/10.1590/S0034-89101988000400001>.

MACHADO, Máira Saruê. Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação? *In*: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia, 2014. p. 51-78.marcondes

MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sergio Ricardo; SHIRATORI, Ludmila. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, ed. 2, p. 547-566, 2010. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200015>

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva; CARDOSO, Ana Paula Lima Barbosa. A pessoa com deficiência e a crise das identidades na contemporaneidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, ed. 139, p. 45-61, 2010. DOI <https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000100003>.

MAIA, Ana Augusta Ravasco Moreira; MANCEBO, Deise. Juventude, Trabalho e Projetos de Vida: Ninguém Pode Ficar Parado. *Psicologia: Ciência e Profissão* [online], Brasília, v. 20, ed. 2, p. 376-389, 2010. DOI <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000200012>.

MARCONDES, Mariana Mazzini. O dia deveria ter 48 horas: práticas sociais do cuidado e demandas das mulheres brasileiras por políticas públicas para a sua democratização. *In*: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico**

no cotidiano das mulheres. Recife: SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia, 2014. p. 79-105.

MARTINS, Lara Barros; AGUIAR, Carolina Villa Nova de; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. COVID-19: seus impactos nas relações trabalho-família. *In: QUEIROGA, Fabiana. Orientações para o home office durante a pandemia da COVID-19: Contribuições da Psicologia Organizacional e do Trabalho no contexto da pandemia.* Porto Alegre: Artmed, 2020. ISBN 978-65-81335-31-1.

MAYORGA, Cláudia. Identidades e adolescências: uma desconstrução. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, [s. l.], v. 1, ed. 1, p. 1-20., 2006. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/Identidades_e_Adolescencias_-_C_Mayorga.pdf. Acesso em: 4 nov. 2021.

MELO, Fernanda Augusta de Oliveira; SANTOS, Daniele Cristina dos; SOUZA, Cleiva Cristiane Mendes de. A Geração Y e as Necessidades do Mercado de Trabalho Contemporâneo: "Um Olhar sobre os Novos Talentos". **Anais Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, [s. l.], 2013.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. *Revista: Mulher e trabalho*, Porto Alegre, v. 5, p. 51-63, 2005. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2712/3035#>. Acesso em: 4 nov. 2021.

MINAYO, M.C.S., COIMBRA JR., C.E.A. Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. *In: Minayo MCS, Coimbra Jr. CEA, organizadores. Antropologia, saúde e envelhecimento.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz 2002; p. 11-24

MINELLA, Katherine Maria; BORGES, Maria de Lourdes; KARAWEJCZYK, Tamara Cecília. Gênero na geração Y: características das mulheres no ambiente de trabalho. **Revista de Gestão do Unilasalle**, Canoas, v. 2, ed. 1, p. 171-182, 2013. DOI <http://dx.doi.org/10.18316/998>.

MINÓ, Nádia Marota. **Percepções de crianças e adolescentes sobre o envelhecimento e estigmas ligados à velhice.** 2016. 106 p. Dissertação de mestrado (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.

MORAES, Aline Fábila Guerra de. **Novo desenvolvimentismo e velhas condições de trabalho? Uma análise das condições de trabalho dos terceirizados no Complexo de Suape**. 2015. 146 f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Paraíba, [S. l.], 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7956>. Acesso em: 4 nov. 2021.

MORANDO, Eunice Maria Godinho; SCHMITT, Juliana Campos; FERREIRA, Maria Elisa Caputo; MÁRMORA, Cláudia Helena Cerqueira. O conceito de estigma de Goffman aplicado à velhice. **Revista INFAD de Psicologia**, [s. l.], v. 1, ed. 2, p. 21-32. 2018. DOI 10.17060/ijodaep.2018.n2.v1.1341.

MOREIRA, Aline Hack. A identidade social do idoso e as relações de trabalho: a realidade por trás das salvaguardas legais. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 15, ed. 2, p. 91-107, 2012. DOI <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2012v15i1p91-107>.

MUYLAERT, Camila Junqueira, SARUBBI Jr., Vicente; GALLO, Paulo Rogério; NETO, Modesto Leite Rolim; REIS, Alberto Olavo Advincula. As Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista Esc Enferm USP**, São Paulo, v. 48, ed. 2, 103-116, 2015. DOI 10.1590/S0080-623420140000800027

MUNIZ, Tatiana da Silva; BARROS, Albani. O trabalhador Idoso no Mercado de Trabalho do Capitalismo Contemporâneo. **Cadernos de graduação**, Alagoas, v. 2, ed. 1, p. 103-116, 2014. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/download/1079/793>. Acesso em: 4 nov. 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 259-263. ISBN 978-85-69924-46-3.

NASCIMENTO, Roberta Fernandes Lopes; ARGIMON, Irani I. de Lima; LOPES, Regina Maria Fernandes. Atualidades sobre o idoso no mercado de trabalho. **Portal dos Psicólogos**, [s.l.], p. 1-6, 2006. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0300.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2021.

NEILSON, Brett. Globalização e as Biopolíticas do Envelhecimento. *In*: DEBERT, Guita Grin; PULHEZ, Mariana Marques. **Desafios do Cuidado: Gênero Velhice e Deficiência**. 2. ed. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2019. p. 29-60. ISBN 978-85-86572-80-7.

NERI, Anita Liberalesso. A Psicologia do Envelhecimento: uma área emergente. *In*: NERI, Anita Liberalesso. **Psicologia do envelhecimento: temas selecionados na perspectiva de curso de vida**. Campinas: Papirus, 1995. p. 13-40.

_____, Anita Liberalesso. O legado de Paul B. Baltes à psicologia do desenvolvimento e do envelhecimento. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 14, ed. 1, p. 17-34, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2006000100005. Acesso em: 4 nov. 2021.

_____, Anita. Liberalesso. Velhice e qualidade de vida na mulher. *In* A. L. Neri (Ed.), **Desenvolvimento e envelhecimento** (pp. 161-200). Campinas: Papirus. 2001. p.161-200

NETO, Antônio Moreira de Carvalho; TANURE, Betânia; ANDRADE, Juliana. Executivas: carreira, maternidade, amores e preconceitos. **RAE electron**, [s. l.], v. 9, ed. 1, 2010. DOI <https://doi.org/10.1590/S1676-56482010000100004>.

NICODEMO, Denise; GODOI, Marilda Piedade. Juventude dos anos 60-70 e envelhecimento: estudo de casos sobre feminização e direitos de mulheres idosas. **Ciência em Extensão**, São Paulo, v. 6, ed. 1, p. 40-53, 2010. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/324/341. Acesso em: 4 nov. 2021.

NUNES, Luciene Pereira. **Vozes d'áfrica: intolerância religiosa no ambiente de trabalho**. 2017. 109 p. Dissertação de mestrado (Administração Pública e de Empresas) - Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Rio de Janeiro, 2017.

OLIVEIRA, Ramon de. O ensino médio e a inserção juvenil no mercado de trabalho. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, ed. 1, p. 79-98, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00116>.

PADILHA, Valquíria. Qualidade de vida no trabalho num cenário de precarização: a panacéia delirante. **Trabalho, Educação e Saúde**, [s. l.], v. 7, ed. 3, p. 549-563, 2009. DOI <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000300009>.

PAPÁLIA, Diane E.; MARTORELL, Gabriela; COSTA, Francisco Araújo da; PINHEIRO, Odette de Godoy; SILVA, Patrícia Santos da. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. 800 p.

PATERMAN, Carole. The patriarchal welfare state. *In*: PIERSON, Christopher; CASTLES, Francis. **The welfare state reader**. 2. ed. Polity Press: Cambridge, 2007. p. 134-150.

PERRET-CLERMONT, Anne Nelly. Espaços de pensamento da juventude. *In*: PERRET-CLERMONT, Anne Nelly, PONTECORVO, Clotilde, RESNICK, Lauren B. ZITTOUN, Tania. **Interação Social: aprendizagem e interação na adolescência e juventude**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004. p. 17-26.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. aum. São Paulo: Contexto, 2006. 192 p.

PICANÇO, Felícia Silva; ARAÚJO, Clara Maria de Oliveira. Conflitos desiguais: homens e mulheres na articulação casa-trabalho no Brasil. **Século XXI Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria, v. 9, ed. 3, p. 720-749, 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.5902/2236672540286>.

PINTO, Karina Araújo. **Gênero e conflito entre trabalho e família: relação com a saúde física e mental de adultos no Brasil**. 2013. 109 f. Tese de Doutorado (Saúde Coletiva) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

POCHMANN, Marcio. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 29, ed. 85, p. 7-19, 2015. DOI 10.1590/S0103-40142015008500002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, Lima, v. 13, ed. 29, p. 11-20, 1992. Disponível em: <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2021.

RIBEIRO, Marta Sousa; COIMBRA, Joaquim Luís. O desemprego na meia-idade. **V Congresso Internacional de Galicia e Norte de Portugal de Formação para o Trabalho**, [s. l.], p. 213- 230, 2004. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/62431/2/83656.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2021.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmiria Carolina; BITENCOURT, Betina Magalhães. Juventudes, gerações e trabalho: é possível falar em geração Y no Brasil?

Organizações & Sociedade, Salvador, v. 19, ed. 63, p. 551-558, 2012. DOI:<https://doi.org/10.1590/S1984-92302012000300010>.

RODRIGUES, Lizete de Souza; SOARES, Geraldo Antônio. Velho, idoso e terceira idade na sociedade contemporânea. **Revista Ágora**, Vitória, ed. 4, p. 1-29, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/1901/1413>. Acesso em: 4 nov. 2021.

ROTENBERG, Lúcia; GRIEP, Rosane Harter; PESSANHA, Joseane; GOMES, Luciana; PORTELA, Luciana Fernandes; FONSECA, Maria de Jesus Mendes. Housework and recovery from work among nursing teams: a gender perspective. **New Solutions**, [s. l.], v. 20, ed. 4, p. 497-510, 2010.

SALGADO, Carmen Delia Sánchez. Mulher idosa: a feminização da velhice. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 4, p. 7-19, 2002. DOI <https://doi.org/10.22456/2316-2171.4716>.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos psicológicos**, Campinas, v. 25, ed. 4, p. 585-593, 2008. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000400013>.

SELFA, Ana de Sousa; SPINELLI, Letícia Machado. As críticas de Carole Pateman e Susan Okin à dicotomia público/privado. **Revista Sociais & Humanas**, Santa Maria, v. 31, ed. 1, p. 9-28, 2018. Doi: 10.5902/2317175825746.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. A (in)visibilidade das mulheres no campo científico. **Revista Histedbr on-line**, ed. 30, p. 133-148, 2008. Disponível em: https://fe-old.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5147/art09_30.pdf Acesso em: 4 nov. 2021.

SILVA, Evelyn Nattane; BARROS, Juliana Sousa Moraes de. Envelhecer na Periferia: História, conceitos e concepções sobre o processo de envelhecimento. **Rev. Longeviver**, São Paulo, ano III, ed. 9, p. 109-115, 2021.

SILVA, Jailson Costa da. A construção de um itinerário metodológico: o trançar das fontes orais, visuais e escritas em investigações sobre o Mobral. **História Oral [online]**, [s. l.], v. 24, ed. 2, p. 217-235, 2021. DOI <https://doi.org/10.51880/ho.v24i2.1120>.

SILVA, Maria Aparecida da; LUPPI, Carla Gianna; VERAS, Maria Amélia de Sousa Mascena. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. **Ciência e saúde coletiva**, [s. l.], v. 25, ed. 5, p. 1723-1734, 2020. DOI 10.1590/1413-81232020255.33082019.

SILVA, Minelle Enéas da; FIRMO, Luciene Alencar; SILVA, Marrosy Fernandes Bandeira; ALMEIDA, Sídia Fonseca. Fusões e incorporações: decisões estratégicas que elevam o poder de uma organização. **Revista Brasileira de Estratégia**, [s. l.], v. 3, ed. 2, p. 161-169, 2010. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/16655/fusoes-e-incorporacoes--decisoes-estrategicas-que-elevam-o-poder-de-uma-organizacao>. Acesso em: 4 nov. 2021.

SILVA, Teresa; VELOSO, Ana; SILVA, Isabel Soares. Idade, emprego e Gestão de Recursos Humanos: Um estudo em PME portuguesa. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, [S. l.], v. 17, n. 4, p. 218-225, 2017. DOI 10.17652/rpot/2017.4.13894.

SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de Pesquisa [online]**, [s. l.], v. 43, ed. 149, p. 478-491, 2013. DOI <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200006>.

SOUZA, Carla Carolina de Jesus. A construção do ser velho e do ser jovem. **Revista Longevidade**, São Paulo, ano VIII, v. 8, ed. 56, p. 20-24, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/stela/Downloads/712-1092-1-SM.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2021.

TENÓRIO, Ricardo Jorge Medeiros. A saúde mental e ergonômica no trabalho remoto no pós-pandemia. **Espaço Acadêmico**, [s. l.], v. 20, ed. Edição Especial, p. 96-105, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/58092>. Acesso em: 4 nov. 2021.

TINEU, Rogério. Ensaio sobre a teoria das classes sociais em Marx, Weber e Bourdieu. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v. 10, ed. 29, p. 89-107, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/33734/23985>. Acesso em: 4 nov. 2021.

TOMIO, Noeli Assunta Oro; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. Adolescência: uma análise a partir da psicologia sócio-histórica. **Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 12, ed. 1, p. 89-99, 2011. DOI <https://doi.org/10.4025/tpe.v12i1.14059>

TORS, Teresa. Las políticas de tiempo: un reto para las políticas del estado del bienestar. **Trabajo**, [s. l.], v. 13, p. 145-164, 2004.

UGARTE, Maria Cecília Donaldson. **Homo motor, ciborgues e...aha! Pessoas: Da Revolução Industrial à Revolução da Informação** (Dissertação de mestrado). 2004. 107 f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

VIEIRA, Caterina Soto; CABANAS, Pedro; MENEZES-FILHO, Naercio; KOMATSU, Bruno Kawaoka. Como as mudanças no trabalho e na renda dos pais afetam as escolhas entre estudo e trabalho dos jovens? **Pesquisa e planejamento econômico**, Rio de Janeiro, v. 46, ed. 3, p. 33-61, 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, Envelhecimento ativo: uma política de saúde. 1. ed. rev. Brasília: **Organização Pan-Americana da Saúde**, 2005. 62 p.

YAMANOE, Mayara Cristina Pereira. Trabalho docente e subjetividade: a identidade do professor do ensino superior e a lógica de produtividade do capital. **Anais eletrônicos JORNADA HISTEDBR**, Vitória da Conquista, 2011.

YANNICK, Fondeur; LEFRESNE, Florence. Les jeunes, vecteurs de la transformation structurelle des normes d'emploi en Europe? **Travail et Emploi**, [s. l.], v. 83, p. 115-134, 2000.

ZANATTA, M S. Nas teias da identidade: contribuições para a discussão do conceito de identidade na teoria sociológica. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 35, ed. 132, p. 41-54, 2011. Disponível em: https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/132_232.pdf. Acesso em: 4 nov. 2021.

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido para os adultos



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS ADULTOS

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa **"A construção identitária da mulher no envelhecimento através da noção de produtividade"**. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é compreender como o trabalho ou a ausência dele pode interferir na forma em que as mulheres se percebem no envelhecimento e identificar as diferenças em relação a idade e os fatores históricos e sociais vivenciados por cada uma delas. Nesta pesquisa pretendemos compreender como se estabelece a construção identitária da mulher no envelhecimento através da noção de produtividade.

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você, um questionário sociodemográfico e uma entrevista narrativa. A pesquisa é classificada como uma pesquisa com risco mínimo, pois não se realiza nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que participam da mesma. Os riscos são: desconforto, vergonha, medo, estresse e cansaço ao responder as perguntas do questionário e da entrevista ou ao contar sobre suas histórias de vida. E também quebra de sigilo e anonimato. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, todos os instrumentos utilizados serão identificados por código e não pelo seu nome, e apenas a equipe de pesquisa terá acesso aos dados, garantido aos participantes o anonimato nas publicações dos resultados do projeto. Na ocorrência de algum caso observado que indique qualquer demanda psicológica ou emocional, você será encaminhado para acompanhamento ao Centro de Psicologia Aplicada – CPA – da UFJF. A pesquisa pode ajudar promovendo conhecimento científico e orientando intervenções e novas políticas voltadas à saúde das mulheres e à promoção de um envelhecimento saudável.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causadas atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 2020 .

Assinatura do Participante

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Nome do Pesquisador Responsável: Stela Silva Carvalho
Campus Universitário da UFJF
Faculdade/Departamento/Instituto: Programa de pós-graduação em Psicologia da UFJF
CEP: 36036-900
Fone: (32) 984771963
E-mail: stelasilvacarvalho@hotmail.com

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF
Campus Universitário da UFJF
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido/responsáveis



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO/RESPONSÁVEIS

O menor _____, sob sua responsabilidade, está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“A construção identitária da mulher no envelhecimento através da noção de produtividade”**. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é compreender como o trabalho ou a ausência dele pode interferir na forma que as mulheres se percebem no envelhecimento e identificar as diferenças em relação a idade e os fatores históricos e sociais vivenciados por cada uma delas. Nesta pesquisa pretendemos compreender como se estabelece a construção identitária da mulher no envelhecimento através da noção de produtividade.

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você, um questionário sociodemográfico e uma entrevista narrativa. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: sendo classificada como uma pesquisa com risco mínimo, pois não se realiza nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que participam da mesma. Os riscos são: desconforto ao responder os questionários e entrevista narrativa. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, todos os instrumentos utilizados serão identificados por código e não pelo seu nome, e apenas a equipe de pesquisa terá acesso aos dados, garantido aos participantes o anonimato nas publicações dos resultados do projeto. Na ocorrência de algum caso observado que indique qualquer demanda psicológica ou emocional, você será encaminhado para acompanhamento ao Centro de Psicologia Aplicada – CPA – da UFJF. A pesquisa pode ajudar promovendo conhecimento científico e orientando intervenções e novas políticas voltadas à saúde das mulheres e à promoção de um envelhecimento saudável.

Para participar desta pesquisa, o menor sob sua responsabilidade e você não irão ter nenhum custo, nem receberão qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se o menor tiver algum dano por causa das atividades que fizermos com ele nesta pesquisa, ele tem direito a indenização.

Ele terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Você como responsável pelo menor poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação dele a qualquer momento. Mesmo que você queira deixá-lo participar agora, você pode voltar atrás e parar a participação a qualquer momento. A participação dele é voluntária e o fato em não deixá-lo participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que ele é atendido. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O nome ou o material que indique a participação do menor não será liberado sem a sua permissão. O menor não será identificado em nenhuma publicação.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos com para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em deixá-lo participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do (a) Responsável

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Nome do Pesquisador Responsável: Stela Silva Carvalho
Campus: Universitário da UFJF
Faculdade/Departamento/Instituto: Programa de Pós-Graduação de Psicologia da UFJF
CEP: 36036-900
Fone: (32) 984771963
E-mail: stelasilvacarvalho@hotmail.com

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF
Campus Universitário da UFJF
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
CEP: 36036-900
Fone: (32) 2102-3788 / E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

APÊNDICE C – Termo de assentimento livre e esclarecido para os menores



TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS MENORES

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa "A construção identitária da mulher no envelhecimento através da noção de produtividade". O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é compreender como o trabalho ou a ausência dele pode interferir na forma em que as mulheres se percebem no envelhecimento e identificar as diferenças em relação a idade e os fatores históricos e sociais vivenciados por cada uma delas. Nesta pesquisa pretendemos compreender como se estabelece a construção identitária da mulher no envelhecimento através da noção de produtividade.

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você, um questionário sociodemográfico e uma entrevista narrativa. A pesquisa é classificada como uma pesquisa com risco mínimo, pois não se realiza nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que participam da mesma. Os riscos são: desconforto, vergonha, medo, estresse e cansaço ao responder as perguntas do questionário e da entrevista ou ao contar sobre suas histórias de vida. E também quebra de sigilo e anonimato. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, todos os instrumentos utilizados serão identificados por código e não pelo seu nome, e apenas a equipe de pesquisa terá acesso aos dados, garantido aos participantes o anonimato nas publicações dos resultados do projeto. Na ocorrência de algum caso observado que indique qualquer demanda psicológica ou emocional, você será encaminhado para acompanhamento ao Centro de Psicologia Aplicada – CPA – da UFJF. A pesquisa pode ajudar promovendo conhecimento científico e orientando intervenções e novas políticas voltadas à saúde das mulheres e à promoção de um envelhecimento saudável.

Para participar desta pesquisa, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causadas atividades que fizemos com você nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você.

Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos com para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do (a) menor

Assinatura do (a) pesquisador (a)

Nome do Pesquisador Responsável: Stela Silva Carvalho
Campus Universitário da UFJF
Faculdade/Departamento/Instituto: Programa de pós-graduação em Psicologia da UFJF
CEP: 36036-900
Fone: (32) 984771963
E-mail: stelasilvacarvalho@hotmail.com

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Séries Humanos - UFJF
Campus Universitário da UFJF
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
CEP: 36036-900
Fone: (32) 2102-3788 / E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

APÊNDICE D - Questionário Socioeconômico semiestruturado (Fonte: elaborado pela própria autora)

Para contribuir com a esta pesquisa responda às seguintes questões com sinceridade. Marque um X de acordo com suas respostas. Elas serão de grande importância para este estudo.

1. Nome e sobrenome em iniciais (Exemplo: S.S.C.):

2. Qual é a sua cidade e estado?

3. Qual a sua idade?

4. Qual o seu estado civil?

() Solteira () Casada/mora com um(a) companheiro(a) () Separada /divorciada/desquitada
() Viúva

5. Quantos filhos você tem?

() Um filho () Dois filhos () Três filhos () Quatro ou mais () Não tenho filhos

6. Como você se considera:

() Branca () Parda () Preta () Amarela () Indígena

7. Grau de escolaridade:

() Sem escolaridade () Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental Completo
() Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo () Curso Técnico Incompleto ()
Curso Técnico Completo () Superior Incompleto () Superior Completo () Pós-graduação
Incompleta () Pós-graduação Completa () Mestrado Incompleto () Mestrado Completo ()
Doutorado Incompleto () Doutorado Completo

8. Se faz ou fez faculdade, qual (is)?

9. Qual a sua renda ou seu salário mensal?

() Até 1 salário mínimo (até R\$ 1100 inclusive)

() De 1 a 2 salários mínimos (de R\$ 1100 a R\$ 2200 inclusive)

() De 2 a 5 salários mínimos (de R\$ 2200 até R\$ 5500 inclusive)

() De 5 a 10 salários mínimos (de R\$ 5500 até R\$ 11.000 inclusive)

() De 10 a 30 salários mínimos (de R\$ 11.000 até R\$ 33000 inclusive)

De 30 a 50 salários mínimos (de R\$ 33000 até R\$ 55000 inclusive)

Não estou recebendo nenhuma renda

Não me sinto à vontade para responder.

10. Qual é a renda familiar mensal em sua residência? (Considere a renda de todos que moram na sua casa).

Até 1 salário mínimo (até R\$ 1100,00 inclusive)

De 1 a 2 salários mínimos (de R\$ 1100 a R\$ 2200 inclusive)

De 2 a 5 salários mínimos (de R\$ 2200 até R\$ 5500 inclusive)

De 5 a 10 salários mínimos (de R\$ 5500 até R\$ 11.000 inclusive)

De 10 a 30 salários mínimos (de R\$ 11.000 até R\$ 33000 inclusive)

De 30 a 50 salários mínimos (de R\$ 33000 até R\$ 55000 inclusive)

Não sei informar Não me sinto à vontade para responder

11. Quantas pessoas da sua família moram com você? Considere seus pais, irmãos, cônjuge, filhos, outros parentes.

Nenhuma Uma Duas Três Quatro Cinco ou mais

12. Quem são as pessoas que moram com você?

13. Quantas pessoas contribuem para a renda familiar mensal em sua residência?

Uma Duas Três Quatro Cinco Mais de cinco

14. Quais e quantos dos itens abaixo há em sua casa?

Televisão 1 2 3 4 5

Computador/notebook 1 2 3 4 5

Automóvel (ex: carro, moto, camionete) 1 2 3 4 5

Máquina de lavar roupa 1 2 3 4 5

Telefone celular 1 2 3 4 5

15. Como é sua casa?

Própria () Sim () Não

É em rua calçada ou asfaltada () SIM () Não

Tem água tratada () SIM () Não

Tem acesso à internet () SIM () Não

16. Você é remunerado pelo seu trabalho? (Questão-filtro)

() Sim () Não () Mais ou menos

Segunda parte: Trabalho remunerado

17. Em que você trabalha atualmente?

() Na agricultura (campo, fazenda, pesca)

() Na indústria

() No comércio, banco, transporte ou outros serviços

() Como diarista ou faxineira

() Como funcionária do governo federal, estadual ou municipal

() Como profissional liberal (Ex: advogada, psicóloga), professora ou técnica de nível superior

() Trabalho em casa em serviços (costura, comida, aulas particulares etc.)

() Se você tem um trabalho remunerado atualmente, qual sua função nesse trabalho?

() Gerente, administradora ou diretora de empresa privada

() Funcionária pública (federal, estadual ou municipal).

() Militar (guarda-civil, polícia estadual ou Forças Armadas).

() Empregada no setor privado, com carteira assinada

() Trabalho temporário, informal, sem carteira assinada

() Trabalho por conta própria

() Aposentada

() Não trabalho

18. Há quanto tempo você está trabalhando nessa atividade?

Menos de 1 ano

Entre 1 e 2 anos

Entre 2 e 4 anos

Mais de 4 anos

Não se aplica

19. Trabalha em outra instituição ou exerce outra atividade remunerada?

Sim Não Sim, porém não remunerada.

20. Se sim, qual atividade?

Comentário:

APÊNDICE E - Roteiro da Entrevista Semiestruturada (Fonte: elaborado pela própria autora)

Perguntas para todos os participantes:

- 1- O que é ser produtivo para você?
- 2- Você se considera ou já se considerou uma pessoa produtiva?
- 3- Como é sua vida hoje em relação a se sentir produtiva?
- 4- Como você percebe as mulheres menores de 20 anos em relação à serem produtivas nos dias de hoje?
- 5- Como você percebe as mulheres de 20 a 40 anos em relação à serem produtivas nos dias de hoje?
- 6- Como você percebe as mulheres de 40 a 65 anos em relação à serem produtivas nos dias de hoje?
- 7- Como você percebe as mulheres com mais de 65 anos em relação a serem produtivas nos dias de hoje?
- 8- Como você se imagina acima de 65 anos em relação a se sentir produtiva?
- 9- Fale sobre os seus planos para o futuro. E profissionalmente?
- 10- Pensando na sua vida, o que o trabalho representa para você?
- 11- Como você percebe as mulheres que tem um trabalho remunerado?
- 12- Como você percebe as mulheres que não tem um trabalho remunerado?

Trabalho doméstico

Você já realizou e/ou realiza afazeres domésticos?

- 1- Como foi sua trajetória de vida em relação aos afazeres domésticos?
- 2- Como foi a sua experiência quando começou a contribuir nos afazeres domésticos?
- 3- Como você se percebe sobre se sentir produtiva em relação aos afazeres domésticos?

Trabalho de cuidar

Você já cuidou e/ou cuida dos membros da sua família?

- 1- Como foi sua trajetória de vida em relação à cuidar dos membros da sua família?
- 2- Como foi a sua experiência quando começou a cuidar dos membros da sua família?
- 3- Como você se percebe sobre se sentir produtiva em relação à cuidar?

Participantes que nunca tiveram um trabalho remunerado:

- 1- Como foi sua trajetória de vida?
- 2- Como você já se percebeu e como se percebe hoje em relação a nunca ter tido um trabalho remunerado?

Participantes que tem um trabalho remunerado ou já tiveram:

- 1- Como foi sua trajetória profissional até hoje?
- 2- Como foi a sua experiência quando começou a ser remunerada pelo trabalho?
- 3- Como você passou a se perceber após iniciar seu primeiro trabalho remunerado?
- 4- Qual(is) o(s) trabalho(s) que você já exerceu e que mais se sentiu produtivo.
- 5 - Qual(is) o(s) trabalho(s) que você já exerceu e que menos se sentiu produtivo?

ANEXO A – Parecer consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A "construção identitária" da mulher no envelhecimento através da noção de produtividade.

Pesquisador: STELA SILVA CARVALHO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 30221.120.2.0000.5147

Instituição Proponente: Programa de Pós Graduação em Psicologia (UFJF)

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.123.481

Apresentação do Projeto:

"A pesquisa será um estudo geracional qualitativo, realizada com delineamento de campo de corte transversal. Serão utilizados para coleta de dados um questionário sociodemográfico estruturado e uma entrevista narrativa semiestruturada. E para a análise de dados será utilizada a análise de conteúdo proposta por Bardin (2004). A seleção dos participantes da pesquisa será de acordo com períodos do ciclo de vida proposto pelo autor Papalia (2013) e são a adolescência, dos 11 aos 20 anos, o início da vida adulta, dos 20 aos 40 anos, vida adulta, dos 40 aos 65 anos e vida adulta tardia, dos 65 a diante. Quanto a seleção de gênero, serão entrevistadas mulheres de uma mesma família (4 integrantes, 1 de cada período descritos acima), sendo no total de 3 famílias. O local de desenvolvimento da pesquisa será a casa das próprias participantes."

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender como é construída a identidade da mulher no envelhecimento através da noção de produtividade.

Objetivo Secundário: Entender como se estabelece a construção da identidade pessoal das mulheres idosas em relação à produtividade, no âmbito do trabalho. Compreender como a identidade social, com foco no envelhecimento em relação à produtividade, interfere na construção das identidades pessoais das mulheres participantes.

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N		CEP: 36.036-900
Bairro: SAO PEDRO		
UF: MG	Município: JUIZ DE FORA	
Telefone: (32) 2102-3788	Fax: (32) 1102-3788	E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br



Continuação do Parecer: 4.123.481

Verificar as estratégias empregadas pelas mulheres idosas no enfrentamento do estigma vivenciado em relação à produtividade das pessoas idosas."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"Os benefícios que a pesquisa poderá trazer serão compreender melhor a relação da mulher com o trabalho em vários contextos sociohistóricos. E

também compreender a relação de se perceber produtivo com o processo do envelhecimento, possibilitando discutir imagens e ideias carregadas de

preconceito sobre a velhice que deverão ser revistas e assim novas imagens poderão ser criadas. Além disso, a pesquisa pode contribuir

promovendo conhecimento científico, orientando intervenções e novas políticas voltadas a saúde das mulheres na promoção de um envelhecimento

saudável. A pesquisa é classificada como uma pesquisa com risco mínimo, pois não se realiza nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que participam da mesma. Os riscos são: desconforto, vergonha, medo, estresse e cansaço ao responder as perguntas do questionário e da entrevista ou ao contar sobre suas histórias de vida. E também quebra de sigilo e anonimato. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, todos os instrumentos utilizados serão identificados por código e não pelo seu nome, e apenas a equipe de pesquisa terá acesso aos dados, garantido aos participantes o anonimato nas publicações dos resultados do projeto. Na ocorrência de algum caso observado que indique qualquer demanda psicológica ou emocional, você será encaminhado para acompanhamento ao Centro de Psicologia Aplicada – CPA – da UFJF. E as participantes terão a possibilidade de retirar as suas participações caso desejem.

Benefícios: Os benefícios que a pesquisa poderá trazer serão compreender melhor a relação da mulher com o trabalho em vários contextos sociohistóricos. E também compreender a relação de se perceber produtivo com o processo do envelhecimento, possibilitando discutir imagens e ideias carregadas de preconceito sobre a velhice que deverão ser revistas e assim novas imagens poderão ser criadas. Além disso, a pesquisa pode contribuir promovendo conhecimento científico, orientando intervenções e novas políticas voltadas a saúde das mulheres na promoção de um envelhecimento saudável. "

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem estruturado, delineado e fundamentado, sustenta os objetivos do estudo em sua metodologia de forma clara e objetiva, e se apresenta em consonância com os princípios

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N			
Bairro: SAO PEDRO	CEP: 36.036-900		
UF: MG	Município: JUIZ DE FORA		
Telefone: (32)2102-3788	Fax: (32)1102-3788	E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br	



Continuação do Parecer: 4.123.481

éticos norteadores da ética na pesquisa científica envolvendo seres humanos elencados na resolução 466/12 do CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo de pesquisa está em configuração adequada, apresenta FOLHA DE ROSTO devidamente preenchida, com o título em português, identifica o patrocinador pela pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra a; e 3.4.1 item 16. Apresenta o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO em linguagem clara para compreensão dos participantes, apresenta justificativa e objetivo, campo para identificação do participante, descreve de forma suficiente os procedimentos, informa que uma das vias do TCLE será entregue aos participantes, assegura a liberdade do participante recusar ou retirar o consentimento sem penalidades, garante sigilo e anonimato, explicita riscos e desconfortos esperados, ressarcimento com as despesas, indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, contato do pesquisador e do CEP e informa que os dados da pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador pelo período de cinco anos, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466 de 2012, itens: IV letra b; IV.3 letras a,b,d,e,f,g e h; IV. 5 letra d e XI.2 letra f. Apresenta o INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS de forma pertinente aos objetivos delineados e preserva os participantes da pesquisa. O Pesquisador apresenta titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas no Manual Operacional para CPEs.

Recomendações:

Colocar benefícios diretos aos participantes

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecido na Res. 466/12 CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS. Data prevista para o término da pesquisa: agosto de 2021.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. Vale lembrar ao pesquisador responsável pelo projeto, o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
 Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.038-900
 UF: MG Município: JUIZ DE FORA
 Telefone: (32)2102-3788 Fax: (32)1102-3788 E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br



Continuação do Parecer: 4.123.481

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1521310.pdf	20/05/2020 16:27:41		Aceito
Outros	comprovanteEnvio.pdf	17/05/2020 20:19:51	STELA SILVA CARVALHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO.docx	07/05/2020 22:09:56	STELA SILVA CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Responsaveis.doc	07/05/2020 22:08:18	STELA SILVA CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Adultos.docx	07/05/2020 22:06:13	STELA SILVA CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_Menores.doc	07/05/2020 22:05:51	STELA SILVA CARVALHO	Aceito
Outros	Termo_de_confidencialidade_e_sigilo.pdf	19/03/2020 22:13:01	STELA SILVA CARVALHO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	10/03/2020 21:33:58	STELA SILVA CARVALHO	Aceito
Outros	apendice2_Roteiro_da_Entrevista_Narrativa.docx	10/03/2020 21:16:19	STELA SILVA CARVALHO	Aceito
Outros	apendice1_questionario_sociodemografico.docx	10/03/2020 21:15:10	STELA SILVA CARVALHO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JUIZ DE FORA, 30 de Junho de 2020

Assinado por:
Jubel Barreto
(Coordenador(a))

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900
UF: MG Município: JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 Fax: (32)1102-3788 E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br